

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 085/2024
Data: 27/08/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|---|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP)..... | 5 |
| ANTAQ APROVA DOCUMENTOS PARA LICITAÇÃO DE TERMINAL NO PORTO DE SANTOS | 5 |
| JUSTIÇA REJEITA DENÚNCIA CRIMINAL CONTRA EX-DIRETORES DA CODESP EM SANTOS | 5 |
| PORTO DE SANTOS TERÁ NOVO SISTEMA DE AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO NO VALOR DE R\$ 150 MILHÕES..... | 7 |
| PORTO DE SANTOS É PORTA DE ENTRADA DE CARROS CHINESES, MAS IMPORTAÇÃO ELEVA FRETE..... | 9 |
| SINDAPORT TERÁ ASSEMBLEIA SOBRE O FUNDO DE PENSÃO SUPLEMENTAR | 10 |
| ME – MOVIMENTO ECONÔMICO..... | 11 |
| PORTOS - SUAPE ATRACA NO CENTRO-OESTE EM BUSCA DO AGRONEGÓCIO | 11 |
| PREÇO DE ENERGIA SOBE NO MERCADO E VAI CHEGAR AO CONSUMIDOR | 12 |
| REGÁS, DE SUAPE, TERÁ MAIS UM USUÁRIO ALÉM DA SHELL..... | 14 |
| COM OFERTA DE BUNKER, SUAPE ATRAIRÁ NAVIOS COM MAIS CARGA E MENOS COMBUSTÍVEL | 15 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS..... | 16 |
| AGÊNCIA APROVA DOCUMENTOS PREPARATÓRIOS PARA A LICITAÇÃO DO TERMINAL STS08, LOCALIZADO NO PORTO DE SANTOS (SP) | 16 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF..... | 17 |
| SUSTENTABILIDADE - GOVERNO FEDERAL AVANÇA EM POLÍTICAS ENERGÉTICAS: REDUÇÃO DE EMISSÕES E SUSTENTABILIDADE EM FOCO | 17 |
| INCLUSÃO SOCIAL - VOA BRASIL: 8 MIL PASSAGENS VENDIDAS EM UM MÊS..... | 18 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF..... | 19 |
| AVISO DE PAUTA - BR-381/MG, ENTRE BELO HORIZONTE E GOVERNADOR VALADARES, VAI A LEILÃO NESTA QUINTA (29); TRECHO É CONHECIDO COMO “RODOVIA DA MORTE” | 19 |
| PORTAL PORTO GENTE..... | 19 |
| ECOVIAS EXECUTA OBRAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NO SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES | 19 |
| DEBATER A CIDADE-PORTO DE SANTOS COMO TEMA ELEITORAL | 20 |
| BE NEWS – BRASIL EXPORT..... | 22 |
| EDITORIAL – A LOG-IN E A CABOTAGEM NO BRASIL..... | 22 |
| NACIONAL - HUB – CURTAS..... | 22 |
| <i>Novo presidente 1</i> | 22 |
| <i>Novo presidente 2</i> | 23 |
| <i>Novo presidente 3</i> | 23 |
| <i>Novo presidente 4</i> | 23 |
| <i>Amazonas reage 1</i> | 23 |
| <i>Amazonas reage 2</i> | 23 |
| NACIONAL - GOVERNO PREVÊ R\$ 2 TRI PARA NOVA POLÍTICA NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA | 23 |
| SUSTENTA EXPORT - SUSTENTA EXPORT DEBATE SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO EM NORONHA..... | 25 |
| NACIONAL - VLI AUMENTA LUCRO LÍQUIDO EM 14% NO 1º SEMESTRE DE 2024 | 27 |
| NACIONAL - LOG-IN ANUNCIA NOVA EMBARCAÇÃO PARA CABOTAGEM | 28 |
| REGIÃO NORDESTE - TERMINAL DE REGASEIFICAÇÃO DE SUAPE É APROVADO NO PAC | 29 |
| REGIÃO SUDESTE - SP ALERTA PARA AUMENTO DO RISCO DE INCÊNDIO NO INTERIOR..... | 30 |
| PORTO DE SANTOS - APS PUBLICA EDITAL DE CONSULTA AO MERCADO PARA ESTIMAR PREÇOS DA FASE INICIAL DO VTMIS31 | 31 |
| HUB - VALE ANUNCIA NOVO PRESIDENTE | 32 |
| BE NEWS – BRASIL EXPORT – Dia 26/08/2024..... | 33 |
| EDITORIAL – O PORTO DE ITAQUI E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO | 33 |
| NACIONAL - HUB – CURTAS..... | 33 |
| <i>Passagens aéreas 1</i> | 33 |
| <i>Passagens aéreas 2</i> | 34 |
| <i>Passagens aéreas 3</i> | 34 |
| <i>Nos trilhos 1</i> | 34 |
| <i>Nos trilhos 2</i> | 34 |
| REGIÃO SUL - PERIMETRAL LESTE DE FOZ DO IGUAÇU SE APROXIMA DOS 40% DE EXECUÇÃO | 34 |
| REGIÃO SUDESTE - AÇÃO CONJUNTA APREENDE 114 KG DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS..... | 35 |
| REGIÃO SUDESTE - SP LANÇA PACOTE DE R\$ 10 MI PARA PRODUTORES RURAIS ATINGIDOS POR INCÊNDIOS FLORESTAIS | 35 |
| REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI VAI INVESTIR R\$ 1,5 BI EM EXPANSÃO DO TEGRAM | 37 |



| | |
|---|-----------|
| REGIÃO NORDESTE - PIAUÍ: ASSEMBLEIA LEGISLAVA APROVA TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEL PARA ZPE | 38 |
| NACIONAL - SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO MARCAM O COOPERA PORTOS 2024 | 38 |
| REGIÃO SUDESTE - FAB CEDE AVIÃO PARA AUXILIAR NO COMBATE AO FOGO NO INTERIOR PAULISTA | 39 |
| REGIÃO SUDESTE - AÇÃO CONJUNTA APREENDE 114 KG DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS | 40 |
| BAHIA ECONÔMICA - BA | 41 |
| 74% DOS EMPRESÁRIOS CONSIDERAM INFRAESTRUTURA DO NORDESTE REGULAR, RUIM OU PÉSSIMA; APONTA PESQUISA | 41 |
| ENTREVISTA: PORTO DE SALVADOR SE TORNOU UM HUB PORT QUE CONECTA A BAHIA COM O MUNDO | 42 |
| SURGE UMA NOVA PROPOSTA DE COMPRA DA BRASKEM. VEJA DETALHES | 43 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 43 |
| APS EFETUA CONSULTA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DO VTMIS NO PORTO DE SANTOS | 43 |
| SANTOS CONQUISTA PRIMEIRO LUGAR NO RANKING DE ESG | 44 |
| PORTO DE FORTALEZA PLANEJA ADEQUAÇÕES PARA RECEBER OS MAIORES NAVIOS DE CARGA E DE CRUZEIRO DO MUNDO .. | 45 |
| BRASIL ALCANÇA US\$ 388 BI EM CORRENTE DE COMÉRCIO ATÉ 4ª SEMANA DE AGOSTO | 45 |
| MAPA AVANÇA EM NEGOCIAÇÕES PARA NOVAS ABERTURAS DE MERCADO NA COREIA DO SUL | 46 |
| BRASIL EXPORTA MAIS E IMPORTA MENOS DA SÍRIA | 47 |
| AGÊNCIA APROVA DOCUMENTOS PREPARATÓRIOS PARA A LICITAÇÃO DO TERMINAL STS08, LOCALIZADO NO PORTO DE SANTOS (SP) | 47 |
| GOVERNO DE SP LANÇA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PARA AMPLIAR DIÁLOGO E GARANTIR TRANSPARÊNCIA | 48 |
| GUARDA PORTUÁRIA, CESPORTOS E NEPOM REALIZAM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO | 49 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS | 49 |
| REDUZIR REINJEÇÃO DE GÁS NATURAL NÃO SE DARÁ COM “DESTRUIÇÃO DE VALOR”, DIZ PIETRO MENDES | 50 |
| DIRETOR-GERAL DA ANEEL, SANDOVAL FEITOSA PREGA HARMONIA COM MINISTÉRIO E ALINHAMENTO DE PRAZOS | 51 |
| PLANO CLIMA E INVESTIMENTO EM BIOGÁS SÃO OPÇÕES PARA REDUZIR EMISSÕES DE METANO, SEGUNDO ESPECIALISTAS ... | 53 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 54 |
| LULA ASSINA MP QUE CRIA INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA NAVAL | 54 |
| COM INDICAÇÃO DE NOVO CEO, VALE SE LIVROU DE UM 'PESO', DIZEM ANALISTAS | 55 |
| PACOTE DO GÁS TENTA RESOLVER PREÇO ALTO DO PRODUTO COM MEDIDAS DE INTERVENÇÃO QUE VÃO DA EXTRAÇÃO ATÉ O CONSUMIDOR | 56 |
| MUDANÇAS NO MERCADO DE GÁS TRAZEM RISCO A INVESTIMENTOS E NÃO REDUZEM PREÇO NO CURTO PRAZO, DIZEM ANALISTAS | 59 |
| APÓS LEVANTAR R\$ 1,4 BILHÃO COM TÍTULO ‘VERDE’, GIGANTE DE DATA CENTER VIRA SÓCIA DE PARQUE EÓLICO NA BAHIA60 | |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 61 |
| PORTO DO AÇU CONSOLIDA ESTRATÉGIA PRÓ-TRANSIÇÃO ENERGÉTICA | 61 |
| UMA BR SUPERVAZIA | 62 |
| LOGÍSTICA SUSTENTA EXPORTAÇÃO DE GRÃOS NÃO TRANSGÊNICOS | 64 |
| QUEM É GUSTAVO PIMENTA, NOVO PRESIDENTE DA VALE, E QUAIS SEUS DESAFIOS? | 66 |
| LOGÍSTICA E VALOR SÃO PRINCIPAIS DESAFIOS PARA RECICLAGEM DE VIDRO DECOLAR NO BRASIL | 69 |
| VALOR ECONÔMICO (SP) | 73 |
| LULA CRITICA PRIVATIZAÇÕES E DIZ QUE 'TEM COISAS QUE TÊM QUE SER INEXORAVELMENTE DO ESTADO' | 73 |
| MP AUTORIZA CONCESSÃO DE QUOTAS DIFERENCIADAS DE DEPRECIÇÃO ACELERADA PARA NAVIOS-TANQUE PRODUZIDOS NO BRASIL | 75 |
| AGENDA DO DIA: IPCA-15 DE AGOSTO; HADDAD EM EVENTO DO SANTANDER | 75 |
| PETRÓLEO TEM ALTA FIRME APÓS ESCALADA DE TENSÕES NO ORIENTE MÉDIO | 77 |
| PROJETOS DE HIDROGÊNIO VERDE SOMAM R\$ 188 BI | 78 |
| RUMO ATUALIZA PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA FERROVIA DO MATO GROSSO | 79 |
| AGÊNCIA BRASIL - DF | 80 |
| GÁS NATURAL DA UNIÃO PODERÁ SER NEGOCIADO DIRETAMENTE NO MERCADO | 80 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS | 81 |
| REB ESTARÁ EM PAUTA DE AGENTES SETORIAIS NA FAZENDA | 81 |
| GOVERNO EDITA MEDIDAS DE INCENTIVO À INDÚSTRIA NAVAL E SETOR DE O&G | 82 |
| KONGSBERG TESTA CONECTIVIDADE PARA OPERAÇÕES AUTÔNOMAS COM EMBARCAÇÃO ELÉTRICA | 83 |
| ABRATEC ELEGE DIRETORIA PARA 2024-2026 | 84 |
| HENGLI HEAVY INDUSTRY E MSC FIRMAM ACORDO ESTRATÉGICO PARA EXPANSÃO NAVAL | 84 |
| PACIFIC ENVIRONMENT EXIGE PROIBIÇÃO DE DESCARGAS DE DEPURADORES NOS EUA | 84 |
| ARTIGO - AGUARDADA DECISÃO DO TCU SOBRE O SSE/THC2: EM JOGO, O FUTURO DA LOGÍSTICA PORTUÁRIA E A SEGURANÇA JURÍDICA DO SETOR | 85 |



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 085/2024
Página 4 de 92
Data: 27/08/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

| | |
|---|-----------|
| MOVECTA REGISTRA SUA MELHOR RECEITA EM UM PRIMEIRO SEMESTRE | 86 |
| BANCOS VÃO RESTRINGIR FINANCIAMENTO A ARMADORES QUE COMPROMETEM SEGURANÇA DOS MARÍTIMOS | 87 |
| HIDROVIAS DO BRASIL CONQUISTA, PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO, O SELO OURO DO PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL..... | 88 |
| VPORTS REGISTRA 23% DE CRESCIMENTO NA MOVIMENTAÇÃO ATÉ JULHO | 89 |
| SINDMAR ATUALIZARÁ DADOS SOBRE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA NAVEGAÇÃO BRASILEIRA | 89 |
| ESTRATÉGIAS ELEVARAM PATAMAR DO EAS, DIZ BRISOLLA..... | 90 |
| DRAGAGEM DO CANAL DE SÃO LOURENÇO PARA GRANDES EMBARCAÇÕES AVANÇA | 91 |
| MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA | 92 |
| ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM | 92 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ANTAQ APROVA DOCUMENTOS PARA LICITAÇÃO DE TERMINAL NO PORTO DE SANTOS

Local é destinado à movimentação de graneis líquidos, especialmente combustíveis
Por ATribuna.com.br



Terminal está localizado na zona industrial da Alemoa, na Margem Direita (Divulgação)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou os documentos preparatórios de licitação do terminal STS08, no Porto de Santos. Com isso, a Autoridade Portuária de Santos (APS) pode seguir com o processo de arrendamento da área. Destinado à movimentação de graneis líquidos, especialmente combustíveis, o terminal está localizado na zona industrial da Alemoa, próximo à Petrobras, na Margem Direita.

No final de 2023, foi assinado convênio de delegação entre a Agência e a APS que repassa, entre outras funções, a competência para realização de procedimento licitatório para arrendamento de instalações portuárias à gestora do Porto.

Com a aprovação da Antaq, que ocorreu na última quinta-feira, do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e das minutas de edital e do contrato de arrendamento, a APS está apta a abrir audiência e consulta públicas para o certame do terminal STS08.

O leilão deve representar R\$ 400 milhões em investimentos, em contrato de concessão por 25 anos prorrogáveis por igual período. O objetivo é ampliar a capacidade de cargas de graneis líquidos na Alemoa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 27/08/2024

JUSTIÇA REJEITA DENÚNCIA CRIMINAL CONTRA EX-DIRETORES DA CODESP EM SANTOS

Juiz não viu provas de intenção para crimes
Por Victor Barreto



Membros do alto escalão da antiga Companhia de Docas do Estado de São Paulo, a Codesp, respondem a uma série de denúncias na Justiça (Carlos Nogueira/AT)

Uma denúncia criminal contra três ex-membros do alto escalão da antiga Companhia de Docas do Estado de São Paulo (Codesp), atual Autoridade Portuária de Santos (APS), foi rejeitada após o juiz da 5ª Vara Federal de Santos, Roberto Lemos dos Santos Filho, reconsiderar sua própria decisão. A acusação foi retirada contra o ex-presidente da então Codesp, José Alex Botelho de Oliva (que chegou a ser preso), e contra os ex-diretores financeiro e de operações logísticas, Francisco José Adriano e Carlos Henrique de Oliveira Poço.



A denúncia em questão foi feita pelo Ministério Público Federal (MPF) no âmbito da Operação Tritão, deflagrada em 2018, que investigava crimes de peculato, falsificação de documentos, corrupção passiva, crimes da Lei de Licitações e previstos na Lei de Organização Criminosa. A investigação foi concentrada na assinatura de um contrato com a empresa Sphera Security, que prestaria serviços referentes ao cumprimento de norma internacional de segurança no Portos. Os crimes, segundo o MPF, teriam causado prejuízo de mais de R\$ 35,5 milhões à Codesp.

Oliva havia sido denunciado por condescendência em relação às contratações ilícitas; Adriano, por prorrogação indevida de contrato. Poço, por sua vez, foi acusado de participação direta na contratação da empresa investigada.

A nova decisão, publicada no início deste mês, entretanto, afirma que a denúncia trazia de forma vaga os supostos crimes cometidos pelos acusados. No entendimento do juiz, as circunstâncias nas quais se deram essas condutas - descritas em três parágrafos da denúncia, que tem 104 páginas - não foram narradas.

“Não é razoável, tampouco proporcional, exigir dos réus que eles se defendam de fatos vagos, não contextualizados, desprovidos de elementos que sugiram a presença de dolo. Ao contrário, o coerente neste caso seria que o órgão acusador explanasse de modo preciso as ações ilícitas perpetradas, esclarecendo de que modo as condutas praticadas pelos réus se enquadram nas figuras típicas”, escreveu Lemos.

O magistrado acrescentou que os delitos atribuídos aos acusados exigem intenção, o que não se conseguiu comprovar, visto que não foram apontados fatos que sugerissem que eles assinaram, aprovaram ou participaram da execução do contrato.

Dessa forma, a acusação contra os três ex-membros da Codesp foi considerada inepta pelo juiz, que acrescentou que o fato de terem ocupado cargos de direção à época da deflagração da Operação Tritão “não pode ser interpretado como indício de autoria”.

Procurado por A Tribuna, o MPF informou que vai recorrer da decisão.

Acusação mantida

A acusação contra cinco outros denunciados, contudo, foi mantida. São eles: José Júlio Pinero Labrana, à época sócio de uma empresa investigada; Hélio Marques Azevedo, guarda portuário; João Fernando Cavalcanti Gomes da Silva e Álvaro Luiz Dias de Oliveira, engenheiros da Codesp; e Marlon Ramos Figueiredo, ex-superintendente da Guarda Portuária.

Dentre as práticas denunciadas, há o pagamento e recebimento de propina, acordos escusos para desclassificar indevidamente outra empresa do processo licitatório, além da falsificação de assinaturas, notas fiscais e relatórios de medição.

Segundo Lemos, “foram trazidos elementos concretos e apontadas condutas devidamente contextualizadas dentro da narrativa delitativa que sugerem, pelo menos em tese, a prática de crimes”.

O juiz destacou a existência de provas suficientes, como gravações, declarações e depoimentos, os quais dão elementos para o prosseguimento da ação penal contra os acusados.

Outra ação

O mesmo juiz da 5ª Vara Federal de Santos, Roberto Lemos dos Santos Filho, absolveu, no ano passado, o ex-presidente da Codesp José Alex Botelho de Oliva (no cargo entre 2015 e 2018) e outros integrantes do alto escalão da companhia em outro processo, fruto de um contrato firmado pela Codesp com uma empresa envolvendo serviços de monitoramento por drones.

Na ação, distribuída em julho de 2021, os réus enfrentaram acusações de fraude à licitação e peculato - quando um funcionário público apropria-se ou desvia, em favor próprio, de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel em razão de seu cargo.

Reportagem procurou defesa dos acusados pelo MPF

O advogado de Hélio Marques de Azevedo (cuja acusação foi mantida), Gabriel Dondon Salum da Silva Sant'anna, disse que ficou surpresa, "uma vez que o relatório do próprio delegado da Polícia Federal isenta meu cliente de crimes, e a Codesp assim o absolveu no processo administrativo", pontuou, em nota, o advogado. "Justamente em virtude do que acreditamos ser um equívoco". Ele já entrou com recurso questionando a manutenção do cliente na ação penal. Representante de João Fernando Cavalcanti Gomes da Silva e Álvaro Luiz Dias de Oliveira, também com acusações mantidas, o advogado Eugênio Malavasi preferiu não se manifestar. "A instrução criminal sequer está designada, declarando-se, evidentemente, os meus constituintes como inocentes", afirmou.

O advogado Fábio Menezes Ziliotti, responsável pela defesa de José Júlio Pinero Labrana, que é acusado, disse que a defesa "demonstrará, no decorrer do processo, a não responsabilização do ora denunciado, em qualquer fato que possa ser considerado como criminoso".

Advogado de Marlon Ramos Figueiredo, Áureo Tupinambá Filho alegou que o ex-superintendente da Guarda Portuária é inocente e que "irá manejar a impugnação apropriada para a restauração da Justiça".

O advogado contestou os autos da ação penal que mantém a denúncia ao cliente dele, argumentando que "não houve descrição fática sobre a conduta imputada, mas mostrou-se a denúncia ser inepta, não pormenorizando quais seriam os atos criminosos que ele praticara, pois estes atos não existem".

Fora do processo

A Tribuna também procurou os ex-integrantes da alta cúpula da então Codesp para que pudessem se manifestar sobre a rejeição da denúncia contra eles.

O advogado Roberto Delmanto Júnior, que representa o ex-diretor financeiro da Codesp, Francisco José Adriano, comemorou. "A decisão é acertada, porque ele sequer era diretor na época da contratação da Sphera", afirma, acrescentando que Adriano já havia renunciado ao cargo na ocasião.

A Reportagem procurou a defesa de José Alex Botelho de Oliva, mas não foi atendida. A defesa de Carlos Henrique de Oliveira Poço não foi localizada.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/08/2024

PORTO DE SANTOS TERÁ NOVO SISTEMA DE AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO NO VALOR DE R\$ 150 MILHÕES

Após uma década de entrave, será implantado o chamado VTMISS

Por Victor Barreto



Sistema é um auxílio eletrônico à navegação no cais santista e possibilita o gerenciamento de dados para suporte às manobras de embarcações (Divulgação/ Antaq)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) anunciou a implementação do Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMISS, na sigla em inglês) do Porto de Santos. O sistema é um auxílio eletrônico à navegação e possibilita o gerenciamento e compartilhamento



de dados, o que dá suporte não só às manobras das embarcações, mas também no combate a atividades criminosas cometidas na área do cais. O edital de implantação deve ser publicado em outubro, conforme a APS.

O presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, destaca a importância do equipamento no Porto de Santos, dada ao alto fluxo de embarcações no canal de navegação. “Todos os dias, há cerca de 200 navios, sem considerar as embarcações de porte menor. Por isso, é necessário um sistema complexo que monitore toda a região para que possa atribuir eficiência, principalmente nas manobras dos navios cargueiros”, afirma o presidente da APS, Anderson Pomini.

Equipamentos

Segundo Pomini, para o funcionamento do VTMS, serão instaladas quatro antenas em locais distintos no Porto, as quais têm alcance em um raio entre 30 e 40 quilômetros de abrangência. “Com isso, conseguimos monitorar e oferecer informações detalhadas a todos os operadores”, diz.

Essas informações podem ser compartilhadas, por exemplo, com entidades como a Polícia Federal e a Receita Federal para combate a crimes como o tráfico de drogas e contrabando. Isso porque o VTMS permite a identificação de embarcações suspeitas ou não autorizadas a navegar na área do Porto Organizado. Pomini destaca, além disso, o monitoramento de impactos ao meio ambiente, possibilitado pelo equipamento.

O sistema também proporciona mais previsibilidade, o que otimiza o planejamento do transporte marítimo. Dessa forma, um navio que pretende atracar no Porto pode ajustar a sua velocidade de forma que entre diretamente, sem precisar esperar. AAPS informou que o edital de licitação que vai selecionar uma empresa para a implantação do VTMS está previsto para ser publicado em outubro. Conforme Pomini, o orçamento para a implementação é de R\$ 150 milhões.

Suspensa

A assinatura do contrato de implementação, de acordo com a APS, está prevista para o segundo trimestre de 2025. O projeto estava sem andamento há dez anos, após ser suspenso por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). “Procedimentos formais fizeram com que o processo ficasse parado por todo esse tempo, por isso, a APS está há cerca de 15 meses corrigindo o processo”, diz Pomini.

A suspensão aconteceu após o TCU questionar a não apresentação das licenças de instalação das antenas do equipamento, bem como pontos referentes à transparência do edital anterior. No momento, o projeto passa por atualizações.

Praticagem

Questionado a respeito da atuação da Praticagem após a implantação do VTMS, Pomini explicou que, embora a entidade tenha tecnologias de boa qualidade para as operações portuárias, em especial a entrada e saída dos navios no canal do Porto, o TCU determinou que a atividade é estratégica, portanto, necessita estar sob responsabilidade do Estado.

A Praticagem não será dispensada do monitoramento com o novo sistema. “No formato que estamos pretendendo, haverá uma atuação conjunta com os práticos e os técnicos da Autoridade Portuária. A nossa ideia é que, assim que a sala do VTMS for instalada no Porto de Santos, nós tenhamos profissionais dedicados da Praticagem que fiquem à disposição da APS, inclusive nessa sala”, ressalta Pomini.

Procurada, a Praticagem não quis comentar o assunto.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/08/2024

PORTO DE SANTOS É PORTA DE ENTRADA DE CARROS CHINESES, MAS IMPORTAÇÃO ELEVA FRETE

Pouco espaço nos navios acaba impactando os preços
Por Ted Sartori



Porto de Santos é uma das portas de entrada para carros importados que estão lotando as embarcações antes que os impostos subam mais (Divulgação/ Ecoporto)

O grande número de carros elétricos trazidos da China para o Brasil, em especial da BYD, causou um impacto muito grande em produtos com valor agregado mais baixo, em razão de um aumento em cascata que impacta os importadores que utilizam os portos brasileiros, como o de Santos. Entre os problemas está o aumento do frete

marítimo, dos impostos de importação e do preço do transporte.

As importações cresceram no primeiro semestre deste ano, numa corrida antes que o reajuste no imposto de importação desses veículos entrasse em vigor, o que aconteceu no dia 1º de julho. A taxa foi para 25% do valor do veículo para modelos híbridos, 20% para híbridos plug-in e 18% para carros totalmente elétricos. Antes era de 10% para os três.

Em julho do próximo ano, esses índices irão para, respectivamente, 30%, 28% e 25%. No mesmo mês, mas em 2026, a taxa aumentará em 35% para os três tipos. Ou seja, as empresas tentarão mandar o máximo de carros antes de a taxa atingir o topo. Isso significa navios cheios e menos espaço sobrando.

“As montadoras chinesas têm aproveitado a oportunidade para migrar operações e acelerar o envio de carros, usando muito espaço nos navios de grande carga e convencionais e ocupando muitos contêineres, o que eleva o preço para transportar outros produtos, já que falta espaço nos navios e, quando há, o preço fica mais caro”, explica o especialista em logística, Lúcio Lage Rodrigues, que também é diretor da Process Log & Comex.

Rodrigues comenta que o frete internacional de um contêiner da China para o Brasil era menos de US\$ 3 mil (aproximadamente R\$ 16,3 mil) no começo do ano e, agora, está próximo dos US\$ 10 mil (cerca de R\$ 54,5 mil).

“Como os impostos da importação incidem sobre o valor do frete internacional, essa conta aumenta mais ainda. O impacto é geral em todos os tipos de produtos, que passarão a chegar mais caros no Brasil. Claro, produtos com valor agregado mais baixo, tendem a ser mais afetados pois terão um aumento porcentual mais significativo”, explica.

O preço do frete marítimo entra na base de cálculo dos impostos de importação, o que causa um impacto relevante no valor final dos produtos, lembra o especialista em logística.

“É um aumento em cascata porque são vários impostos e contribuições. As alíquotas se mantêm, mas a base de cálculo aumenta. Ou seja, sobem os valores de Imposto de Importação (II), Impostos sobre Produto Industrializado (IPI), PIS/COFINS, Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Como consequência, o preço final dos produtos aumenta”, lista.

Soluções



O vice-presidente da Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros (Feaduaneiros), Wellington de Jesus Victoriano, lembra que, mesmo nesse contexto de subida das taxas, por enquanto não se percebe a redução das importações desses veículos.

“Não só o Porto de Santos teve impacto (com o efeito cascata do aumento), mas outros também, como o do Rio de Janeiro, o de Vitória, no Espírito Santo, mais especificamente o Terminal de Vila Velha, o Porto de Suape, em Pernambuco, entre outros. Em geral, todo congestionamento logístico é um gargalo que impacta toda uma cadeia e pode aumentar os custos da operação, uma vez que a fluidez é que dinamiza o comércio exterior e lhe dá manutenção para mais negócios e rentabilidade”, analisa.

Rodrigues afirma que há alternativas logísticas possíveis. “Buscar por rotas com maior tempo de percurso (transit time), que possuem preços mais baixos. Outra possibilidade seria utilizar contêiner alternativo, como o contêiner refrigerado desligado (NOR), que em geral possui preços mais baixos”, sintetiza.

Situação ajuda indústria nacional

O aumento do imposto de importação dos carros elétricos e esse efeito cascata nos preços, pode também incentivar a indústria nacional para investir nessa produção, justamente pelo encarecimento dos custos.

“Acreditamos que sim. A importação é sempre uma porta para entrada de novas tecnologias e o aprimoramento da atual. Por exemplo, alguns modelos da BYD, gigante chinesa do ramo de carros elétricos, serão produzidos na fábrica de Camaçari na Bahia, uma nova era para a indústria automotiva brasileira”, afirma o vice-presidente da Federação Nacional dos Despachantes Aduaneiros (Feaduaneiros), Wellington de Jesus Victoriano.

O especialista em logística Lúcio Lage Rodrigues acredita que esse processo dependerá muito de questões governamentais, que passam por incentivos para que as montadoras venham para o País. “Essa é uma questão mais macro, mas pode haver, sim, incentivo, de uma forma ou de outra, mas isso é algo mais global”, completa.

Consonância

Procurado, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços informou, em nota, que a retomada gradual do imposto de importação sobre carros elétricos está em consonância com a política governamental de incentivos à produção de veículos sustentáveis no Brasil já vem ocorrendo.

“Os incentivos estão presentes no Programa de Mobilidade Verde e Inovação (Mover), lançado em dezembro/2023. O Mover estimula investimentos em novas tecnologias e aumenta as exigências de descarbonização da frota automotiva brasileira de carros, ônibus e caminhões. Desde o seu lançamento, as montadoras com fábricas no país já anunciaram investimentos de R\$ 130 bilhões”, afirma, no texto.

Potencial

A pasta acrescenta que, assim, “a medida contribui para produção de conhecimento, emprego e renda no Brasil, além de aproveitar o potencial do País tanto em capacidade produtiva instalada quanto em diversificação da matriz energética e em tecnologias automotivas sustentáveis – por exemplo, a produção de carros elétricos híbridos a etanol, que está entre os investimentos já anunciados pelas montadoras”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 25/08/2024

SINDAPORT TERÁ ASSEMBLEIA SOBRE O FUNDO DE PENSÃO SUPLEMENTAR

A intenção é discutir a contraproposta apresentada no último dia 5 agosto pela Federação Nacional dos Portuários (FNP)

Por **Ted Sartori**



A assembleia ocorre no auditório do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport) (Carlos Nogueira/AT)

Uma assembleia no auditório do Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport), em 2 de setembro, às 10 horas, irá reunir os assistidos e participantes do Portus - Instituto de Seguridade Social, o fundo de pensão suplementar de funcionários das companhias docas (autoridades portuárias).

A intenção é discutir a contraproposta apresentada no último dia 5 agosto pela Federação Nacional dos Portuários (FNP), em conjunto com entidades representativas da categoria, para novo equacionamento do fundo.

Dentro da contraproposta, já existem sete pontos contemplados na proposta dos patrocinadores (companhias docas): reajuste de 12,81% sobre os valores atuais dos benefícios (com retroatividade a abril de 2024), retorno do reajustamento anual dos benefícios pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses (a partir de janeiro de 2025), retorno do pagamento do pecúlio por morte, pagamento do pecúlio por morte aos beneficiários dos participantes e assistidos que faleceram entre a implantação do acordo de 2020 e a assinatura do novo acordo, retorno do abono anual, pagamento do abono anual de 2020 aos assistidos e redução linear da alíquota de contribuição extraordinária de 18,47% para 15,59%.

Caso a contraproposta seja aprovada, a revisão poderá ser realizada e os benefícios restabelecidos. Se houver a negativa na assembleia, restará apenas a Justiça, segundo as entidades.

Antes da assembleia, uma reunião será realizada na próxima terça-feira (27), em Brasília, para definir o assunto. O Sindaport fica na Rua Júlio Conceição, 91, na Vila Mathias.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 25/08/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PORTOS - SUAPE ATRACA NO CENTRO-OESTE EM BUSCA DO AGRONEGÓCIO

Na feira Ficomex 2024 que acontece em Goiânia, o diretor-presidente de Suape busca tornar o porto rota para exportações do Centro-Oeste

Por **Patricia Raposo** - patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br



Márcio Guiot, presidente de Suape

O Porto de Suape participa da Feira Internacional de Comércio Exterior do Brasil Central (Ficomex 2024), que começa nesta terça-feira (27) e segue até a próxima quinta (29), no Centro de Convenções de Goiânia (GO). A intenção da administração portuária é tornar Suape porto de escoamento para produção do agronegócio do Centro-Oeste.

O evento reúne 160 expositores de sete estados da federação. “Vamos apresentar o nosso porto como rota



viável para a exportação de produtos do agronegócio, que é um dos principais segmentos econômicos de maior evolução e capacidade de gerar riquezas do Brasil”, justifica Marcio Guiot, diretor-presidente de Suape.

Na feira, ele espera vender os atributos do porto pernambucano: infraestrutura moderna, baixo custo logístico e eficiência no tempo e agilidade das operações. “São requisitos fundamentais para escoamento de produtos agrícolas e pecuários para outros países. É um porto que está pronto para ajudar a reduzir o gargalo atual verificado no escoamento da produção brasileira para outros continentes”, afirma Guiot.

O gestor terá oportunidade de apresentar os diferenciais de Suape no Painel Logística, no dia 28, às 17h, dividindo o palco com o secretário de Infraestrutura de Goiás, Pedro Sales; o diretor de Terminais e Logística do Porto do Açu, João Braz; do gerente-executivo de Comércio Exterior da Milhão Ingredients, Valdo Rodrigues; e do presidente-executivo da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás, Edwal Portilho.

Porta para exportação

O foco do debate será justamente a infraestrutura viária que interliga a região Centro-Oeste aos atracadouros com potencial para escoar a produção da região. Já o coordenador de Planejamento e Negócios Portuários da estatal portuária, Nilson Monteiro, integrará, no dia 29, painel sobre a infraestrutura do porto pernambucano.

O estande de Suape contará com a presença do secretário-executivo de Atração de Investimentos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDEC), Maurício Laranjeira; do diretor de Desenvolvimento e Gestão Portuária de Suape, Rinaldo Lira; e de outros colaboradores da empresa.

Além da feira, a comitiva pernambucana visitará importantes players do segmento com visibilidade no cenário internacional. “Vamos ter agendas estratégicas para mostrar todo o potencial de Suape, desde os diferenciais em termos de infraestrutura portuária, tempo de espera de atração dos navios, à capacidade de expansão e crescimento de cargas no porto”, enfatiza Rinaldo Lira.

A Ficomex é realizada pela Federação das Associações Empreendedoras, Comerciais, Industriais, de Serviços, de Tecnologia, de Turismo e do Terceiro Setor do Estado de Goiás (Faciest), com correalização da Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg), em parceria com o governo estadual.

Prêmio para Suape

No começo de agosto, a estatal recebeu, pela primeira vez, o troféu de 1º lugar no ranking do Índice de Gestão de Autoridades Portuárias (IGAP), principal categoria do Prêmio Portos + Brasil 2024, evento promovido anualmente pelo Ministério de Portos e Aeroportos. A honraria é um reconhecimento aos avanços conquistados pelos atracadouros organizados e os Terminais de Uso Privado (TUPs) brasileiros em 2023.

O índice avalia os portos brasileiros a partir de 15 métricas, como desempenho de gestão e governança, transparência na divulgação de informações, capacidade de realização de investimentos e qualidade da gestão ambiental, entre outros aspectos. O IGAP tem papel fundamental na retomada da autonomia pelos portos. No Prêmio Portos + Brasil 2023, Suape ficou em terceiro lugar no ranking do IGAP, com nota 8,5. Na edição de 2022, a estatal alcançou a nota 9 e, em 2021, 8. No ano da primeira edição, 2020, ficou com 7.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/08/2024

PREÇO DE ENERGIA SOBE NO MERCADO E VAI CHEGAR AO CONSUMIDOR

A maior fonte geradora de energia do País continua sendo as hidrelétricas. Quando a água dos reservatórios diminui, as térmicas são acionadas

Por **Ângela Fernanda Belfort** - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



A perspectiva de uma seca rigorosa no Norte fez o governo se programar para mais térmicas entrarem em operação e diminuir o uso da água em hidrelétricas como a de Belo Monte. Foto: Hamilton Mourão/ Agência Brasil.

A conta de energia vai ficar mais cara para todos os brasileiros por causa da diminuição das chuvas que está ocorrendo no Sudeste, Centro-Oeste e Norte do País – por causa do clima mais seco – e a entrada em operação de mais termelétricas. No mercado, o megawatt-hora (MWh) que estava por R\$ 120 em agosto está sendo comercializado por R\$ 320 para os contratos de venda fechados para outubro. E a expectativa é de ficar ainda mais alto próximo ao final do ano, segundo consultores do setor.

No último domingo, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) autorizou a entrada em funcionamento de 6 gigawatts (GW) de térmicas. Para o leitor ter ideia, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) tem uma capacidade instalada para gerar 10 GW, mas produz, em média, cerca de 6 gigawatt-hora (GWh).

O acionamento das térmicas está sendo feito para poupar a água principalmente dos reservatórios do Norte, mas também do Centro-Oeste e Sudeste do País. As hidrelétricas estavam produzindo 48,4% de toda a energia do sistema no último domingo (25). Há consultores argumentando que a bandeira tarifária em breve será vermelha.

Segundo a informações da Kroma Energia, o reflexo da entrada em operação das térmicas será notado de imediato com as bandeiras tarifárias. “O sistema tem um modelo muito sensível, sendo bem mais volátil que o dólar ou o Ibovespa por exemplo”, comenta o presidente da Kroma Energia, Rodrigo Mello.

O preço da energia e o bolso do consumidor

Há duas maneiras do preço alto da energia chegar a conta do consumidor final que compra energia a uma distribuidora, como por exemplo, a Neoenergia Pernambuco no caso dos pernambucanos. A primeira é a bandeira tarifária que tenta repassar o alto de custo da produção de energia já no mês seguinte. Existem três bandeiras: a verde – que não impacta na conta -; a amarela, que trouxe um acréscimo de R\$ 1,885 em julho para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos em julho último. E, por último, a bandeira vermelha pode acrescentar R\$ 7,877a cada 100 kWh consumidos.

A outra maneira é embutir o custo das térmicas no reajuste anual das distribuidoras que ocorre uma vez por ano. Tanto a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) quanto o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) dissolveram os custos das térmicas nos reajustes anuais depois de uma estiagem, como aconteceu, respectivamente, em 2012 e 2020.

Em 2020, o governo federal foi muito criticado por não ter acionado as térmicas assim que ocorreu a sinalização de que iria ocorrer uma grande estiagem. Resultado: teve térmica que foi contratada, quando não era mais necessária, mas a conta resultou em reajustes altos para os consumidores das distribuidoras, fazendo parte do reajuste anual.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou, em nota, que não há qualquer problema de atendimento energético e que o Sistema Interligado Nacional (SIN) dispõe de recursos suficientes para atender a demanda por energia.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/08/2024

REGÁS, DE SUAPE, TERÁ MAIS UM USUÁRIO ALÉM DA SHELL

Terminal de Gás de Suape ajudará a acelerar a transição energética em Fernando de Noronha e no Araripe

Por *Patricia Raposo* - patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br



Suape - Terminal de granéis líquidos de Suape/Foto: divulgação Suape

Quando entrar em operação em 2025, o Terminal de Regaseificação de Suape, o Regás, um investimento de R\$ 2 bilhões, será de fundamental importância para a segurança energética de segmentos que utilizam o gás como fonte de energia em Pernambuco. Além disso, ajudará a acelerar a transição energética em Fernando de Noronha e no Araripe.

O Regás é um investimento da holding brasileira OnCorp, que venceu a licitação para sua implementação em 2022. A Shell, gigante multinacional do setor de óleo e gás, foi anunciada há certo tempo como compradora da molécula para fornecer à usina Termopernambuco. Nos próximos dias, porém, um novo operador será anunciado, conforme adiantou com exclusividade ao Movimento Econômico, o diretor-presidente da OnCorp, João Mattos.

Esse novo usuário tornará o Regás de múltiplo uso, o que o diferencia dos demais terminais privados brasileiros, que são projetos feitos para atender exclusivamente alguma usina térmica. Além disso, o terminal de Suape tem outro diferencial: será o primeiro a operar conectado a um gasoduto, no caso o da TAG. Isso permitirá ao Regás distribuir o gás do Rio de Janeiro ao Ceará.

“Pernambuco é Top 3 no PIB do Nordeste ao lado da Bahia e Ceará, mas o estado pernambucano não tem nenhuma originação de gás por questões geológicas. Todo gás consumido no estado vem de outras regiões. No entanto, Pernambuco tem a indústria mais sólida no consumo de gás da região, que depende de gasoduto e tem na sua tarifa o custo do transporte”, ressalta João Mattos.

O Regás vai servir como ponto de originação de gás para Pernambuco. “Isso será possível porque teremos um navio estacionário em Suape para receber o gás natural líquido. Esse navio servirá tanto para armazenar e como regaseificar a molécula para os consumidores de malha. Isso permitirá a distribuição tanto por modal rodoviário como por cabotagem”, explica.

Regás eliminará óleo de Noronha

O terminal também será fundamental para a transição energética em duas áreas importantes de Pernambuco, o Polo Gesseiro do Araripe e Fernando de Noronha. O primeiro tem contribuído para devastar o bioma da Caatinga, já que faz uso de lenha. O segundo é um paraíso natural que é iluminado à base do ultra poluente óleo diesel.



Fernando de Noronha - Geração de energia em Fernando de Noronha ainda é por meio do óleo diesel/Foto: divulgação Fernando de Noronha.

Com o terminal, as indústrias do polo passarão a receber o gás natural liquefeito (GNL). Um terminal de regaseificação da Copergás se encarregará de devolver a consistência original à molécula, levando o gás aos fornos e eliminando definitivamente o uso da lenha como combustível. No arquipélago de Fernando de Noronha, o gás será usado na usina térmica.

“Foi um gol de placa do governo do estado e da Copergás a implantação de um terminal de regaseificação no Araripe. O polo gesseiro tem um potencial de gás de 300 mil m³ por dia. Hoje, o

consumo em Petrolina e Garanhuns, que também contam com terminal semelhante, não chega a 50m² por dia”, comenta João Mattos.

Cais em Suape

O Regás vai operar no Cais de Múltiplos Usos (CMU) de Suape e deverá elevar sua utilização de 18% para 100%. Na semana passada, o Regás entrou no Novo PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

O projeto do Terminal de Regaseificação Suape faz parte de um conjunto de iniciativas voltadas para o fortalecimento da malha integrada de gás natural liquefeito (GNL) no país, contribuindo para a segurança energética nacional e para o desenvolvimento sustentável da matriz energética.



Assista aqui ;

<https://youtu.be/1KKNQUpYVhU>

O diretor-presidente da OnCorp, João Mattos, conversou com o Movimento Econômico sobre o Regás

A OnCorp, que foi constituída em 2001, durante a crise energética do governo de Fernando Henrique Cardoso, tem hoje 500 megawatts instalados no Norte e Nordeste. A empresa foi uma das pioneiras na construção de termelétricas durante a crise energética do começo dos anos 2000. Recentemente construiu a primeira usina híbrida do sistema isolado da Amazônia, que consorcia geração térmica, energia solar fotovoltaica e um sistema de armazenamento em grandes baterias (BESS), desenvolvido pelo Grupo Moura.

As novas usinas, situadas nas cidades de Amajari e Paracaima, em Roraima, trazem soluções mais sustentáveis para uma parte do Brasil que não é atendida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN).

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/08/2024

COM OFERTA DE BUNKER, SUAPE ATRAIRÁ NAVIOS COM MAIS CARGA E MENOS COMBUSTÍVEL

O abastecimento de navios com óleo de combustível marítimo em porto, conhecido como operações de bunker, foi viabilizado em Suape a partir de parceria entre Ultracargo e Dislub

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Operação de bunker: combustível será bombeado do terminal da Ultracargo para uma barça através do Píer de Granéis Líquidos – PGL 1. Foto: Porto de Suape/Divulgação

As operações de bunker, abastecimento de navios com óleo de combustível marítimo, no Porto de Suape, em Pernambuco, terão início oficial na próxima sexta-feira (30). O serviço permite que navios não precisem transportar, além da sua carga, combustível extra para garantir o cumprimento de suas rotas comerciais.

A nova modalidade de abastecimento está disponível aos navios que atracam no porto desde 1º de maio deste ano e foi viabilizada a partir de uma parceria entre as empresas Dislub e Ultracargo, que possui terminal destinado à movimentação de granéis líquidos em Suape.

A possibilidade de não precisar transportar uma reserva própria dá uma maior atratividade ao porto em relação aos outros terminais desta região do país, já que o espaço anteriormente dedicado nas

embarcações ao armazenamento de combustível pode ser, agora, aproveitado para o transporte de diferentes mercadorias.

A consequência da mudança é a redução de custos e a otimização das viagens, impulsionando a competitividade do terminal de Pernambuco e de toda a região Nordeste.

Operações de bunker, porto mais atrativo

Em 2023, o Porto de Suape, o sexto atracadouro público brasileiro em operação de cargas, registrou uma movimentação de 23,9 milhões de toneladas. No primeiro semestre deste ano, a movimentação chegou a 12,2 milhões de toneladas. Com as operações de bunker, o Porto de Suape prevê um aumento desta movimentação.

Dos navios que fazem rotas internacionais, estima-se que apenas cerca de 25% deles abasteçam no Brasil. Segundo avaliação da Dislub, devido à sua localização e perfil concentrador de cargas, o Porto de Suape tem uma demanda natural por bunker. A empresa entende que a nova operação preenche essas lacunas estimulando uma maior competitividade.

A Dislub prevê, ainda, que sejam comercializadas mensalmente de 35 mil a 40 mil toneladas de óleo bunker. Para otimizar as operações, a empresa terá acesso a uma infraestrutura composta por quatro tanques, cada um com capacidade de 10 mil m³, isto é, um total de 40 mil m³ para armazenamento de combustível. O produto será bombeado do terminal da Ultracargo para uma barcaça através do Píer de Granéis Líquidos – PGL 1.

Sobre o evento

O anúncio oficial do início das operações de bunker em Suape ocorre na próxima sexta-feira (30), a partir das 10h, no auditório do Porto. Estarão presentes, além de representantes da Ultracargo e da Dislub, o diretor-presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape, Márcio Guiot, e o secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti.

Também participam da cerimônia representantes da Capitania dos Portos de Pernambuco, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) – Regional Recife, do Sindicato das Agências de Navegação Marítima de Pernambuco, da Receita Federal e da Agência Estadual de Meio Ambiente.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/08/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AGÊNCIA APROVA DOCUMENTOS PREPARATÓRIOS PARA A LICITAÇÃO DO TERMINAL STS08, LOCALIZADO NO PORTO DE SANTOS (SP)

Com o convênio de delegação, o porto é o responsável pelo arrendamento e deve dar andamento ao processo

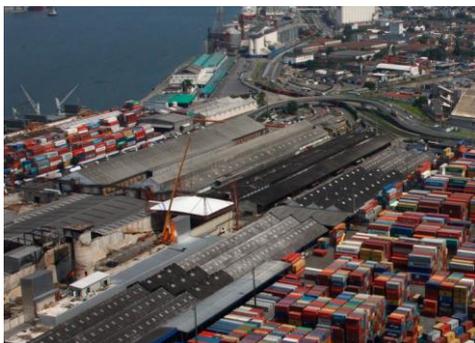


Foto: Porto de Santos (SP)

Brasília, 26/08/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou os documentos preparatórios de licitação do terminal STS08, localizado no Porto de Santos (SP). Com isso, o porto poderá seguir com o processo de arrendamento da área.

No final de 2023, foi assinado convênio de delegação entre a Agência e a Autoridade Portuária de Santos (APS) que

repassa, entre outras funções, a competência de realização de procedimento licitatório para arrendamento de instalações portuárias à autoridade portuária.

Por isso, com a aprovação da Diretoria Colegiada da ANTAQ, na última quinta-feira (22), do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e das minutas de edital e do contrato de arrendamento a APS está apta a abrir audiência e consulta públicas para o certame do terminal STS08.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 27/08/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SUSTENTABILIDADE - GOVERNO FEDERAL AVANÇA EM POLÍTICAS ENERGÉTICAS: REDUÇÃO DE EMISSÕES E SUSTENTABILIDADE EM FOCO

Ações interministeriais marcam um avanço na redução das emissões de gás carbono e no fortalecimento das políticas para combustíveis sustentáveis



Governo Federal avança em políticas energéticas: redução de emissões e sustentabilidade em foco
Cerimônia sobre a Política Nacional de Transição Energética (PNTE), - Foto: Vosmar Rosa

Nesta segunda-feira (26), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, marcou presença na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), realizada no Ministério de Minas e Energia (MME). Durante o encontro, foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho para apoiar o CNPE na formulação de medidas e diretrizes para o mercado de combustíveis utilizados em transportes marítimos, aviação e gás liquefeito de petróleo (GLP).

O grupo contará com a participação de 17 instituições, incluindo o MPor, e terá como objetivo buscar soluções para reduzir a pobreza energética no Brasil e estimular a produção de GLP Renovável (BioGLP). Os resultados desse trabalho auxiliarão o CNPE na elaboração de novas políticas e tipos de combustíveis para os setores aquaviário e aéreo no país, com o intuito de apoiar as indústrias e cadeias produtivas desses setores e implementar as políticas em portos, hidrovias e aeroportos. Além disso, essas decisões poderão impactar projetos financiados pelo Fundo de Marinha Mercante (FMM) e Debêntures de Infraestrutura.

Na sequência, o ministro Silvio Costa Filho participou do lançamento da Política Nacional de Transição Energética (PNTE), evento que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros de Estado e outras autoridades importantes. A PNTE estabelece diretrizes para a estratégia brasileira de transição energética, reforçando o compromisso do Governo Federal com a redução das emissões de gases de efeito estufa, a geração de oportunidades de emprego, a segurança do suprimento e o combate às desigualdades sociais e regionais.

A PNTE promoverá a articulação e coordenação da transição energética no Brasil, criando sinergia entre as políticas governamentais, como a Política Nacional de Mudança do Clima e o Plano de

Transformação Ecológica, para fortalecer a nova economia global e gerar emprego e renda no país. A expectativa é de que o Brasil possa receber R\$ 2 trilhões em investimentos.

"Essa política terá impactos significativos nos setores sob nossa responsabilidade, especialmente em relação aos ajustes graduais para a redução das emissões de carbono. Isso inclui a necessidade de mudanças nos tipos de combustíveis utilizados em portos, aeroportos, hidrovias e transportes", destacou o ministro Silvio Costa Filho.

Importante destacar ainda que o MPor também vai participar ativamente do Fórum Nacional da Transição Energética (Fonte), que é um instrumento permanente e de caráter consultivo, para estimular, ampliar e democratizar as discussões sobre transição energética do Governo Federal junto à sociedade civil, setor produtivo e entes subnacionais. O diálogo com a sociedade civil é essencial para a construção e aprimoramento de uma política de transição energética no país. Além disso, o fórum consultivo e permanente apresentará recomendações ao CNPE.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 27/08/2024

INCLUSÃO SOCIAL - VOA BRASIL: 8 MIL PASSAGENS VENDIDAS EM UM MÊS

Aposentados aproveitam a oportunidade para visitar familiares e explorar novos destinos, com destaque para as capitais do Nordeste



Completando um mês de operação, o balanço inicial do programa Voa Brasil já revela resultados positivos: aproximadamente 8 mil passagens aéreas já foram vendidas.

A iniciativa foi lançada pelo Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor) no dia 24 de julho com o objetivo de tornar o transporte

aéreo no Brasil mais acessível oferecendo passagens domésticas a partir de R\$ 200,00 por trecho, inicialmente focada nos aposentados do INSS que não viajaram de avião nos últimos 12 meses.

Nestes 30 dias de funcionamento, o programa já permitiu que muitos aposentados concretizassem o sonho de visitar familiares e amigos distantes, além de explorar novos destinos e culturas.

Até o momento, os destinos mais procurados foram as capitais do Nordeste, com destaque para Natal, Recife, Fortaleza, Salvador, João Pessoa e São Luís. A maior parte das viagens tem origem nos aeroportos de Guarulhos (SP), Congonhas (SP) e Galeão (RJ), embora também tenha havido uma significativa movimentação em aeroportos regionais como Petrolina (PE), Vitória da Conquista (BA) e Caxias do Sul (RS).

Como utilizar

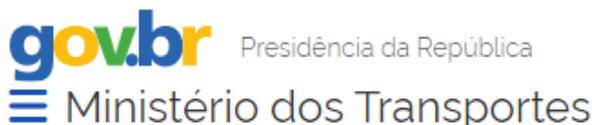
O Voa Brasil funciona utilizando a malha aérea ociosa, ou seja, aproveita assentos disponíveis em voos com baixa ocupação, permitindo às companhias aéreas ajustar suas ofertas conforme a demanda. Por isso, é recomendado que os beneficiários planejem suas viagens com antecedência, preferindo dias de menor procura, como de terça a quinta-feira, e períodos de baixa temporada, entre março e junho ou agosto e novembro.

Os interessados podem conferir todas as informações através do site oficial do programa:

<https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/conheca-o-voa-brasil>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 27/08/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

AVISO DE PAUTA - BR-381/MG, ENTRE BELO HORIZONTE E GOVERNADOR VALADARES, VAI A LEILÃO NESTA QUINTA (29); TRECHO É CONHECIDO COMO “RODOVIA DA MORTE”

O Ministério dos Transportes realiza o leilão da BR-318/MG, no trecho que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, nesta quinta-feira (29). A abertura das propostas acontece na B3, em São Paulo, com a presença do ministro Renan Filho.

Com a concessão, a rodovia receberá mais de R\$9 bilhões em investimentos. Entre as melhorias previstas estão 106 quilômetros de duplicação, 83 quilômetros de faixas adicionais, 51 correções de traçado, além de áreas de escape, pontos de parada e descanso para caminhoneiros e 23 passarelas para a travessia de pedestres.

Além do ministro Renan Filho, participam ainda do evento o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão.

Cobertura de imprensa

Profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento devem se credenciar pelo e-mail imprensa@b3.com.br.

O leilão poderá ser acompanhado ao vivo pelo canal do Ministério dos Transportes no YouTube: <https://www.youtube.com/@mintransportes>

SERVIÇO

O quê: Leilão da BR-318/MG (trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares)

Quando: Quinta-feira (29), às 14h

Onde: B3 - Rua Quinze de Novembro, 275 - Centro Histórico de São Paulo

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 27/08/2024



PORTAL PORTO GENTE

ECOVIAS EXECUTA OBRAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NO SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES

Redação Portogente

Intervenções visam manter a segurança, a qualidade das rodovias e o conforto dos motoristas

O Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), sob concessão da Ecovias, receberá serviços de manutenção em todos os trechos entre 26 de agosto e 1º de setembro. As obras visam manter a qualidade das vias, a segurança e o conforto dos usuários.

Na Anchieta, do km 9,7 ao km 65, em ambas as direções, serão realizadas intervenções no pavimento, pontes, túneis, passarelas, viadutos, limpeza de barreiras de concreto, implantação de telamento, lavagem de placas, limpeza de drenagem, manutenção de postes de iluminação e reparo em defensas metálicas, das 8h às 17h e das 21h às 5h. Durante o período noturno, também serão realizados serviços de sinalização vertical e horizontal de placas.



Foto: Divulgação

Na rodovia dos Imigrantes, do km 11 ao km 70, em ambos os sentidos, serão executadas manutenções em túneis, pontes, passarelas, viadutos, pavimento, além de implantação de telamento, lavagem de placas, limpeza de drenagem, recuperação de barreiras de concreto e reparo em defensas metálicas. Durante o período noturno, das 21h às 5h, também serão realizados trabalhos de implantação de drenagem, sinalização e manutenção de placas.

Na Cônego Domênico Rangoni e na Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, em toda a extensão e em ambos os sentidos, estão programadas ações de manutenção do pavimento, túneis, passarelas, viadutos e pontes, além de limpeza de barreiras de concreto, implantação de telamento, lavagem de placas, limpeza de drenagem e reparo em defensas metálicas, das 8h às 17h e das 21h às 5h. Durante o período noturno, também serão realizados serviços de sinalização vertical e horizontal de placas.

Nas Interligações Baixada e Planalto, e na saída do Guarujá pela SP-248, em toda a extensão e em ambos os sentidos, serão realizados serviços de manutenção do pavimento, túneis, passarelas e viadutos, além de limpeza de barreiras de concreto, implantação de telamento, lavagem de placas, limpeza de drenagem e reparo em defensas metálicas, das 8h às 17h e das 21h às 5h. Durante o período noturno, das 21h às 6h, estão programados os serviços de sinalização vertical e horizontal de placas.

Outros serviços, como varrição manual e mecanizada, cata-papel, coleta de lixo e entulho, poda, limpeza de drenagem e reparo no guard-rail também serão realizados nas rodovias. Faixas e acostamentos serão bloqueados e sinalizados para garantir a segurança dos motoristas e trabalhadores.

Bloqueios

De 26 a 29 de agosto, das 20h às 5h, as pistas sul da Anchieta e da Imigrantes serão bloqueadas no trecho de serra para obras. Durante esse período, a descida para o litoral será realizada pela pista norte da Anchieta, e a subida será realizada pela pista norte da Rodovia dos Imigrantes.

Nos dias 30 e 31 de agosto, entre 23h30 e 5h30, a pista norte da rodovia dos Imigrantes será bloqueada no trecho de serra para transposição de cargas especiais. Durante esse período, a subida será realizada pela pista norte da Anchieta.

***As datas e horários dos serviços podem ser alterados devido a condições de tráfego, clima ou ocorrências imprevistas.*

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 27/08/2024

DEBATER A CIDADE-PORTO DE SANTOS COMO TEMA ELEITORAL

Editorial Portogente

Um debate como cultura política, sem proselitismo nem demagogia

A cidade do Porto de Santos, o principal do hemisfério sul, caminha para a mobilidade caótica. Propriamente relacionada com o seu porto, que tem a cidade, que tem um porto, a sua atividade portuária é intensa. Entretanto, a sua relação porto-cidade é incompatível com o processo de metropolização, como mostra a obra da ponte dos Barreiros, recém reformada com afã político e sem gabarito suficiente para passar o transporte hidroviário.



Navio bomba - Foto: Divulgação

Veja mais: Navio-bomba deve ser preocupação do prefeito de Santos - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115851-navio-bomba-deve-ser-preocupacao-do-prefeito-de-santos>

É óbvio que, por motivos logísticos, o Porto de Santos subjugou a região e impôs mudanças, bem como interfere nas suas forças políticas. Fenômeno peculiar às cidades portuárias, em todo mundo. Como Centro Universitário de Excelência, a cidade de Santos

dispõe de potencial privilegiado para pesquisa. Portanto, é imperativo que o plano mestre portuário deve abranger a conectividade das áreas portuárias com o amplo espaço urbano contíguo ao porto, preservando a cidade para pessoas.

Veja mais: Santos sob a ameaça do navio-bomba; quem lucra com isso? - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115832-quem-lucra-com-o-navio-bomba-e-quem-e-ameacado>

Urbanisticamente, a relação Porto-Cidade é um pressuposto de que a cidade é um espaço para facilitar interações entre pessoas; criar novas ideias; gerar riqueza e aprimorar a qualidade de vida. Uma linha de base para refletir o principal porto do Brasil e promover o alinhamento das interações administrativas municipal e portuária. Adverso do que se assiste no caso do “navio-bomba”, fundeado na cabeceira do canal de acesso ao porto, armazenando gás natural liquefeito (GLN) com potência de bombas atômicas e ameaçando a população da cidade.

Veja mais: Projeto Nenem - Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/116057-projeto-nenem>

O GLN não está isento de acidentes, que podem provocar graves consequências. A simulação dos cenários mais críticos em software especializado, para os períodos do dia e da noite, mostrou o alcance de vulnerabilidade para os efeitos físicos até 6,2 km, referente um incêndio em nuvem, no período da noite. Distância muito maior que a do navio-bomba aos tanques de produtos inflamáveis da Ilha do Barnabé e da Alemoa. Fato que intranquiliza a população de Santos e exige manifestação pública da empresa certificante.

Veja mais: Juiz autoriza operação de “navio-bomba” no Porto de Santos e MP recorre - portogente

<https://portogente.com.br/mar-juridico/216-mar-juridico/115819-juiz-autoriza-operacao-de-navio-bomba-no-porto-de-santos-e-mp-recorre>

Debater esse licenciamento da operação do navio-bomba pela CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo é imperativo e central nessa campanha eleitoral, como luz do sol para clarear um assunto que envolve a perpetuação da problemática, que ameaça a sociedade. Principalmente por envolver áreas contíguas de armazenagem de produtos inflamáveis sem distâncias de segurança recomendadas e que, assim, potencializa a explosão e risco de grave acidente envolvendo vidas humanas.

Veja mais: Ecovias realiza obras de manutenção e conservação em todo o Sistema Anchieta-Imigrantes – Portogente

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/116044-ecovias-realiza-obras-de-manutencao-e-conservacao-em-todo-o-sistema-anchieta-imigrantes>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 27/08/2024



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A LOG-IN E A CABOTAGEM NO BRASIL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A aquisição do navio Log-In Experience pela armadora Log-In Logística Integrada é uma boa notícia para o setor de transporte marítimo brasileiro. A incorporação de uma embarcação moderna e eficiente à frota da empresa comprova seu compromisso com a inovação, a sustentabilidade e a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes.

A cabotagem, modalidade de transporte marítimo realizado ao longo da costa de uma nação ou de um continente, desempenha um papel fundamental na economia brasileira. Ao conectar os diversos portos do País, ela contribui para a integração nacional, reduzindo a dependência do transporte rodoviário e ferroviário, e, conseqüentemente, os custos logísticos.

A chegada do Log-In Experience, com suas características modernas e eficientes, evidencia a crescente importância da cabotagem para o desenvolvimento do Brasil. Ao investir em novas embarcações, as empresas de navegação demonstram confiança no potencial de crescimento do setor e contribuem para a modernização da matriz de transportes brasileira.

A adoção de tecnologias como a telemetria e o sistema Cold Ironing, que permite a utilização de energia limpa enquanto atracado, mostra o compromisso da Log-In com a sustentabilidade. A redução das emissões de gases poluentes e o aumento da eficiência energética são cada vez mais importantes em um mundo que busca soluções mais sustentáveis para os desafios ambientais.

A aquisição da embarcação também contribui para a melhoria da competitividade das empresas brasileiras, ao reduzir os custos de transporte e aumentar a eficiência das operações logísticas. Além disso, a modernização da frota permite oferecer serviços de maior qualidade aos clientes, com maior segurança e confiabilidade. E para que a cabotagem continue crescendo e se consolidando como um modal de transporte estratégico para o Brasil, é necessário um conjunto de medidas que promovam o desenvolvimento do setor. Entre elas, destacam-se a necessidade de investir em infraestrutura portuária, a simplificação da burocracia e a criação de incentivos fiscais para as empresas do setor.

Nesse cenário, a aquisição do Log-In Experience pela Log-In Logística Integrada é um sinal positivo para o futuro da cabotagem no Brasil. Ao investir em novas tecnologias e em embarcações mais eficientes, as empresas do setor estão contribuindo para o desenvolvimento de um transporte marítimo mais sustentável, eficiente e competitivo. É fundamental que o Governo e a iniciativa privada continuem trabalhando em conjunto para fortalecer esse importante modal de transporte e garantir o desenvolvimento econômico do País.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/08/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

NOVO PRESIDENTE 1

A Vale S.A., uma das maiores mineradoras do mundo, definiu seu novo presidente, após um processo de seleção marcado por pressões do Governo Federal. Em fato relevante publicado na manhã desta terça-feira, dia 27, a companhia anunciou Gustavo Pimenta para o cargo - em uma decisão unânime de seu conselho de administração, tomada nessa segunda-feira, dia 26. Com mais de 20 anos de experiência no setor financeiro, de energia e mineração, o executivo já ocupava a função de vice-presidente executivo de Finanças e Relações com Investidores na empresa.

NOVO PRESIDENTE 2

Em seu discurso de aceitação, Pimenta destacou o compromisso com a segurança das pessoas, das operações e do meio ambiente. “Tenho certeza de que seguiremos avançando em nossa missão, com foco em geração e distribuição de valor, elevando a Vale a patamares ainda mais altos”, declarou.

NOVO PRESIDENTE 3

Gustavo Pimenta foi selecionado a partir de uma lista com 15 candidatos, elaborada por uma consultoria internacional contratada para este processo de contratação. Entre os nomes indicados, estavam executivos de outras mineradoras, do mercado financeiro e diretores da própria Vale. Presidente do conselho de administração da companhia, Daniel Steiler afirmou que as competências de Pimenta serão “fundamentais” para conduzir a mineradora em um novo ciclo virtuoso. Para Steiler, a sucessão evidencia o compromisso da empresa com altos níveis de integridade, transparência e governança robusta.

NOVO PRESIDENTE 4

O atual presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, teve seu mandato ampliado até dezembro para auxiliar no processo de transição.

AMAZONAS REAGE 1

O governador do Amazonas, Wilson Lima (União), afirmou nessa segunda-feira dia 26, que irá procurar o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), para revogar a portaria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) que proibiu o tráfego de veículos de passageiros e de cargas com capacidade de peso acima de 23 toneladas na BR-319. A restrição, por tempo indeterminado, vale desde o início da via, no Careiro da Várzea, até o entroncamento com a BR-230 no km 679,3, em Humaitá (AM).

AMAZONAS REAGE 2

Wilson Lima disse que “é preciso encontrar um caminho para que não haja punição a quem quer desenvolver o estado Amazonas e a quem quer dar condições de sobrevivência para quem está aqui”

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/08/2024

NACIONAL - GOVERNO PREVÊ R\$ 2 TRI PARA NOVA POLÍTICA NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Plano foi apresentado nesta segunda-feira (26), em cerimônia no Ministério de Minas e Energia, após reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Por Yousefe Sipp yousefe.sipp@redebeneews.com.br



O plano foi apresentado nesta segunda-feira (26), em cerimônia no Ministério de Minas e Energia, após reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Foto: Ricardo Stuckert / PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou a Política Nacional de Transição Energética (PNTE), que prevê atrair R\$ 2 trilhões em investimentos para o setor de energias renováveis nos próximos 10 anos, segundo estimativa inicial do Governo Federal.

O plano foi apresentado nesta segunda-feira (26), em cerimônia no Ministério de Minas e Energia, após reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A nova política estabelece diretrizes para a transição energética e cria mecanismos e órgãos de monitoramento. As normas estão no Plano Nacional de Transição Energética (Plante), que está em fase de elaboração.



O Plante adota duas abordagens: uma setorial, que abrange os segmentos industrial, transportes, elétrico, mineral, e petróleo e gás natural; e uma transversal, que trata de marcos legais, pobreza energética e atração de investimentos.

A pasta de Energia conta com o apoio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), da Agência Internacional de Energia, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e demais instituições para desenvolver o programa, que integra outras iniciativas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o Plano Clima.

“O Brasil vai protagonizar a nova economia mundial, a economia verde. Energia eólica, solar, hídrica, nuclear, biomassa, biodiesel, etanol, diesel verde, captura e armazenamento de carbono, combustível sustentável de aviação e hidrogênio verde são o renascimento da indústria no Brasil com bases sustentáveis, agregando valor ao produto brasileiro construído com energia limpa”, afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Outro destaque foi a criação do Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte), que reunirá representantes da sociedade civil, do segmento empresarial e da cadeia produtiva para discutir e propor medidas para o setor.

Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil está avançando significativamente no setor energético, com 80% da energia elétrica e 51% da matriz total renováveis, e com potencial para alcançar 100%.

“Esse negócio de destruir tudo que o Estado pode fazer achando que o setor privado é melhor é mentira. O setor privado tem que ser bom, e o Estado tem que ser bom. Nós não vamos jogar fora o significado dessa coisa chamada transição energética. Nós não vamos jogar fora; este país já jogou fora muitas oportunidades”, disse Lula.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que os projetos que tramitam no Legislativo envolvendo a economia verde favorecem a melhoria do ambiente de negócios no país e anunciou que está em tratativas com o Congresso Nacional para as pautas do segundo semestre de 2024.

“Já tivemos, da parte dos dois presidentes, [Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL)], que inclusive estão encerrando o mandato no Senado e na Câmara, a garantia de que, até o final do ano, por uma questão de honra, serão aprovados meia dúzia ou uma dúzia de projetos importantes para a economia brasileira, juntamente com a reforma tributária”, informou Haddad.

Mercado de combustíveis

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) também aprovou uma nova resolução para atualizar as diretrizes estratégicas no setor de combustíveis, biocombustíveis e derivados de petróleo no Brasil.

A medida visa fortalecer a capacidade de processamento nacional, atualmente impactada pela dependência de importações. As principais diretrizes incluem o aumento da produção de biocombustíveis, a modernização do parque de refino e o apoio à transição energética.

Além disso, foi criado um Grupo de Trabalho (GT), sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), para realizar estudos específicos sobre os mercados de combustíveis aquaviários, de aviação e Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

O GT contará com a participação de 17 instituições e buscará estabelecer diretrizes para a Política Energética Nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/08/2024

SUSTENTA EXPORT - SUSTENTA EXPORT DEBATE SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO EM NORONHA

Primeira edição do fórum reúne companhias líderes de diferentes setores para compartilhar suas estratégias ESG

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Embaixador da Sustentabilidade, o ator Mateus Solano dará uma palestra no segundo dia do Sustenta Export, que será realizado no Forte Noronha, no arquipélago pernambucano - Foto: Reprodução

O Grupo Brasil Export realiza pela primeira vez um encontro liderado por seus conselhos ESG e Feminino, com o objetivo de ressaltar a urgência de tornar a sociedade mais sustentável e inclusiva. Esse evento faz parte de uma estratégia maior de desenvolvimento do país, destacando o protagonismo do Brasil no cenário internacional em termos de práticas sustentáveis. Trata-se do Sustenta Export, que acontece de terça a quinta-feira (27 a 29), no arquipélago de Fernando de Noronha (PE), um local conhecido por sua beleza natural e importância ambiental.

Com o tema “Um olhar apurado para o futuro do Brasil e do planeta”, o fórum reúne companhias líderes de diferentes setores do mercado para compartilhar suas estratégias ESG (ambiental, social e de governança) e promete discutir ideias que possam apontar caminhos para um futuro mais sustentável. A proposta é realizar um exercício de reflexão sobre o passado, presente e, especialmente, o futuro, buscando um equilíbrio harmonioso entre o ser humano e a natureza.

O evento será transmitido ao vivo pela TV BE News, permitindo que um público mais amplo acompanhe as discussões e apresentações.

Marcando o início das atividades, na terça-feira (27), às 16h30 (de Brasília; 17h30 horário local) haverá um coquetel oferecido pela Agemar Transportes e Empreendimentos no Forte Noronha, que irá abrigar o evento.

O fórum será aberto na manhã de quarta-feira (28) com palavras de boas-vindas do CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, da presidente do Conselho Feminino, Gilmará Temóteo, e do presidente do Conselho ESG, João Eduardo Amaral.

Em seguida, Ana Luíza Ferreira, secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Fernando de Noronha, fará uma apresentação sobre ações de educação ambiental e conservação dos recursos naturais. Larissa Amorim, diretora do Programa de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos, abordará os desafios climáticos e o planejamento do setor portuário para transformar os impactos da atividade junto à sociedade. E Danilo Abbondanza, sócio da ModalGR, falará sobre a inovação para um futuro sustentável.

Ainda pela manhã, haverá um painel intitulado “Impacto e Entretenimento – Ferramentas para a Transformação Sustentável no Setor de Infraestrutura”, com pronunciamento de abertura do ator Mateus Solano, embaixador da Sustentabilidade.

As atividades prosseguem à tarde. Alice Watson e Simone Pinheiro, docentes do Instituto Federal de Brasília, discutirão a Formação Lixo Zero e o correto aproveitamento de resíduos recicláveis e orgânicos. Depois, terá início um painel sobre ações sociais e governança de impacto no setor de portos e transportes aquaviários.

Isabella de Roldão, vice-prefeita do Recife (PE), fará uma apresentação sobre a promoção da igualdade e da transformação social a partir do desenvolvimento sustentável. Por fim, será realizado



um painel sobre descarbonização como um fator essencial para o desenvolvimento e a transformação dos serviços prestados pelos operadores logísticos.

Na quinta-feira (29), último dia do Sustenta Export, a programação inclui visitas à Usina de Reciclagem e à unidade do Projeto Tamar, começando às 9h, horário local (8h de Brasília), proporcionando aos participantes uma visão prática das iniciativas de sustentabilidade em curso.

Confira a programação (horários de Brasília)

27| AGOSTO

16h30 – Palavras de boas-vindas e coquetel de recepção

Oferecimento: Agemar Transportes e Empreendimentos

28| AGOSTO

8h30 – Início da transmissão pela TV BE News

8h45 – Palavras de boas-vindas pelo CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Guimarães Julião, pela presidente do Conselho Feminino do Brasil Export, Gilmará Temóteo, e pelo presidente do Conselho ESG do Brasil Export, João Eduardo Amaral

9h00 – Apresentação de Ana Luíza Ferreira, secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Fernando de Noronha

Tema: Ações de educação ambiental, normatização, controle, regularização, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais

9h30 – Apresentação de Larissa Amorim, diretora do Programa de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos

Tema: Os desafios climáticos e o planejamento do setor portuário para a transformação dos impactos da atividade junto à sociedade

10h00 – Intervalo

10h15 – Apresentação de Danilo Abbondanza, sócio da ModalGR

Tema: Pensando inovação para um futuro sustentável

10h30 – Painel: Impacto e entretenimento – ferramentas para a transformação sustentável no setor de infraestrutura

Pronunciamento de abertura: Mateus Solano, embaixador da Sustentabilidade

Participantes

Francisco Brasileiro, produtor executivo de Audiovisual e empreendedor socioambiental
João Eduardo Amaral, presidente do Conselho ESG do Brasil Export
Núria Bianco, jornalista da Rede BE News

11h45 – Almoço livre

13h00 – Apresentações de Alice Watson e Simone Pinheiro, docentes do Instituto Federal de Brasília

Tema: Formação Lixo Zero e o correto aproveitamento de resíduos recicláveis e orgânicos

13h15 – Paineis: Ações sociais e governança de impacto no setor de portos e transportes aquaviários

Participantes

- Carlos Cavalcanti, diretor de Sustentabilidade do Complexo Industrial e Portuário de Suape
- Gilmara Temóteo, diretora-executiva da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH)
- Larissa Amorim, diretora do Programa de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos
- Sergio Aquino, presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP)
- Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News

14h30 – Apresentação de Isabella de Roldão, Vice-Prefeita do Recife

Tema: Promoção da transformação social a partir do desenvolvimento sustentável na gestão pública

15h00 – Intervalo

15h30 – Paineis: Descarbonização como fator imperativo de desenvolvimento e transformação dos serviços prestados pelos operadores logísticos

Participantes

- Marcella Cunha, diretora-executiva da Associação Brasileira dos Operadores Logísticos (ABOL)
- Gilberto Lima Jr., CEO da ID Logistics
- Fernando Correa, diretor-geral da Andreani Logística
- Rodrigo Casado, CEO da Movecta
- Núria Bianco, jornalista da Rede BE News

16h45 – Encerramento

29 | AGOSTO

8h00 – Visitas à Usina de Reciclagem e à unidade do Projeto Tamar

10h30 – Encerramento

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/08/2024

NACIONAL - VLI AUMENTA LUCRO LÍQUIDO EM 14% NO 1º SEMESTRE DE 2024

Empresa que opera ferrovias, portos e terminais do país teve receita de mais de R\$ 5 bilhões neste ano

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



A VLI, companhia de soluções logísticas que opera ferrovias, portos e terminais no País, cresceu 14% em receita líquida no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2023. Segundo a empresa, foram arrecadados R\$ 5 bilhões em receita líquida no período. Foto: Divulgação/VLI

A VLI, companhia de soluções logísticas que opera ferrovias, portos e terminais no País, cresceu 14% em receita líquida no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2023. Segundo a empresa, foram arrecadados R\$ 5 bilhões em receita líquida no período. O ebitda, ou seja, o lucro presumido da empresa antes do desconto de impostos, ficou em R\$ 2,66 bilhões (aumento de 19% em relação ao ano anterior).

Em nota, a VLI disse que “tal resultado foi obtido graças ao foco na segurança e eficiência operacional, com a aplicação de esforços em inovação e disciplina de gestão”. A geração de Caixa Operacional atingiu R\$ 2,44 bilhões e, desse total, R\$ 1,84 bilhões foram reinvestidos no negócio (aumento de 44% ante 2023).

“A VLI mantém seu foco no atendimento às demandas dos clientes das ferrovias e dos portos onde operamos bem como na estabilidade operacional e segurança das pessoas e das cargas. Além disso, a companhia segue com sua gestão financeira sustentável, que busca o retorno aos nossos investidores, que constroem conosco o futuro da nossa companhia e a transformação da logística nacional”, afirma o CEO e CFO da VLI, Fábio Marchiori.

A VLI também registrou um bom desempenho nas movimentações rodoviárias por meio da plataforma Trato, desenvolvida internamente pela companhia para otimização da cadeia logística composta pelos caminhões que acessam os terminais para o transbordo de cargas para o sistema ferroviário. A plataforma registrou um volume de 1,37 milhão de toneladas nos seis primeiros meses do ano, avanço de 62% em relação a 2023.

No primeiro semestre de 2024, a companhia atingiu seu recorde histórico de movimentação de açúcar na safra de 2023/2024, iniciada em abril do ano passado e concluída em março. As 6,1 milhões de toneladas transportadas nas ferrovias e as 5,1 milhões de toneladas movimentadas no Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam) representaram, respectivamente, volumes 24% e 28% superiores aos registrados na safra de açúcar 2022/2023, recordes até então.

Também em nota, a empresa diz que entregou 168 novos vagões graneleiros para o transporte de cargas na Ferrovia Norte-Sul (FNS), contribuindo para resultados positivos em carga, movimentação e lucro. Os ativos foram adquiridos em 2023 junto à fabricante Greenbrier Maxion, de Hortolândia (SP), em um negócio com investimento total de R\$ 200 milhões que envolveu, também, três locomotivas para operação na região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/08/2024

NACIONAL - LOG-IN ANUNCIA NOVA EMBARCAÇÃO PARA CABOTAGEM

Navio Log-In Experience tem capacidade para 3.158 TEUs e substituirá o navio afretado MSC Belmonte III

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



O Log-In Experience foi adquirido a par de um investimento de US\$ 85,2 milhões, que contempla também a aquisição do navio Log-In Evolution, recebido no primeiro trimestre. Foto: Divulgação/LOG-IN

Com o objetivo de ampliar a eficiência e modernizar a operação da companhia, a Log-In Logística Integrada acaba de anunciar o início das operações do novo navio Log-In Experience (LOEX). A embarcação, considerada a mais moderna da frota, ao lado do Log-In Evolution (LOEV), foi empregada para atender os serviços de Cabotagem e Mercosul da Empresa, no Serviço Atlântico Sul (SAS), em substituição ao navio afretado MSC Belmonte III.

O LOEX tem capacidade para 3.158 TEUs e começou a operar no final de julho como parte do projeto de expansão da companhia. O Log-In Experience foi adquirido a partir de um investimento de US\$ 85,2 milhões, que contempla também a aquisição do navio Log-In Evolution, recebido no primeiro trimestre deste ano. A chegada das duas novas embarcações oferece às operações da companhia maior eficiência, menor emissão de gases poluentes, economia no consumo de combustível e aprimoramento da segurança e dos serviços prestados.

Nos últimos cinco anos, a Log-In investiu cerca de R\$ 1 bilhão, ao câmbio atual, em modernização e expansão de sua frota.

De acordo com o Diretor Comercial da Log-In, Felipe Gurgel, a chegada do Experience, assim como do Evolution, garante maior confiabilidade às operações. “A aquisição do Log-In Experience está em linha com o planejamento estratégico e o atual momento da empresa. Estamos evoluindo nossa frota para um patamar ainda mais robusto e sustentável, com embarcações modernas e de ampla eficiência, entregando aos nossos clientes mais agilidade e segurança, ao mesmo tempo em que aprimoramos a eficiência energética de nossas operações e contribuimos para um setor logístico mais sustentável”, citou.

Sustentabilidade

Com 199,98 metros de comprimento, o Log-In Experience se destaca pela alta capacidade nominal e pela integração tecnológica avançada, permitindo monitoramento remoto em tempo real por meio da telemetria. Equipado com um sistema de propulsão otimizado que combina casco, hélice e motor, o navio oferece maior eficiência energética, reduzindo o consumo de combustível e as emissões de gases poluentes.

A embarcação é equipada com inversores de frequência para controle preciso dos motores elétricos, reduzindo o consumo total de energia e prolongando a vida útil dos equipamentos. O sistema Cold Ironing, que será operacionalizado no navio, permitirá que o mesmo seja alimentado com energia limpa enquanto atracado, eliminando a necessidade de queima de combustíveis internos e contribuindo para a agenda ESG (Environment, Social and Governance) da Companhia, através da eficiência energética e descarbonização.

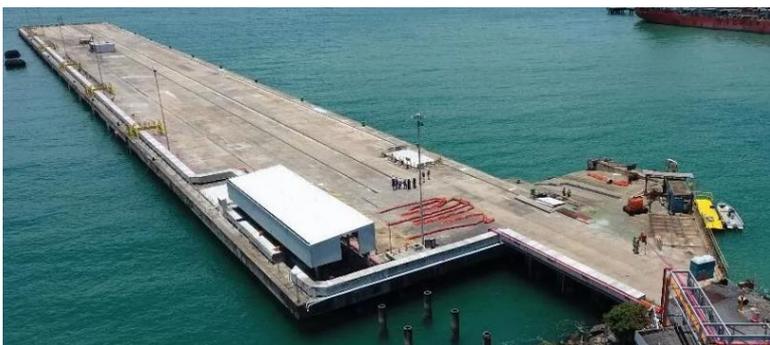
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/08/2024

REGIÃO NORDESTE - TERMINAL DE REGASEIFICAÇÃO DE SUAPE É APROVADO NO PAC

Projeto faz parte de um conjunto de iniciativas voltadas ao fortalecimento da malha integrada de GNL no país

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebenews.com.br



De acordo com a administração de Suape, a aprovação do terminal no PAC reforça a posição estratégica do cais como um polo logístico e industrial de extrema importância. Foto: Divulgação

última sexta-feira (23). De acordo com a administração do complexo portuário, esta aprovação representa um marco significativo para a infraestrutura energética do Brasil e reforça a posição estratégica do cais como um polo logístico e industrial de extrema importância.

O projeto do Terminal de Regaseificação Suape faz parte de um conjunto de iniciativas voltadas para o fortalecimento da malha integrada de GNL no país, contribuindo para a segurança energética nacional e para o desenvolvimento sustentável da matriz energética.

A instalação do terminal inclui o afretamento de uma Floating Ship Regasification Unit (FSRU), um navio-indústria que permitirá a entrada adicional de GNL no Brasil, a partir de Pernambuco – o Estado, que não possui reservas de gás natural em terra ou no mar, se beneficiará da nova infraestrutura, ampliando o acesso a este tipo de combustível.

O diretor-presidente da Oncorp, João Guilherme Mattos, que vai operar o Terminal em Suape, destaca a relevância do terminal no contexto da infraestrutura energética do Brasil. “A aprovação do Terminal no PAC é um reconhecimento da importância deste equipamento como um importante ativo para a segurança energética e abertura do mercado de gás. E isso também mostra que as escutas realizadas pelo Governo foram positivas”, diz Mattos.

A inclusão do terminal no PAC reforça o compromisso do governo federal com o desenvolvimento de projetos estratégicos que impulsionam o crescimento econômico e a geração de empregos, ao mesmo tempo em que fortalecem a infraestrutura energética nacional, defende Mattos.

Em julho, a Oncorp assinou o termo de compromisso com a Transportadora Associada de Gás – TAG. O acordo estabelece a realização dos estudos necessários para a conexão do terminal ao sistema de transporte de gás natural.

Segundo Mattos, a segunda fase da recuperação integral do Cais de Múltiplo Uso (CMU) do Porto de Suape terá início em setembro, com um investimento de R\$ 60 milhões.

O diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot, ressalta a importância do projeto e afirma que o terminal trará maior competitividade comercial a Pernambuco, garantindo mais opções às indústrias e outros setores da cadeia produtiva. “Com o novo empreendimento, teremos um player privado fazendo a regaseificação em Suape e oferecendo o produto para o mercado, trazendo economia nos custos de produção e, conseqüentemente, redução de preços para os consumidores”, diz.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/08/2024

REGIÃO SUDESTE - SP ALERTA PARA AUMENTO DO RISCO DE INCÊNDIO NO INTERIOR

Segundo a Defesa Civil, a maior parte do estado estará em situação de emergência até o próximo dia 31

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



De acordo com a Defesa Civil, 99,9% dos incêndios ocorridos em São Paulo no último fim de semana foram provocados por “ação humana” e pelo menos 31 inquéritos foram abertos. Foto: Reprodução

A Defesa Civil de São Paulo divulgou os mapas de risco de incêndio para o interior do estado nos próximos dias. De acordo com as previsões do órgão, esse risco, que já havia colocado 48 cidades em situação de alerta, passará para situação de emergência na maior parte do estado até o próximo

sábado (31).

As condições começarão a se agravar na região de Ribeirão Preto, onde as aulas na rede municipal foram suspensas na segunda-feira (26) devido à fuligem acumulada pelas queimadas recentes. A situação de emergência também afetará a área da cidade de Campinas e se estenderá até menos de 80 quilômetros ao norte e ao oeste da Região Metropolitana de São Paulo.

A piora da seca e o aumento dos focos de incêndio no final da semana passada levaram à formação de um gabinete de crise estadual, encarregado de coordenar mais de 7 mil trabalhadores, incluindo bombeiros, membros das Forças Armadas e civis.

Na região estão atuando três helicópteros da Polícia Militar, uma aeronave KC-390 e dois helicópteros da Força Aérea Brasileira, além de cerca de 30 veículos pesados. Drones também estão

sendo utilizados, principalmente para combater incêndios na Área de Proteção Ambiental (APA) de Ibitinga, juntamente com equipamentos e equipes fornecidos pela iniciativa privada.

Atualmente, segundo a Defesa Civil, não há focos ativos de incêndio no estado. Entre as vítimas das queimadas, 66 pessoas ficaram feridas nos municípios de Ribeirão Preto e Barretos. Além disso, dois brigadistas morreram na cidade de Urupês, em um acidente com caminhão durante o combate às chamas na Usina Santa Isabel.

“Ação humana”

O secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, Wolnei Wolff, afirmou na segunda-feira (26) que 99,9% dos incêndios florestais ocorridos em São Paulo no último fim de semana foram provocados por “ação humana”. Ele informou que pelo menos 31 inquéritos foram abertos pela Polícia Federal (PF) para investigar possíveis casos de incêndios criminosos no estado.

Durante coletiva de imprensa, Wolff ressaltou que a Polícia Federal utilizará imagens de satélite para ajudar a identificar como os focos de incêndio começaram. “Quando a Polícia Federal suspeita de provocação humana, um inquérito é aberto e o processo segue”, explicou o secretário.

Wolff considerou surpreendente o fato de quase 50 municípios paulistas apresentarem focos de incêndio simultaneamente. Ele também mencionou outros dois fatores que contribuíram para a situação no fim de semana: a falta de chuvas no estado até o sábado (24) e os ventos que atingiram 70 quilômetros por hora.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 27/08/2024

PORTO DE SANTOS - APS PUBLICA EDITAL DE CONSULTA AO MERCADO PARA ESTIMAR PREÇOS DA FASE INICIAL DO VTMS

VTMS deve ter seu edital publicado em outubro, para começar a operar no 2º trimestre de 2025
Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebnews.com.br



O VTMS é uma ferramenta de gerenciamento e compartilhamento de dados e promove a integração de um grande volume de informações provenientes de dispositivos e sensores. Foto: Divulgação/APS

do Projeto de Implantação do VTMS do Porto de Santos. O projeto vai ser apresentado no próximo dia 2 de setembro aos participantes da consulta para tirar eventuais dúvidas.

O Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMS, na sigla em inglês), é necessário para que a APS realize o controle das manobras de entrada e saída dos navios e do tráfego de embarcações com maior eficiência e segurança. Hoje o serviço é realizado pela Praticagem em coordenação com a APS que, em breve, assumirá o monitoramento dos navios, atendendo exigência do Tribunal de Contas da União (TCU).

A atuação da Fundação Ezute para auxiliar a APS no planejamento e condução do procedimento licitatório, resultará na contratação de empresa para a implantação do VTMS do Porto de Santos. A previsão é publicar o edital de licitação no mês de outubro deste ano, com o objetivo de selecionar uma integradora e assinar contrato de implementação do sistema a partir do 2º trimestre de 2025.

Segundo a Autoridade Portuária, o edital é necessário para o refinamento da estimativa de preços praticados no mercado, “visando fixar os critérios de aceitabilidade do valor de referência do futuro

Edital de Licitação”. As empresas interessadas devem acessar a Consulta no site do Porto de Santos (<https://www.portodesantos.com.br>) e enviar um Termo de Confidencialidade assinado para ter acesso às Especificações Técnicas do Projeto.

No dia 02 de setembro próximo, será realizada uma apresentação do projeto para os participantes da consulta, visando o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre o processo.

O que é

O VTMS é um sistema de auxílio eletrônico à navegação, capaz de prover o monitoramento ativo, em tempo real, do tráfego aquaviário. O sistema é uma ferramenta de gerenciamento e compartilhamento de dados e promove a integração de um grande volume de informações provenientes de dispositivos e sensores.

O objetivo é garantir a segurança e eficiência da navegação e das operações portuárias, a salvaguarda da vida humana no mar e a proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções.

O sistema, quando implementado, permitirá ao Porto de Santos e, principalmente, aos armadores e agências marítimas, maior previsibilidade, essencial para a organização do tráfego aquaviário e o planejamento das manobras de entrada e saída dos navios.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/08/2024

HUB - VALE ANUNCIA NOVO PRESIDENTE

Gustavo Pimenta é o novo CEO da companhia, após decisão unânime do Conselho de Administração

Por Leopoldo Figueiredo leopoldo.figueiredo@redenenews.com.br



Gustavo Pimenta possui mais de 20 anos de experiência nos setores financeiro, de energia e mineração, foi escolhido após um rigoroso processo de seleção, que envolveu padrões internacionais de governança corporativa. Foto: Vale/Divulgação

A Vale S.A., uma das maiores empresas de mineração do mundo, anunciou Gustavo Pimenta como seu novo presidente, em uma decisão unânime do Conselho de Administração. O Fato Relevante foi anunciado na noite de ontem (26).

O executivo, que possui mais de 20 anos de experiência nos setores financeiro, de energia e mineração, foi escolhido após um rigoroso processo de seleção, que envolveu padrões internacionais de

governança corporativa.

Daniel Steiler, Presidente do Conselho de Administração da Vale, expressou confiança na nova liderança de Pimenta, destacando suas competências como fundamentais para conduzir a Vale em um novo ciclo virtuoso. Segundo Steiler, a sucessão evidencia o compromisso da empresa com altos níveis de integridade, transparência e governança robusta.

Gustavo Pimenta, que já ocupava a posição de vice-presidente executivo de Finanças e Relações com Investidores na Vale, destacou em seu discurso de aceitação o compromisso com a segurança das pessoas, das operações e do meio ambiente. “Tenho certeza de que seguiremos avançando em nossa missão, com foco em geração e distribuição de valor, elevando a Vale a patamares ainda mais altos”, afirmou o novo presidente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/08/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT – DIA 26/08/2024

EDITORIAL – O PORTO DE ITAQUI E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A expansão do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), no Porto de Itaqui, é uma medida importante para o agronegócio brasileiro e para o desenvolvimento da Região Nordeste. A crescente produção de grãos no Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), aliada à demanda global por commodities agrícolas, exige investimentos em infraestrutura portuária para garantir a eficiência do escoamento da produção e a competitividade do setor.

O Porto de Itaqui, com sua localização estratégica e capacidade de atender navios de grande porte, tem se consolidado como um dos principais complexos marítimos exportadores de grãos do País. A expansão do Tegram, com a construção de um novo berço de atracação e a ampliação dos silos e armazéns, permitirá que o porto aumente significativamente sua capacidade de movimentação de cargas, atendendo à crescente demanda do mercado.

A ampliação do Tegram não apenas beneficiará os produtores do Matopiba, mas também terá um impacto positivo em toda a cadeia produtiva do agronegócio brasileiro. A garantia de um escoamento eficiente da produção contribuirá para a redução dos custos de produção, o aumento da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional e a geração de empregos e renda para as regiões produtoras.

É importante destacar que o crescimento da produção de grãos no Matopiba é um reflexo do sucesso das políticas públicas que incentivam a agricultura de precisão e a adoção de tecnologias modernas. No entanto, para que esse crescimento seja sustentável, é fundamental que o Governo continue investindo em infraestrutura, logística e pesquisa e desenvolvimento.

Além da expansão do Tegram, é necessário que o Governo Federal e os governos estaduais invistam em outras áreas da infraestrutura logística, como a melhoria das rodovias e ferrovias que ligam as regiões produtoras aos portos. A construção de ferrovias de alta capacidade, por exemplo, é fundamental para reduzir os custos de transporte e aumentar a eficiência do escoamento da produção.

Nesse cenário, o investimento no Terminal de Grãos do Maranhão é uma notícia positiva para o agronegócio brasileiro. Ao garantir a eficiência do escoamento da produção, o empreendimento contribuirá para o crescimento do setor, a geração de empregos e o desenvolvimento econômico do país. No entanto, é fundamental que o Governo e o setor privado continuem trabalhando em conjunto para garantir que a infraestrutura portuária brasileira esteja preparada para atender aos desafios do futuro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/08/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PASSAGENS AÉREAS 1

O valor do querosene de aviação (QAV), que responde por 40% do preço de uma passagem aérea, já foi reduzido em 22%. A medida foi destacada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, nesse domingo, em entrevista ao programa Canal Livre, na TV Bandeirantes. A diminuição dos custos do transporte foi apresentada como uma das prioridades da autoridade. "A gente trabalhou ao lado da Petrobras uma redução em 22% do custo. Reduzindo o preço, reduz o valor da passagem. E a gente trabalha em agendas que podem fortalecer a aviação brasileira nos próximos anos", destacou.

PASSAGENS AÉREAS 2

Costa Filho destacou que “houve uma inflação na aviação no mundo todo, quando a gente dialoga com relatórios e estudos. Esses últimos 20 meses, houve uma inflação de 15% por conta da falta de aviões que foram reduzidas e com o crescimento mundial da aviação, vemos menos aviões e assim, inflacionando”.

PASSAGENS AÉREAS 3

Outra medida adotada pelo Ministério para diminuir os preços do transporte aéreo de passageiros é reduzir a judicialização do setor. No Brasil, estão 70% dos processos judiciais abertos contra empresas de aviação. Mas Silvio Costa Filho também defende que as companhias aéreas fiquem atentas a seus erros e melhorem o serviço, de modo a não motivar essas ações.

NOS TRILHOS 1

A construção do ramal da Ferrovia Vitória-Minas entre Santa Leopoldina (ES) e Anchieta, em Ubu (ES) será feita pela Vale como contrapartida à renovação antecipada da concessão dessa linha férrea. A obra é orçada em R\$ 6 bilhões. A estratégia foi informada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, ao governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, e ao vice, Ricardo Ferraço, na última sexta-feira, durante evento de religamento da Usina 3 da Samarco, em Ubu.

NOS TRILHOS 2

Segundo o vice-governador, Renan Filho “garantiu que a obra será feita pela Vale. Está tudo dentro de um grande pacote de negociações, de quase R\$ 30 bilhões, que envolve a renegociação da renovação antecipada das ferrovias Vitória-Minas e Carajás e a renovação da Ferrovia Centro-Atlântica, que hoje está com a VLI (companhia de logística que tem a Vale na sociedade”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/08/2024

REGIÃO SUL - PERIMETRAL LESTE DE FOZ DO IGUAÇU SE APROXIMA DOS 40% DE EXECUÇÃO

Já foram investidos mais de R\$ 53 milhões nessa via que ligará a Ponte da Integração à BR-277

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Os trabalhos de pavimentação avançaram na execução dos ramos do viaduto de acesso à Ponte Tancredo Neves

A nova Rodovia Perimetral Leste de Foz do Iguaçu (PR) atingiu 39,33% de conclusão neste mês de agosto, com um investimento acumulado de aproximadamente R\$ 53,84 milhões. Essa obra conectará a Ponte da Integração Brasil-Paraguai à BR277 e inclui a construção de duas novas aduanas.

A rodovia é fruto de uma parceria entre o Governo do Paraná, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Logística, o Governo Federal e a Itaipu Binacional, que está financiando os recursos investidos. O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR) é responsável por administrar e fiscalizar os serviços.

Os trabalhos de pavimentação avançaram na execução dos ramos do viaduto de acesso à Ponte Tancredo Neves, enquanto as atividades de terraplenagem estão focadas nos viadutos dos entroncamentos com a BR-469, Avenida República Argentina e Avenida Felipe Wandscheer.

Nos dois viadutos que atravessam as avenidas municipais, as infraestruturas já foram concluídas e estão sendo construídos os elementos da mesoestrutura, que, futuramente, receberão as vigas longarinas já pré-fabricadas.

Na nova Aduana Brasil–Paraguai, cobertura do edifício central foi finalizada e a montagem da estrutura metálica da cobertura norte está em andamento, enquanto a cobertura sul ainda está sendo construída.

Na nova Aduana Brasil–Argentina, a principal novidade foi o início de um desvio de tráfego no acesso à Ponte Tancredo Neves, que liga ao país vizinho. Para permitir o avanço dos serviços de terraplenagem na aduana, a pista de acesso foi bloqueada, e um desvio foi implantado pelo pátio, onde o pavimento já foi finalizado. Esse desvio temporário foi equipado com sinalização horizontal e vertical e iluminação provisória para garantir a segurança dos usuários que cruzam a fronteira, tanto de dia como à noite.

Nessa aduana, também continuam as obras de instalação dos dispositivos da infraestrutura do edifício e das coberturas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/08/2024

REGIÃO SUDESTE - AÇÃO CONJUNTA APREENDE 114 KG DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS

Droga estava escondida no casco de um navio que tinha como destino a Europa

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Policiais federais do Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom), em conjunto com oficiais do Centro de Operações Especiais da PM, fizeram a apreensão. Foto: Divulgação/PF

A Polícia Federal (PF), em ação com a Polícia Militar (PM), realizou no sábado, dia 24, a apreensão de aproximadamente 114 kg de cocaína no Porto de Santos (SP).

Policiais federais do Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom), em conjunto com oficiais do Centro de

Operações Especiais da PM, fizeram uma inspeção de casco em um navio atracado em um dos terminais portuários. A ação resultou na localização da substância embalada em tabletes, os quais estavam inseridos em compartimento submerso da embarcação.

O navio foi selecionado para fiscalização pela PF após análise e avaliação de critérios de risco. Na inspeção, foram localizados volumes suspeitos em compartimento denominado sea chest, no casco do navio, que tinha como destino a Europa.

Mergulhadores policiais atuaram para retirar os volumes, constatando tratar-se da substância ilícita.

Um inquérito policial foi instaurado pela Delegacia da PF em Santos para realização de perícia no material e apuração de materialidade e autoria de crime de tráfico internacional de drogas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/08/2024

REGIÃO SUDESTE - SP LANÇA PACOTE DE R\$ 10 MI PARA PRODUTORES RURAIS ATINGIDOS POR INCÊNDIOS FLORESTAIS

Entre as medidas anunciadas pelo Governo Estadual estão financiamentos, subvenção para seguros rurais e garantia de segurança jurídica

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O Governo de São Paulo lançou ontem, dia 25, um pacote de ações no valor de R\$ 10 milhões para apoiar os produtores rurais afetados pelos incêndios florestais que colocaram 39 cidades em alerta máximo de perigo no final de semana.



O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) declarou situação de emergência por 180 dias em 45 municípios de São Paulo devido aos incêndios florestais. O decreto nº 68.805/2024 foi publicado na edição de sábado (24) do Diário Oficial do Estado. Foto: Divulgação

Essa iniciativa é coordenada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e segue quatro diretrizes principais. A primeira delas, através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), prevê um financiamento emergencial de R\$ 50 mil a juro zero para os produtores afetados, destinado a cobrir despesas de manutenção e recuperação da produção.

ATUAÇÃO DO ESTADO OCORRE EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, COM O APOIO DAS FORÇAS ARMADAS. ALÉM DOS TRÊS HELICÓPTEROS DA POLÍCIA MILITAR QUE JÁ ESTÃO EM OPERAÇÃO, A FORÇA AÉREA BRASILEIRA ENVIOU UMA AERONAVE KC-390 E DOIS HELICÓPTEROS PARA AJUDAR NO COMBATE ÀS CHAMAS. A AÇÃO CONTA AINDA COM CINCO DRONES DA FUNDAÇÃO FLORESTAL E UMA AERONAVE DE ASA FIXA PARA COMBATER OS INCÊNDIOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DE IBITINGA

Outra medida é garantir segurança jurídica aos produtores por meio da emissão de um termo emergencial que impede sanções ou multas dos órgãos fiscalizadores, considerando a situação de calamidade. Este documento evitará penalidades injustas para os produtores cujas propriedades foram atingidas. Para obtê-lo, o produtor deve procurar a Casa da Agricultura em seu município.

Em colaboração com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), a Secretaria de Agricultura e Abastecimento vai incluir as propriedades rurais afetadas pelos incêndios nos programas habitacionais do estado, com o objetivo de reconstruir as moradias destruídas pela tragédia.

O Governo Estadual também informou que está em diálogo com empresas privadas de nutrição animal e de insumos agropecuários para que, com o documento emitido pela secretaria, seja possível conceder descontos na compra de itens essenciais para a reconstrução das lavouras e pastagens dos produtores atingidos.

Também foi viabilizada uma subvenção de R\$ 100 milhões para seguros rurais, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Esta subvenção, oferecida pelo Feap e disponível em 15 seguradoras credenciadas, oferece um desconto de 25% a 30% no seguro, dependendo da cultura agrícola. O limite por produtor é de R\$ 25 mil, e todos os produtores prejudicados podem solicitar o crédito. O objetivo é mitigar os impactos das perdas de produção causadas pela seca e outras condições adversas, bem como oferecer recursos para despesas emergenciais.

Situação de emergência

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) declarou situação de emergência por 180 dias em 45 municípios de São Paulo devido aos incêndios florestais. O decreto nº 68.805/2024 foi publicado na edição de sábado (24) do Diário Oficial do Estado.

De acordo com o monitoramento do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da Defesa Civil, atualmente, 24 cidades estão enfrentando focos ativos de incêndio. No total, 41 municípios estão sob monitoramento e em alerta máximo para queimadas, enfrentando baixa umidade do ar e um elevado risco devido à onda de calor que atinge todo o estado.

No sábado, o governador sobrevoou as áreas afetadas e ressaltou a mobilização de esforços para combater os incêndios em todo o estado, com um foco especial na região de Ribeirão Preto, uma das mais críticas no momento.

A atuação do Estado ocorre em parceria com o Governo Federal, com o apoio das Forças Armadas. Além dos três helicópteros da Polícia Militar que já estão em operação, a Força Aérea Brasileira

enviou uma aeronave KC-390 e dois helicópteros para ajudar no combate às chamas. A ação conta ainda com cinco drones da Fundação Florestal e uma aeronave de asa fixa para combater os incêndios na Área de Proteção Ambiental (APA) de Ibitinga.

O setor canavieiro também está apoiando com carros-pipa e brigadistas, além do suporte de empresas de construção que têm contratos com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e que operam para as concessionárias de rodovias geridas pela Artesp.

O Centro de Triagem e Recuperação de Animais Silvestres (Cetras) também está envolvido na operação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/08/2024

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI VAI INVESTIR R\$ 1,5 BI EM EXPANSÃO DO TEGRAM

Aporte visa atender crescente demanda na produção de grãos na região do Matopiba

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebeneews.com.br



O projeto prevê um investimento de R\$ 1,5 bilhão ao longo dos próximos 18 meses, com o objetivo de ampliar a capacidade de escoamento da produção.

O Porto do Itaqui, no Maranhão, se prepara para expandir o Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram) para atender ao crescimento expressivo da produção de grãos na região do Matopiba, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O projeto prevê um investimento de R\$ 1,5 bilhão ao longo dos próximos 18 meses, com o objetivo de ampliar a capacidade de escoamento da

produção.

Segundo um levantamento realizado pela agência Safras & Mercado para o Consórcio Tegram-Itaqui, a produção de soja na região do Matopi (Maranhão, Tocantins e Piauí) e parte do Mato Grosso deverá ter um aumento de 36,1%, o que representará um acréscimo de 8 milhões de toneladas, elevando a produção total para 29,9 milhões de toneladas. Esse crescimento é parte de uma expansão maior prevista para todo o Brasil, que deve ver sua produção de soja aumentar 19,1%, alcançando 194,5 milhões de toneladas na safra 2032/2033. Além da soja, a produção de milho também deve crescer substancialmente na região do Matopi, com uma alta prevista de 34,5%, adicionando 4,6 milhões de toneladas e totalizando 17,8 milhões de toneladas. Esse incremento contribuirá para o crescimento da produção nacional de milho, que deverá subir 14,3%, chegando a 157 milhões de toneladas.

A expansão do Tegram é vista como essencial para garantir o escoamento eficiente dessa produção. O presidente do Consórcio Tegram-Itaqui, Marcos Pepe Bertoni, enfatizou a necessidade de investimentos em infraestrutura. “Sem a expansão do terminal, os produtores não conseguirão exportar o excedente de grãos. Hoje, 73% dos grãos embarcados no Porto de Itaqui têm como destino a China, enquanto 8% são enviados para a Europa”, disse.

O projeto de expansão aguarda autorização do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para iniciar a terceira fase das obras, que inclui a construção de um terceiro berço de atracação, capaz de atender até três navios simultaneamente, além da ampliação dos silos e armazéns.

A expectativa é que o terminal aumente sua capacidade total em 30%, passando dos atuais 16 milhões para 23,5 milhões de toneladas de grãos por ano, e a capacidade estática dos armazéns de 500 mil para 800 mil toneladas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/08/2024

REGIÃO NORDESTE - PIAUÍ: ASSEMBLEIA LEGISLAVA APROVA TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEL PARA ZPE

Terreno de 311 hectares vai permitir a ampliação da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A proposta pretende ampliar a área da ZPE, diante de toda a prospecção que o governo está fazendo de empresas para atuar no estado

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Piauí aprovou durante reunião no último dia 20 a autorização para a transferência da propriedade de um terreno de 311 hectares para a Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba S.A.

O relator do projeto na CCJ, deputado Francisco Limma (PT), destacou no seu parecer que a proposta pretende ampliar a área da ZPE, diante de toda a prospecção que o governo está fazendo de empresas para atuar no estado. “Então, ampliar certamente melhora as condições de atendimento de novos investidores no Piauí, necessariamente nessa área da ZPE, lá em Parnaíba”, ressaltou o parlamentar.

O presidente da CCJ, deputado Hélio Isaías, colocou em votação o projeto, aprovado por unanimidade pelos deputados B. Sá (PP), Hélio Rodrigues (PT), Wilson Brandão (PP) e Ziza Carvalho (MDB).

A transferência, segundo a proposta, vai viabilizar a atração de investimentos para a Zona de Processamento de Exportação, “para fins de cumprimento do seu objeto social, em consonância com a Constituição Estadual do Piauí e a Lei nº 6.021, de 5 de outubro de 2010, viabilizando a expansão da área da ZPE, o desenvolvimento da cultura exportadora e a redução de desequilíbrios regionais”, conforme justifica o governador Rafael Fonteles (PT), na Mensagem nº 99/ 2024, que encaminhou o projeto aos deputados.

O Projeto de Lei nº 58, de 6 de agosto de 2024, segue agora para a Comissão de Infraestrutura, Política Econômica e Turismo, antes de ir a Plenário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/08/2024

NACIONAL - SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO MARCAM O COOPERAPORTOS 2024

Evento, que chegou à sua 31ª edição, foi realizado de 21 a 23 deste mês, em Paranaguá

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, destacou que “o evento é um grande orgulho para a Agência” e acrescentou que “essa é mais uma iniciava ESG que a Antaq lidera nos últimos anos”

A Cooperaportos 2024 debateu de 21 a 23 deste mês, em Paranaguá (PR), os principais desafios e soluções socioambientais para o setor portuário. O evento, que chegou à sua 31ª edição, é uma iniciava da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que neste ano contou com a parceria com a Portos do Paraná. O tema foi “Boas Práticas

Socioambientais no Setor Portuário”.

Esta foi a terceira vez que a Autoridade Portuária que administra os portos de Paranaguá e Antonina sediou o CooperaPortos. O objetivo é que, anualmente, o evento aconteça em diferentes portos brasileiros, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e a discussão de soluções para os desafios enfrentados pelo setor portuário no Brasil.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, destacou que “o evento é um grande orgulho para a Agência” e acrescentou que “essa é mais uma iniciativa ESG que a Antaq lidera nos últimos anos”.

Além disso, ele mencionou as ações na agenda ambiental da Agência, como a publicação do estudo “Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e Aplicações do Hidrogênio nos Portos”, realizado em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

O diretor-geral também fez referência ao estudo sobre a relação porto-cidade, atualmente em fase de desenvolvimento com a GIZ; ao inventário de emissões de carbono do setor aquaviário, que está previsto para ser finalizado em breve; e à evolução do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), um projeto que hoje é utilizado pelo Governo Federal, mas que foi desenvolvido inicialmente pela Antaq.

Na edição, a superintendente de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação da Antaq, Crisna Castro, enfatizou a expressiva participação feminina no painel de abertura do evento.

“A presença de mulheres na mesa de abertura mostra que estamos mudando a realidade do setor portuário, promovendo inclusão, acessibilidade e diversidade, o que impulsiona a inovação”, afirmou a superintendente.

Entre os temas abordados durante o CooperaPortos estiveram a sustentabilidade aquaviária, o progresso do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), entre outros tópicos de grande importância para o setor.

No painel “Evolução do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) e do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (Igap), e a sustentabilidade no setor portuário”, o gerente de Meio Ambiente da Antaq, Uirá Cavalcan, explicou as revisões que a Agência está realizando para aprimorar os indicadores do IDA.

O CooperaPortos é uma iniciativa prioritária na agenda ambiental da Agência e visa promover o diálogo entre os diversos envolvidos na gestão portuária, permitindo o debate e a busca de soluções para os desafios operacionais dos portos, além da troca de experiências e da disseminação de boas práticas, promovendo também o diálogo interinstitucional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/08/2024

REGIÃO SUDESTE - FAB CEDE AVIÃO PARA AUXILIAR NO COMBATE AO FOGO NO INTERIOR PAULISTA

Helicópteros do Exército e da Marinha também ajudam na operação

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Por conta da gravidade da situação, o governo de São Paulo decretou situação de emergência em 45 cidades por causa dos incêndios florestais e anunciou o uso de aviões das Forças Armadas para conter as chamas, principalmente em Ribeirão Preto, onde a situação é mais grave. Foto: Divulgação

A Força Aérea Brasileira (FAB) designou uma aeronave KC-390 Millennium, operada pelo Primeiro Grupo de Transporte de Tropa (1º GTT)

para auxiliar no combate às queimadas no interior de São Paulo. No final da noite de ontem (25) o avião chegou ao Aeroporto de Ribeirão Preto, cidade mais atingida pelos incêndios. As informações são da Agência Brasil.

“Hoje nós teremos helicópteros do Exército, helicópteros da Marinha, o KC, da Força Aérea, que vai ser decisivo pela capacidade que ele tem de transportar uma grande quantidade de água”, disse o governador Tarcísio de Freitas, em entrevista à imprensa. “Teremos aqui, também, militares da engenharia. Vamos atuar nas estações ecológicas, nas unidades de conservação para que a gente possa extinguir o mais rápido possível esse incêndio”, completou Tarcísio.

A aeronave é equipada com o Sistema Modular Aerotransportável de Combate a Incêndios (MAFFS, do inglês Modular Airborne Fire Fighting System), que fornece a funcionalidade necessária para realizar a ação de combate ao fogo em voo.

Por conta da gravidade da situação, o governo de São Paulo decretou situação de emergência em 45 cidades por causa dos incêndios florestais e anunciou o uso de aviões das Forças Armadas para conter as chamas, principalmente em Ribeirão Preto, onde a situação é mais grave. O governo estadual montou um posto avançado de monitoramento na cidade.

Segundo o monitoramento do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da Defesa Civil, 21 cidades enfrentam focos ativos de incêndio. Ao todo, são 46 municípios que estão sendo monitorados e estão em alerta máximo para queimadas. As localidades em questão sofrem com baixa umidade do ar e elevado risco devido à onda de calor que afeta todo o estado.

Segundo o governo do estado, quem teve a casa atingida pelo fogo está acomodado em abrigos. Também estão sendo enviados itens: colchões, água, kit de higiene, cesta básica, entre outros itens.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/08/2024

REGIÃO SUDESTE - AÇÃO CONJUNTA APREENDE 114 KG DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS

Droga estava escondida no casco de um navio que tinha como destino a Europa

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Policiais federais do Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom), em conjunto com oficiais do Centro de Operações Especiais da PM, fizeram a apreensão. Foto: Divulgação/PF

A Polícia Federal (PF), em ação com a Polícia Militar (PM), realizou no sábado, dia 24, a apreensão de aproximadamente 114 kg de cocaína

no Porto de Santos (SP).

Policiais federais do Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom), em conjunto com oficiais do Centro de Operações Especiais da PM, fizeram uma inspeção de casco em um navio atracado em um dos terminais portuários. A ação resultou na localização da substância embalada em tabletes, os quais estavam inseridos em compartimento submerso da embarcação.

O navio foi selecionado para fiscalização pela PF após análise e avaliação de critérios de risco. Na inspeção, foram localizados volumes suspeitos em compartimento denominado sea chest, no casco do navio, que tinha como destino a Europa.

Mergulhadores policiais atuaram para retirar os volumes, constatando tratar-se da substância ilícita.

Um inquérito policial foi instaurado pela Delegacia da PF em Santos para realização de perícia no material e apuração de materialidade e autoria de crime de tráfico internacional de drogas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/08/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

74% DOS EMPRESÁRIOS CONSIDERAM INFRAESTRUTURA DO NORDESTE REGULAR, RUIM OU PÉSSIMA; APONTA PESQUISA

Por Victoria Isabel - 27/08/2024 11:00 - Atualizado 27/08/2024



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou o relatório “Panorama da Infraestrutura – Edição Nordeste”, com o detalhamento do setor na Região Nordeste. De acordo com o estudo, 74% dos empresários industriais consideram as condições de infraestrutura da região como regular, ruim ou péssima. O trabalho reúne informações sobre as áreas de transporte, energia e saneamento básico, bem como os

gargalos e propostas para melhorias da infraestrutura nos nove estados do Nordeste.

Este trabalho é o segundo de uma série de cinco produzidos pela CNI com o objetivo de estabelecer um retrato das condições de infraestrutura nas regiões brasileiras, identificando necessidades de investimento e pleitos do setor industrial. O relatório do Nordeste será apresentado durante encontro na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) nesta segunda-feira (26) e na Reunião de Diretoria da CNI, marcada para esta terça-feira (27), também na sede da FIEC, em Fortaleza.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, ressalta que o relatório contribuirá para a melhoria da infraestrutura na região, fator fundamental para o fortalecimento da indústria e da economia. “Esse estudo é fruto de uma articulação com empresários e com as federações das indústrias da Região Nordeste no intuito de preparar e fortalecer a infraestrutura dos estados para a neointustrialização que o Brasil precisa”, afirma Alban.

Ao fornecer serviços básicos à cadeia produtiva, a infraestrutura é fundamental para viabilizar o crescimento econômico, o aumento da produtividade e a redução de custos no processo produtivo. Por isso, pensar em soluções para diminuir as ineficiências nesse setor é uma necessidade urgente, avalia CNI.

Para o presidente da FIEC, Ricardo Cavalcante, a infraestrutura é um dos principais motores para o desenvolvimento nacional ao desempenhar um papel significativo na geração de valor à cadeia produtiva, com potencial amplo para redução das desigualdades regionais. “No Nordeste, o avanço das energias renováveis, como a produção de hidrogênio verde (H2V), representa um grande impulso para a região”, destaca Cavalcante.

“Além disso, a conclusão de projetos estruturantes, como a Transnordestina, impulsionará a economia regional, facilitando a dinamização da sua produção, além de fomentar uma maior integração com o resto do mundo. Em um país continental como o Brasil, a ampliação da infraestrutura logística tem papel determinante para acelerar o crescimento de setores inovadores,

como também ampliar a competitividade da indústria tradicional, bem como sua inserção internacional”, acrescenta o presidente da FIEC.

Na Região Nordeste, três em cada quatro executivos de grandes e médias indústrias consideram a infraestrutura da região como regular, ruim ou péssima. Os problemas logísticos refletem em altas taxas de acidentes rodoviários e de sucateamento da malha ferroviária.

O diretor de Relações Institucionais da CNI, Roberto Muniz, alerta que a infraestrutura deficiente é um dos principais componentes do Custo Brasil. Para ele, encontrar formas de superar os obstáculos colocados pelo Custo Brasil deve ser uma prioridade da indústria brasileira. “Se de um lado o Nordeste possui grande potencial de geração de energia e produção agrícola, por outro, a deterioração das malhas rodoviária e ferroviária representa um problema crônico que limita severamente a eficiência logística na região”, pontua.

“A infraestrutura deficitária de transportes afeta a segurança viária, eleva a emissão de poluentes, gera engarrafamentos e pressiona os custos logísticos em virtude do aumento do consumo de combustível e deterioração dos veículos. Como consequência, o setor produtivo perde competitividade em relação a outros mercados”, acrescenta Muniz.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 27/08/2024

ENTREVISTA: PORTO DE SALVADOR SE TORNOU UM HUB PORT QUE CONECTA A BAHIA COM O MUNDO

Por João Paulo - 26/08/2024 11:00 - Atualizado 26/08/2024



Em entrevista ao portal Bahia Econômica, Demir Lourenço, diretor executivo do Tecon Salvador, unidade de negócios da Wilson Sons, disse, que o Porto de Salvador pode ser considerado como uma importante solução logística, um Hub Port eficiente e de excelência operacional que conecta a Bahia com o Mundo.

“As conquistas colhidas a partir de julho, mês que inauguramos a nova rota e celebramos a chegada dos supernavios, são, sim, um upgrade importante. Mas, é relevante destacar que este caminho de reconhecimento

do mercado em ver o Porto de Salvador como uma importante solução logística, um Hub Port eficiente e de excelência operacional que conecta a Bahia com o Mundo, já vem sendo trilhado há algum tempo”, explicou.

Na entrevista, Demir destaca que não só produtores do Nordeste, mas também os produtores e indústrias do Centro-Oeste e Sudeste encontram no Porto de Salvador uma alternativa viável para suas cargas. “Ter navio com mais espaço para exportar e com 35 dias de viagem abre novas janelas de oportunidades para as cargas que já transitam no Tecon Salvador, como o algodão e frutas, com demandas promissoras no continente asiático, e para outras que ainda poderão ser exploradas”, disse.

O diretor também comenta outros assuntos relevantes como o Porto de Salvador se tornando um hub port brasileiro, dentre outros. ***Veja aqui a entrevista completa.***

<https://bahiaeconomica.com.br/wp/2024/08/26/entrevista-com-demir-lourenco-diretor-executivo-do-tecon-salvador-unidade-de-negocios-da-wilson-sons/>

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 27/08/2024

SURGE UMA NOVA PROPOSTA DE COMPRA DA BRASKEM. VEJA DETALHES

Redação - 26/08/2024 17:06 - Atualizado 26/08/2024



Após a petroleira dos Emirados Árabes Adnoc desistir de comprar a Braskem uma nova proposta foi colocada na mesa. A Novonor (ex-Odebrecht) e a Petrobras propuseram que os bancos credores – Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e BNDES – convertam suas dívidas em ações da Braskem e passem a administrar a empresa. Esses bancos tem ações da empresa dadas como garantia de uma dívida de R\$ 15 bilhões.

A proposta prevê ainda que a Novonor permaneça como acionista com uma fatia de 4% da Braskem, mas os bancos não aceitam essa hipótese e querem a Novonor fora da sociedade.

A Novonor é a acionista majoritária da Braskem com 38,3%, a Petrobras é dona de 36,1% e outros 25,6% estão pulverizados no mercado.

Não seria bom negócio para os bancos, pois a Braskem só vale R\$ 14,3 bilhões, pelo valor atual da ação, mas há perspectivas dessa ação se valorizar. Pela proposta os bancos receberiam um lote de ações que vale atualmente R\$ 5,4 bilhões, mas depois de tantos anos, e diante do risco da Braskem ter que pagar uma indenização adicional em Maceió, o espaço para os bancos reaverem o dinheiro integral da dívida vai ficando muito pequeno. (IN).

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 27/08/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

APS EFETUA CONSULTA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DO VTMIS NO PORTO DE SANTOS

Informações: *Autoridade Portuária de Santos (27 de agosto de 2024)*

No dia 02 de setembro, haverá apresentação do projeto para os participantes da consulta

A Autoridade Portuária de Santos (APS) está efetuando um levantamento de preços para orientar o edital de contratação do sistema de gerenciamento do tráfego de navios no Portos de Santos (o VTMIS, na sigla em Inglês de Vessel Traffic Management and Information System). A consulta servirá para aferir o valor de mercado do serviço e proporcionar a concorrência para a sua contratação.

As regras para a participação podem ser consultadas no site do Porto de Santos. A contribuição das empresas interessadas é voluntária e não implica nem na contratação dos serviços por parte da APS nem na obrigatoriedade de participação na concorrência por parte da empresa que fornecer seu orçamento.

Os participantes deverão assinar Termo de Confidencialidade para ter acesso às especificações técnicas do Projeto, que serão enviadas pela APS aos interessados.

No dia 02 de setembro próximo, a APS fará realizada uma apresentação do projeto para os participantes da consulta, visando o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre o processo.

VTMIS



O VTMS é uma ampliação do sistema de monitoramento de tráfego de embarcações que incorpora equipamentos e ferramentas tecnológicas para o gerenciamento do Porto como um todo, com o objetivo de garantir a segurança e eficiência da navegação e das operações portuárias, a salvaguarda da vida humana no mar e a preservação do meio ambiente.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/08/2024

SANTOS CONQUISTA PRIMEIRO LUGAR NO RANKING DE ESG

Informações: BoqNews (27 de agosto de 2024)

No ano de 2024, o Ranking de Sustentabilidade apresenta Santos como líder em práticas de governança ambiental, social e corporativa (ESG) e terceiro colocado no que diz respeito ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Município

Uma avaliação de 404 municípios brasileiros com população acima de 80 mil habitantes mostrou que Santos é a 11ª de cidade mais competitiva do País, à frente de capitais, e segue como líder nacional na camada ESG (Ambiental, Social e Governança, sigla do termo em inglês).

É o que revela o Ranking de Competitividade dos Municípios (<https://conteudo.clp.org.br/relatorios-tecnicos-2024>). Sendo assim, divulgado na manhã da última quarta-feira (21), pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em parceria com a Gove e a Seall.

O instrumento avalia os municípios que se destacam na entrega de serviços públicos. Desse modo, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para viverem e se desenvolverem nos locais classificados.

Santos apresentou avanços significativos nos pilares 'Inserção Econômica' (subiu 12 posições e ocupa o 10º lugar) e 'Inovação e Dinamismo Econômico' (subiu 101 posições e ocupa a 25ª posição), por exemplo, com incentivo à economia criativa, ao empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico, como as ações e cursos de capacitação ofertados no Parque Tecnológico de Santos e nas Vilas Criativas. O Município, pioneiro em ações voltadas ao meio ambiente, como a inclusão da cultura oceânica como política pública no currículo escolar, também avançou oito posições neste pilar. E atualmente ocupa o 14º lugar.

Ranking

A quinta edição do Ranking de Competitividade dos Municípios avaliou 404 cidades a partir de 65 indicadores, organizados em 13 pilares temáticos e três dimensões: Instituições, Sociedade e Economia.

Dentre as dimensões, 'Sociedade' possui o maior peso do ranking (42,4%), seguida por 'Economia' (38,1%) e 'Instituições' (19,5%), respectivamente. Todas as três dimensões são fundamentais para a competitividade e revelam em quais setores deve-se buscar a melhoria da performance municipal.

Destaque em sustentabilidade

No ano de 2024, o Ranking de Sustentabilidade apresenta Santos como líder em práticas de governança ambiental, social e corporativa (ESG). E terceiro colocado no que diz respeito ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Município.

Os dois indicadores fazem parte da Agenda 2030 proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Portanto, que é composta por 17 ODS e 169 metas para serem alcançadas até 2030 e promover um desenvolvimento sustentável em nível mundial.

Já a sigla ESG, que significa em Inglês 'environmental' (ambiental), 'social' (social) e 'governance' (governança), refere-se às iniciativas que as empresas praticam visando a sustentabilidade a longo prazo e o impacto positivo na sociedade.

As posições revelam boa performance nos indicadores ODS 6 – Água Potável e Saneamento (1º), ODS 14 – Vida na Água (2º) e ODS 10 – Redução das Desigualdades (3º). Já em cada uma das dimensões ESG, Santos lidera em mais um ano consecutivo na posição ambiental. E ocupa o 5º lugar na categoria social, avançando duas posições em relação ao ano anterior.

Confira as notícias do Boqnews no Google News e fique bem informado.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/08/2024

PORTO DE FORTALEZA PLANEJA ADEQUAÇÕES PARA RECEBER OS MAIORES NAVIOS DE CARGA E DE CRUZEIRO DO MUNDO

Informações: Agência Porto (27 de agosto de 2024)

O Diretor-Presidente da Companhia Docas do Ceará, Lucio Gomes, recebeu, nesta quinta-feira (22/08), o Prático e Diretor-Presidente da Praticagem do Ceará, João Victor Osório, e o Gerente de Operações da Praticagem no Ceará, Marcelo Nunes.

Na reunião, foram discutidas as ações a serem implementadas pela Companhia Docas do Ceará, para que o Porto de Fortaleza esteja preparado para o crescimento sustentável da movimentação de cargas e tenha condições de receber os maiores navios de carga e de passageiros do mundo, com cerca de 366 metros de comprimento.

Das várias providências a serem adotadas, algumas já estão em execução, ou em processo licitatório: estudos de manobrabilidade, batimetria, de recuperação e reforço estrutural, mudanças de bóias, serviços de dragagem e derrocagem em determinados pontos, modernização de sistemas (CFTV, energia, gestão portuária, ERP), implantação de novos portões, câmaras frigoríficas, conjunto de tomadas, treinamento de pessoal, etc.

As medidas refletem o planejamento da Diretoria da Companhia Docas do Ceará, para implementação em curto, médio e longo prazos, respeitando o meio-ambiente.

Também participaram da reunião o Diretor Comercial, José Junior, o Diretor de infraestrutura e Gestão Portuária, Urbano Filho, o Assessor da Presidência, Roberto Loureiro, o Coordenador de Marketing, Mario Jorge Cavalcanti, o CEO da CMA Terminals, Sérgio Lima, o Analista Portuário, Oswaldo Fontenele e o Coordenador de Infraestrutura Civil, Igor Brasil.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/08/2024

BRASIL ALCANÇA US\$ 388 BI EM CORRENTE DE COMÉRCIO ATÉ 4ª SEMANA DE AGOSTO

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (27 de agosto de 2024)



Neste mês, exportações somam US\$ 22,9 bi e importações US\$ 18,4 bi, com superávit de US\$ 4,5 bilhões e corrente de US\$ 41,31 bi – Imagem: Freepik

A Balança Comercial registrou na 4ª semana de agosto de 2024 superávit de US\$ 413 milhões e corrente de comércio de US\$ 11,591 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 6,002 bi e importações de US\$ 5,589 bi. Essas e outras informações foram disponibilizadas nesta segunda-feira (26/8) pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).

No mês, as exportações somam US\$ 22,907 bilhões e as importações US\$ 18,403 bilhões, com saldo positivo de US\$ 4,504 bi e corrente de comércio de US\$ 41,31 bi.



No ano, as exportações totalizam US\$ 221,109 bi e as importações, US\$ 167,049 bi, com saldo positivo de US\$ 54,06 bilhões e corrente de comércio de US\$ 388,158 bilhões.

Balança Comercial Preliminar Parcial – 4º semana de agosto/2024

Comparativo Mensal

Nas exportações, comparadas as médias até a 4ª semana de agosto de 2024 (US\$ 1,30 bi) com a de agosto de 2023 (US\$ 1,35 bi), houve queda de 0,4%. Em relação às importações, houve crescimento de 16% na mesma comparação: média de US\$ 1,08 bi em 2024 contra US\$ 933,41 milhões em 2023.

Assim, até a 4ª semana de agosto/2024, a média diária da corrente de comércio totalizou US\$ 2,4 bi, com saldo, também por média diária, de US\$ 264,95 milhões. Comparando-se com a média de agosto/2023, houve crescimento de 6,3% na corrente de comércio.

Exportações e importações por Setor e Produtos

No acumulado até a 4ª semana do mês de agosto/2024, comparando-se com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores pela média diária foi o seguinte: queda de US\$ 52,71 milhões (15,9%) em Agropecuária; crescimento de US\$ 5,37 milhões (1,7%) em Indústria Extrativa; e crescimento de US\$ 45,47 milhões (6,5%) em produtos da Indústria de Transformação.

Nas importações, o desempenho dos setores pela média diária apontou crescimento de US\$ 4,88 milhões (30,3%) em Agropecuária; queda de US\$ 0,06 milhões (0,1%) em Indústria Extrativa; e crescimento de US\$ 144,16 milhões (16,8%) em produtos da Indústria de Transformação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/08/2024

MAPA AVANÇA EM NEGOCIAÇÕES PARA NOVAS ABERTURAS DE MERCADO NA COREIA DO SUL

Informações: MAPA (27 de agosto de 2024)

Missão do Ministério reforçou relações bilaterais e ampliou possibilidades de exportação para o agronegócio brasileiro

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) deu mais um passo importante na ampliação das exportações do agronegócio brasileiro ao fortalecer as negociações com a Coreia do Sul.

Em missão realizada durante a última semana, na capital Seul, o secretário de Comércio e Relações Internacionais, Roberto Perosa, acompanhado do adido agrícola do Brasil no país, Ricardo Zanatta, participou de reuniões estratégicas para avançar as relações bilaterais e discutir o acesso de produtos agropecuários brasileiros ao mercado sul-coreano.

Durante a visita, a comitiva do Mapa e a Embaixadora do Brasil em Seul, Márcia Donner Abreu, reuniram-se com autoridades coreanas para tratar de temas fundamentais para a consolidação das parcerias entre os dois países. Entre os encontros, destacou-se a reunião com o ministro adjunto de Coordenação e Planejamento do Ministério da Agricultura, Alimentação e Assuntos Rurais (MAFRA) da Coreia do Sul, Kang Hyoung-Seok, onde foram discutidos temas como a finalização do processo de reconhecimento de regionalização para a Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP), a abertura do mercado coreano para a carne bovina brasileira, e a expansão da área autorizada para exportação de carne suína dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

Os representantes do Mapa também se encontraram com a comissária da Agência de Quarentena Animal e Vegetal (APQA), Kim Jung-hee, para avançar nas tratativas relacionadas à carne bovina e suína, além de abordar o potencial de exportação de uvas de mesa brasileiras para o mercado coreano. Durante a conversa, foi discutida a possibilidade de acesso dos morangos coreanos ao mercado brasileiro, demonstrando o interesse mútuo em diversificar as trocas comerciais.

Outro encontro relevante ocorreu com o ministro adjunto de Assuntos Internacionais do Ministério de Economia e Finanças (MOEF), Choi Ji-young, onde foram debatidos temas como a contribuição da produção agropecuária brasileira para a segurança alimentar e o controle da inflação na Coreia do Sul, além de potenciais investimentos coreanos no projeto de recuperação de pastagens degradadas no Brasil.

“Esta missão fortaleceu ainda mais os laços comerciais e a cooperação entre Brasil e Coreia do Sul. As discussões abriram novas possibilidades para o agro brasileiro, especialmente em um mercado tão estratégico como o coreano. Estamos confiantes de que essas negociações resultarão em importantes avanços para nossos produtores e para a economia brasileira”, afirmou o secretário Roberto Perosa

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 27/08/2024

BRASIL EXPORTA MAIS E IMPORTA MENOS DA SÍRIA

Informações: ANBA (27 de agosto de 2024)



Até julho deste ano, foram exportados US\$ 31,6 milhões para a Síria, 276% a mais do que o registrado no mesmo período do ano passado. Importações estão em queda. Imagem de jcomp no Freepik

São Paulo – As exportações brasileiras para a Síria somam US\$ 31,6 milhões até julho deste ano, valor 276% maior do que os US\$ 8,4 milhões exportados no mesmo período do passado e aproximadamente o triplo do embarcado ao país até julho de 2022, quando as vendas chegaram a US\$ 10,3 milhões. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), já as importações brasileiras da Síria estão em queda. Entre janeiro e julho deste ano, foram comprados US\$ 334,2 mil. No mesmo período de 2023, haviam sido US\$ 2,8 milhões. Em 2022, foram importados US\$ 17,5 mil até julho.

Entre os principais produtos exportados pelo Brasil estão café, açúcar, mate e granito, com destaque para açúcar, que não foi exportado para a Síria em 2022 e em 2023. Neste ano, foram enviados ao país árabe US\$ 11,2 milhões em açúcares. Em mate, foram embarcados US\$ 5,2 milhões. Até julho de 2023, haviam sido embarcados US\$ 441,4 mil em mate. Em 2022, o País não exportou esse produto para a Síria.

Brasil reduz compras da Síria

No sentido contrário, o principal produto importado pelo Brasil neste ano são sementes de anis, que somam US\$ 262,6 mil, seguidas por outras especiarias. Entre janeiro e julho do ano passado, o Brasil importou US\$ 2,7 milhões em fosfatos, produto que não foi comprado neste ano nem em 2022. Em 2024, a corrente de comércio do Brasil com a Síria soma US\$ 31,9 milhões, com superávit de US\$ 31,3 milhões para o Brasil.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 27/08/2024

AGÊNCIA APROVA DOCUMENTOS PREPARATÓRIOS PARA A LICITAÇÃO DO TERMINAL STS08, LOCALIZADO NO PORTO DE SANTOS (SP)

Fonte: ANTAQ (27 de agosto de 2024)

Com o convênio de delegação, o porto é o responsável pelo arrendamento e deve dar andamento ao processo

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou os documentos preparatórios de licitação do terminal STS08, localizado no Porto de Santos (SP). Com isso, o porto poderá seguir com o processo de arrendamento da área.

No final de 2023, foi assinado convênio de delegação entre a Agência e a Autoridade Portuária de Santos (APS) que repassa, entre outras funções, a competência de realização de procedimento licitatório para arrendamento de instalações portuárias à autoridade portuária.

Por isso, com a aprovação da Diretoria Colegiada da ANTAQ, na última quinta-feira (22), do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e das minutas de edital e do contrato de arrendamento a APS está apta a abrir audiência e consulta públicas para o certame do terminal STS08.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 27/08/2024

GOVERNO DE SP LANÇA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PARA AMPLIAR DIÁLOGO E GARANTIR TRANSPARÊNCIA

Fonte: Governo do Estado de SP (27 de agosto de 2024)



Agência SP será o principal canal de comunicação do governo; plataforma vai unir prestação de contas e divulgação de atos e serviços

O Governo do Estado de São Paulo ganha, a partir desta quinta-feira (22), um novo canal de comunicação, a Agência SP. Coordenada pela Secretaria de Comunicação do Estado (Secom), a plataforma passa a produzir e distribuir conteúdo multimídia da administração estadual para entregar à população e à imprensa informação oficial com credibilidade, eficiência e agilidade, pronta para ser compartilhada por aplicativos e redes sociais. O endereço é www.agenciasp.sp.gov.br.

Para marcar o lançamento, a Agência SP conta com uma entrevista inédita do governador Tarcísio de Freitas, realizada em seu estúdio, no Palácio dos Bandeirantes. Além de falar sobre a importância do novo canal de comunicação, Tarcísio respondeu a diversas perguntas enviadas por jornalistas de diferentes regiões do estado de São Paulo. “A Agência SP reforça um dos pilares do nosso governo que é o diálogo. É fundamental passar informação de qualidade, reforçar nossa capacidade analítica e transmitir para as pessoas e para a imprensa aquilo que está acontecendo. Informar faz parte do nosso papel, do nosso dever de prestar contas”, afirma o governador.

A nova plataforma passa a ser a fonte oficial centralizada com informações de todos os órgãos do Governo do Estado, dando mais transparência aos atos e acesso amplo ao conteúdo preciso e em tempo real. Ela reforça ainda a comunicação direta com o cidadão, entregando informação de utilidade pública e garantindo amplo conhecimento sobre os projetos, eventos, políticas públicas e serviços estaduais.

O portal segue as diretrizes de acessibilidade para websites e foi criado segundo as bases do mobile first, que prioriza o desenvolvimento de ambientes digitais focados nos usuários de internet móvel. Suas funcionalidades estão também adaptadas a computadores e demais plataformas.

“O que buscamos é a promoção de uma comunicação pública moderna, integrada e eficiente, que atenda plenamente a sua finalidade, que é garantir que a imprensa e a sociedade em geral tenham acesso aos atos da gestão pública e a toda informação de interesse público”, afirma a secretária de Comunicação, Lais Vita.

Conteúdo compartilhável

Com identidade visual moderna e facilidades para compartilhamento de conteúdo, a Agência SP traz recursos que asseguram a integração com os perfis de redes sociais do Governo, além de filtros para facilitar a seleção regional das notícias, conteúdos especiais em diversos formatos de texto e imagem e também acesso rápido à cobertura em tempo real dos atos do Governo do Estado, discursos oficiais e entrevistas dos porta-vozes da gestão.

As produções multimídia são realizadas no estúdio localizado no Palácio dos Bandeirantes. As entrevistas com autoridades estaduais e boletins com informação de utilidade pública serão distribuídos em diferentes formatos para atender a todos os meios de comunicação com conteúdo oficial de forma eficiente.

Resolução

A Resolução 004/2024, publicada no Diário Oficial do Estado (Doe) desta quinta-feira (22), oficializa a implantação da Agência SP, “destinada à produção e distribuição de informação e conteúdo multimídia para dar publicidade a projetos, ações institucionais e serviços desenvolvidos pelo Poder Executivo Estadual.”

O texto também institui um manual de operação da plataforma, detalhando missões, diretrizes e boas práticas que vão nortear o projeto. O manual está disponível no site da Secom.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/08/2024

GUARDA PORTUÁRIA, CESPSPORTOS E NEPOM REALIZAM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Informações: Portos Rio (27 de agosto de 2024)



A Guarda Portuária da PortosRio, em conjunto com a Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CESPORTOS) e o Núcleo Especial de Polícia Marítima da Polícia Federal (NEPOM/PF), realizou um importante Exercício de Segurança Portuária no Porto do Rio de Janeiro, na última sexta-feira (23).

O exercício, coordenado pela Guarda Portuária, teve como objetivo principal testar e aprimorar a capacidade de resposta das instalações portuárias em situações de emergência, garantindo a proteção das operações, dos profissionais e dos usuários do porto.

A integração entre os diferentes órgãos envolvidos destacou a prontidão e a eficiência da CESPORTOS e do NEPOM/PF em responder a crises no ambiente portuário. Essa colaboração interinstitucional se mostrou fundamental para a segurança de todos os envolvidos.

Os supervisores de segurança dos terminais arrendados Rio Brasil Terminal, MultiRio, Triunfo Logística e Pier Mauá também tiveram uma participação ativa no treinamento, contribuindo para a eficácia das operações simuladas.

Treinamentos como este são essenciais para manter os elevados padrões de segurança do Porto do Rio de Janeiro. A Guarda Portuária reafirma seu compromisso contínuo com a segurança e expressa seu agradecimento a todos os participantes pelo sucesso alcançado neste exercício.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/08/2024



REDUZIR REINJEÇÃO DE GÁS NATURAL NÃO SE DARÁ COM “DESTRUIÇÃO DE VALOR”, DIZ PIETRO MENDES

Secretário do Ministério de Minas e Energia diz que legislação protege ativos e que controle da reinjeção respeitará viabilidade econômica de projetos

Por Gustavo GaudardeAndré Ramalho Gustavo Gaudarde 27 de agosto de 2024 Em Mercado de gás, Política energética



Pietro Mendes, diante painel da Onshore Week 2023, em Maceió/AL (Foto: Gustavo Costa/epbr)

RIO – A redução dos índices de reinjeção de gás natural não se dará ao custo de uma “destruição de valor” dos projetos e da própria arrecadação da União, afirmou nesta segunda (26/8) o secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Pietro Mendes.

Ele saiu em defesa dos dispositivos do novo decreto regulamentador da Lei do Gás e que reforçam o papel da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no controle da reinjeção. O texto conta com a oposição dos operadores offshore.

Mendes descartou, no entanto, mudanças em projetos que levem à destruição do Valor Presente Líquido (VPL) – método de análise da viabilidade de investimentos.

O MME defende que é preciso revisar os planos de desenvolvimento, pois esse é o caminho para se ter acesso aos dados de reservatório e produção – e para, de fato, reavaliar a reinjeção. A percepção de risco de mudar o que foi aprovado (e levou às decisões de investimento) é uma das principais queixas das petroleiras.

Pietro Mendes defendeu, por sua vez, que o temor se dá por uma interpretação isolada dos novos artigos introduzidos pelo decreto. A legislação, e não apenas a Lei do Gás, protege os contratos, argumentou o secretário, em entrevista coletiva após a assinatura do decreto.

“Vai ter uma avaliação técnica, desde a viabilidade técnica, respeitada a viabilidade econômica, porque isso também tem fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), que não pode causar dano ao erário com nenhum tipo de política pública. Todo o arcabouço legal e dos órgãos de fiscalização serão respeitados”, rebateu.

A nova regulamentação da Lei do Gás prevê que a expansão da infraestrutura do setor será precedida por estudos de planejamento e regulação da remuneração do escoamento. Com isso, defende a pasta, há espaço para rever a reinjeção de gás em projetos existentes, inclusive com capacidade ociosa.

Mendes citou, como exemplo, a possibilidade de uso de infraestruturas ociosas e a criação de “hubs de gás” (plataformas com capacidade para tratar gás de outras unidades que não contem com esse tipo de instalação).

“É essa discussão que a gente quer promover, mas obviamente respeitando a lucratividade, nunca saindo de um cenário hoje mais lucrativo para outro menos lucrativo. É sempre do que está para melhor, inclusive do ponto de vista do VPL dos projetos e da arrecadação”.

O que diz o novo decreto da Lei do Gás?

Entre idas e vindas, o decreto foi costurado para abrir o caminho para que a ANP determine, na esfera administrativa, a redução da reinjeção de gás nos campos offshore ao mínimo necessário – inclusive com a possibilidade de fixação de volumes máximos de gás a ser reinjetado.

Prevê que a ANP poderá determinar o aumento da produção de campos em operação e, nesse sentido, rever os planos de desenvolvimento das concessões (inclusive aquelas já em operação).

O debate sobre reinjeção é tema sensível entre as petroleiras. Rever projetos já contratados é uma solução que conta historicamente com a oposição dos operadores – a Petrobras, inclusive.

Os produtores argumentam que otimizar a produção de óleo resulta em mais participações governamentais para os cofres públicos. E que, por isso, não se deve falar em “desperdício de gás” com a reinjeção – um desafio de comunicação com a sociedade reconhecido pelas petroleiras.

Gás reinjetado é cobiçado pela indústria

O volume reinjetado representa cerca de metade da produção de gás natural no Brasil. De acordo com a ANP, no primeiro semestre, a reinjeção totalizou 60 milhões de m³/dia – descontado do cálculo o CO₂ injetado por questões técnicas.

O combate aos elevados índices de reinjeção conta com a simpatia de Alexandre Silveira (PSD) e foi uma rota de colisão públicas entre o ministro de Minas e Energia e Jean Paul Prates – que resistiu às pressões para rever os projetos do pré-sal que injetam 100% do gás.

Magda Chambriard assumiu a presidência da petroleira, justamente, com o desafio de administrar pressões políticas por um protagonismo maior da Petrobras na busca por soluções para aumentar a oferta de gás a preços competitivos para a indústria.

A epbr apurou que a executiva não abriu mão da posição histórica da Petrobras, de que é preciso maximizar o retorno dos ativos, e que a recuperação do óleo é fundamental. Mas chegou a um alinhamento com o governo, diante de modelagens que indicaram oportunidades de elevar a oferta de gás, com ganhos de rentabilidade.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 27/08/2024

DIRETOR-GERAL DA ANEEL, SANDOVAL FEITOSA PREGA HARMONIA COM MINISTÉRIO E ALINHAMENTO DE PRAZOS

Feitosa disse que a norma citada pelo ministro é da época da ditadura; Alexandre Silveira cobra prazos, sem interferência em votos

Por Gustavo Gaudarde 27 de agosto de 2024 Em Política energética, Setor elétrico



Em pronunciamento na CI, diretor-geral da Aneel, Sandoval de Araújo Feitosa Neto (Foto: Geraldo Magela/Agência Senado)

BRASÍLIA – O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, afirmou, nesta terça-feira (27/8), não haver condições jurídicas para intervenções na autarquia. Feitosa pediu “harmonia institucional” entre a agência e o governo.

A fala se refere ao decreto-lei 200, de 1967, citado pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para justificar uma intervenção na agência.

A norma foi publicada durante o regime militar, sob a gestão do general Humberto Castello Branco, e prevê a possibilidade de adoção de medidas como a intervenção “por motivo de interesse público” em órgãos da administração indireta.

“É um contexto completamente diferente do estado democrático de direito que vivemos hoje. Esse decreto que foi citado é de uma época em que o Brasil estava em uma ditadura, não é o contexto



atual. As agências são uma conquista da sociedade brasileira, estão ancoradas do regime democrático do país”, afirmou o diretor-geral da Aneel.

Sandoval Feitosa disse que não há intenção de atrapalhar o trabalho do Ministério de Minas e Energia e que é necessário normalizar as relações.

“A gente precisa nesse momento de uma harmonia institucional para que a gente possa, com muita tranquilidade, sentar com os poderes públicos constituídos, auxiliar o governo a cumprir o seu plano de governo”, pregou.

“Não há nenhum objetivo aqui da Aneel de fazer qualquer obstáculo, muito pelo contrário, nós estamos completamente alinhados com o direito constituído de fazer as reformas que são necessárias”, completou.

Ontem (26/8), o Silveira afirmou novamente que não há interferência política nas agências, mas uma cobrança pelo cumprimento de prazos.

“As agências não têm compromisso com o governo do ponto de vista do resultado das votações. Aí sim entra a autonomia de um órgão que deve ser considerado um órgão de Estado”, disse.

“O formulador de política pública dá a diretriz, formula a política pública, envia e ela regula. Intervenção seria o ministro de Estado fazer com que os seus diretores tenham compromisso com o resultado do plenário”, completou.

A agência está com quatro diretores, dado que o governo federal não designou um substituto para a vaga aberta no ano passado com a saída de Hélivio Guerra. Essa composição têm levado a empates nas votações.

O presidente Lula já poderia ter enviado um nome para o Senado Federal, mas depende dos parlamentares para sabatinar e aprovar em plenário a indicação.

Aneel cita problemas estruturais em resposta ao governo

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) enviou, na segunda-feira (26) uma resposta aos questionamentos do ministro de Minas e Energia. A autarquia reclamou de prazos estipulados pelo MME e de problemas estruturais.

A resposta foi assinada pelo diretor-geral, Sandoval Feitosa, que ressaltou a independência da agência. O documento possui 11 páginas e 15 citações à palavra prazo.

“Importante destacar que a Lei de criação da ANEEL garantiu a sua atuação de forma autônoma, estando legalmente submetida ao controle externo exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União”, respondeu.

Dias depois de enviar o ofício à Aneel, o ministro Alexandre Silveira minimizou a polêmica, mas disse haver previsão legal para intervenção, no decreto-lei 200, de 1967.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) pediu uma medida cautelar para evitar qualquer ato que caracterize ameaça à Aneel, além de uma auditoria operacional para apurar se existe, de fato, lentidão na análise de processos.

A Associação dos Servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Asea) emitiu uma nota alegando os mesmos problemas citados por Sandoval Feitosa, na sexta-feira (23).

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 27/08/2024

PLANO CLIMA E INVESTIMENTO EM BIOGÁS SÃO OPÇÕES PARA REDUZIR EMISSÕES DE METANO, SEGUNDO ESPECIALISTAS

Debate ocorreu na Comissão Mista de Mudanças Climáticas nesta segunda-feira (26/8)
Por Agência Câmara 27 de agosto de 2024 Em *Clima, Congresso, Meio ambiente*



Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

Durante audiência no Congresso Nacional nesta segunda-feira (26/8), o governo defendeu o Plano Nacional de Mudança do Clima (Plano Clima) como instrumento para reduzir as emissões de metano (CH₄), um dos principais gases de efeito estufa juntamente com o dióxido de carbono (CO₂) e o óxido nitroso (N₂O). Já algumas associações empresariais pediram investimento em biogás. O

debate ocorreu na Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

O Brasil é o quinto maior emissor global de metano, gerado principalmente por atividades agropecuárias (298,6 milhões de toneladas de CO₂ equivalente), resíduos sólidos (66,6 milhões tCO₂e) e mudanças no uso do solo e das florestas (27,8 milhões tCO₂e). O aumento na emissão brasileira foi de 51% entre 1990 e 2019.

Representante do Ministério do Meio Ambiente, Érico da Rocha destacou a construção do Plano Clima, com metas e ações de mitigação e adaptação do governo até 2035. Segundo ele, três planos setoriais vão endereçar e discutir a questão de metano – agricultura e pecuária, resíduos e energia – tendo em vista o compromisso assumido pelo governo brasileiro de neutralidade climática até 2050.

“Dado o nosso perfil de emissão, alguns setores continuarão com emissões positivas e muito provavelmente a gente vai continuar emitindo metano em 2050. Então, a gente vai ter que ter um papel muito forte do setor de mudança de uso da terra e do setor de energia para que a gente tenha medidas de remoção de gases de efeito estufa”, detalhou.

O Plano Clima vai incorporar a nova meta voluntária de redução das emissões brasileiras (NDC), que será anunciada na COP30, a cúpula climática prevista para Belém (PA), no próximo ano.

Edie Andreeto Junior, do Ministério de Minas e Energia, lembrou que a emissão de metano na produção de petróleo e gás (12,5 milhões tCO₂e) é muito inferior à de outros setores da economia. Também destacou que os novos projetos de exploração em alto mar (offshore) incorporam práticas menos poluentes.

Biogás e biometano

O secretário de Economia Verde do Ministério do Desenvolvimento, Rodrigo Rollemberg, aposta que a estratégia de descarbonização – presente no Pacto pela Transformação Ecológica assinado pelos três Poderes da República e no Plano Nacional de Transição Energética – trará novas oportunidades sobretudo na agropecuária e na gestão de resíduos sólidos.

“São problemas – os resíduos – que podem e devem se transformar em verdadeiras riquezas, que é a produção do biometano”, apontou.

O presidente da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (Abren), Yuri Schmitke, criticou o atraso no fim dos lixões e pediu mais investimento no aproveitamento do metano como energia.

“O metano é um gás de baixa persistência: se eu cortar o metano hoje, ele sai da atmosfera daqui a 5 a 10 anos. O CO₂, não: se eu cortar hoje, ele demora décadas. E nós estamos falando de uma

questão urgente. As emissões evitadas por meio do biogás e do biometano são 11 a 15 vezes maiores do que as outras energias renováveis. Por que essa renovável [biometano] não tem um destaque maior no plano de descarbonização?”

O biogás é mistura de gases produzida pela decomposição biológica de recursos orgânicos, enquanto o biometano é gás natural renovável derivado da purificação do biogás. Ambos são estratégicos no atual processo de transição energética do país, podendo substituir o poluente diesel, por exemplo.

A Associação Brasileira de Biogás (Abiogás) defendeu a aprovação de projetos de lei que incentivam o setor, como as propostas de combustíveis do futuro (PL 528/20), do Programa Nacional da Recuperação Energética de Resíduos (PL 1.202/2023) e da regulamentação do mercado de carbono (PL 2145/15, aprovado na Câmara ano passado, que no Senado recebeu o número 182/24).

A presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, deputada Socorro Neri (PP/AC), prometeu empenho do Congresso.

“As análises são extremamente importantes para compreendermos o tamanho desse desafio e da atenção que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal precisam dar de modo que possamos, de fato, fazer a transformação do lixo de resíduos sólidos em riqueza, em energia para o nosso país”, disse.

Segundo a Abiogás, o Brasil tem hoje 1365 plantas de biogás com capacidade de gerar 11,2 milhões de metros cúbicos por dia e 31 plantas de biometano com capacidade diária de 1,6 milhão de m³. Tudo ainda bem abaixo do potencial do país, que é de 120 milhões de m³/dia.

O superintendente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), André Galvão, fez um apelo: “Enxerguem o setor de resíduos como uma grande oportunidade de baixo custo para descarbonizar a economia.”

Reportagem de José Carlos Oliveira. Edição Ana Chalub

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 27/08/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

LULA ASSINA MP QUE CRIA INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA NAVAL

Governo estima que medida pode gerar R\$ 2,4 bilhões para o Brasil

Por Bernardo Lima — Brasília



Indústria naval em Niterói (RJ) — Foto: Roberto Moreyra / Agência O Globo/09-10-2019

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta segunda-feira uma medida provisória (MP) que cria incentivos para a indústria naval e para o setor de petróleo e gás no Brasil. Segundo o governo, a medida tem potencial para gerar R\$ 2,4 bilhões para a economia brasileira.

A MP assinada por Lula amplia incentivos com a depreciação acelerada de navios tanques. A ideia do

governo é de ampliar investimentos em logística para indústria de petróleo e derivados, com o intuito de reduzir oscilações de preço com o afretamento de embarcações.

Hoje, o investimento feito em um maquinário com vida útil de 10 anos, por exemplo, deve ser deduzido do lucro real da empresa durante esse período. Com a depreciação acelerada, a dedução desse valor pode ser feita mais rapidamente, desde que diante da compra de novo material. O que, na prática, é um incentivo fiscal.

O evento de assinatura contou também com a presença do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que destacou a geração de empregos e arrecadação que a MP pode trazer.

— Levando em conta o aporte de novos recursos à economia, nossas estimativas são de que, apenas com essa iniciativa, a economia brasileira deve ganhar mais R\$ 2,4 bilhões, além de cerca de R\$ 824 milhões de tributos indiretos gerados. Isso é mais um estímulo para a nossa economia — ressaltou o ministro Alexandre Silveira.

Nesta segunda, o governo reuniu o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em uma reunião extraordinária para aprovar uma série de medidas para os mercados de gás natural e combustíveis, além de criar a Política Nacional de Transição Energética (PNTE).

Em nota, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval (Sinaval) disse que a iniciativa do governo é crucial para reduzir a assimetria competitiva dos estaleiros em relação aos concorrentes internacionais.

Segundo o sindicato, países como Alemanha, Espanha, Holanda, Reino Unido e Japão já adotam mecanismos de depreciação acelerada de ativos para incentivar projetos na área de construção naval e navegação. A nota acrescenta que o mecanismo proporciona vantagens fiscais que estimulam investimentos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/08/2024

COM INDICAÇÃO DE NOVO CEO, VALE SE LIVROU DE UM 'PESO', DIZEM ANALISTAS

Relatórios dos bancos de investimento Itaú BBA e BTG Pactual veem como positivo o anúncio do nome de Gustavo Pimenta para comandar a mineradora

Por Vinicius Neder — Rio de Janeiro



Caminhões em mina da Vale — Foto: Bloomberg

A indicação do atual vice-presidente executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Gustavo Pimenta, para substituir, a partir do ano que vem, o CEO, Eduardo Bartolomeo, foi bem recebida por analistas de mercado. Segundo relatórios dos bancos de investimentos BTG Pactual e Itaú BBA, o anúncio, feito na noite de segunda-feira, é positivo porque retira um peso — “overhang”, no jargão do mercado — dos negócios da mineradora.

Em comum, as análises colocam o conturbado processo de sucessão de Bartolomeo como um problema para a Vale. Uma questão interna que atrapalha o enfrentamento de outros desafios.

Alguns dos obstáculos citados são, entre outros, os efeitos da desaceleração do crescimento econômico da China sobre a demanda por minério, o tamanho da indenização de reparação pelos danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG), em 2015, e dificuldades em fazer a produção crescer com custos operacionais controlados.

Forbes: Brasil tem cinco novos bilionários na lista de 2024; saiba quem são

“Um overhang resolvido; assinar um novo acordo para Mariana e renovar as concessões ferroviárias serão os próximos marcos”, resumiram os analistas do Itaú BBA, enquanto o relatório do BTG Pactual também classificou o anúncio do novo CEO como um “evento de redução de risco (de-risking)”.

Continuidade da estratégia

O relatório do Itaú BBA, assinado pelos analistas Daniel Sasson, Edgard Pinto de Souza, Marcelo Furlan Palhares e Barbara Soares, chamou a atenção para o fato de que a indicação de Pimenta permitirá uma continuidade na atual estratégia de negócios da Vale.

“Em nossa visão, uma substituição interna é a melhor alternativa para a Vale pelos seguintes motivos: i) ela suaviza a transição e limita mudanças na estratégia da empresa; e ii) não interrompe os processos de negociação em andamento com os parceiros da Vale sobre tópicos importantes”, escreve a equipe do Itaú BBA.

Já os analistas do BTG Pactual chamaram a atenção ainda para o fato de que o anúncio do novo CEO veio antes do esperado. O cronograma anteriormente informado pela mineradora previa a confirmação do nome do substituto de Bartolomeo até o início de dezembro.

“O momento da nomeação é uma grande surpresa. Esperávamos uma resolução para esse overhang apenas em dezembro, o que significa que o processo foi significativamente acelerado como uma forma de reduzir o risco associado à história do investimento (na empresa)”, diz o relatório do BTG Pactual, assinado por Leonardo Correa e Caio Greiner.

Vitória da governança

Para os analistas do banco de investimentos, que não mudaram sua recomendação para as ações da Vale — classificada como “neutra”, ou seja, nem recomendam a compra nem a venda dos papéis — a solução encontrada com a indicação de Pimenta é uma vitória da governança das grandes companhias abertas:

“O fato de o processo ter ocorrido de acordo com os mais altos padrões de governança é uma vitória para a empresa e, em última análise, para o país, já que a Vale é uma das empresas mais importantes do Brasil. Mais uma vez, a governança da Vale prevaleceu em meio a tentativas de interferência política (segundo relatos da imprensa), o que acreditamos ser reconfortante”.

*Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/08/2024*

PACOTE DO GÁS TENTA RESOLVER PREÇO ALTO DO PRODUTO COM MEDIDAS DE INTERVENÇÃO QUE VÃO DA EXTRAÇÃO ATÉ O CONSUMIDOR

Indústria comemora, especialistas veem impacto negativo no setor

Por Victoria Abel, Bernardo Lima, João Sorima Neto e Bruno Rosa — Brasília, São Paulo e Rio



Unidade de terminal de gás da Petrobras — Foto: Divulgação

Em busca de solução para o preço do gás natural no Brasil, um problema apontado como crônico por diferentes governos e pela indústria, a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem uma série de medidas que se aproximam de interferência direta no setor. As ações impactam diretamente atividades que vão dos campos de exploração até a venda direta do produto.

Além disso, o Executivo decidiu ampliar e reformular o programa de “vale-gás”, voltado para subsidiar o GLP a famílias de baixa renda, a partir do ano que vem.

As medidas foram assinadas por Lula em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) — órgão encabeçado pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Indústrias consumidoras do produto comemoraram, antevendo um aumento da oferta do insumo, o que significaria preço menor.

Críticos, no entanto, afirmam que as medidas podem ser questionadas como intervenção no mercado, sobretudo caso interfiram em contratos já vigentes. O tema afeta não só a Petrobras, mas também grandes multinacionais que atuam no segmento no Brasil, como Shell, BP, Galp e Equinor.

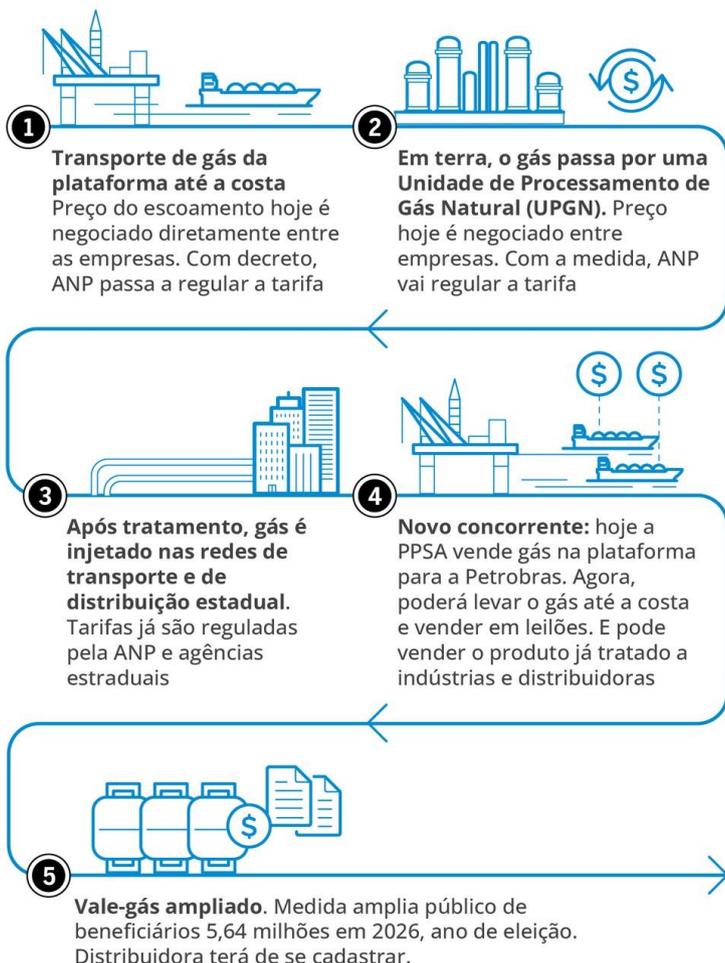
Um dos decretos amplia os poderes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre o setor. Permite regular as tarifas de escoamento e tratamento de gás, que hoje são negociadas entre empresas. O escoamento e processamento ocorrem do campo à costa. Depois que o gás é tratado, há etapas de transporte e distribuição.

A agência terá poder para determinar a redução da reinjeção de gás nos poços para os novos projetos e estimular que nos antigos, com contrato assinado, as petroleiras topem aderir à medida. Na reinjeção, o gás extraído dos campos de petróleo é injetado novamente nos poços.

Isso é feito, por exemplo, para melhorar a extração de petróleo, por falta de infraestrutura e alto teor de carbono. O governo vê no processo um desperdício de gás, que poderia ser aproveitado.

Da extração até o consumidor

Medidas têm impacto em toda as etapas da cadeia



A ANP poderá determinar o aumento da produção de gás natural e a ampliação das infraestruturas de escoamento e tratamento do produto.

Pacote do gás — Foto: Criação O GLOBO

Em outra frente, Lula assinou resolução que permite usar a estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) como um braço para comercializar gás natural. A PPSA poderá comercializar gás natural, gás de cozinha (GLP) e líquidos derivados do processamento do gás. Assim, poderá concorrer diretamente com a Petrobras na comercialização do gás ao mercado. A ideia é ajudar a baixar o preço.

Redução de ao menos 35%

A PPSA é a estatal que gerencia os contratos de produção no pré-sal. É ela que fica com o óleo e o gás que cabe à União nas reservas de pré-sal. A partir da resolução, ela poderá acessar os sistemas de processamento e o escoamento do gás produzido nos campos, que são localizados no mar, e comercializá-lo.

Hoje, a empresa não tem autorização para vender gás natural após as unidades de processamento, conhecidas no setor como UGPN, e é obrigada a vender a fatia do gás que cabe à União na plataforma.



— Estamos equilibrando o mercado nacional do gás, oferecendo aumento da disponibilidade e moderação nos preços ao consumidor final. O governo federal e o povo brasileiro serão beneficiados com a implantação dessa política — disse Silveira.

Diferentes segmentos da indústria consumidora de gás, que estiveram na plateia, apoiaram a iniciativa, com a perspectiva de que possam ter acesso ao gás a preços mais baixos. O governo fala em reduzir de 35% a 40% o preço do gás.

— É mais racional usar a PPSA do que a Petrobras. Hoje o preço de mercado é definido só pela Petrobras. É um embrião de um mercado com leilões a longo prazo de gás — disse Paulo Pedrosa, presidente da Abrace, associação de grandes consumidores de energia.

O presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), André Passos Cordeiro, estima uma redução de até 50% no preço. O segmento é o maior consumidor do produto.

— Não é possível ter uma diferença de 400% em relação aos preços de referência internacionais — diz Passos Cordeiro, que acredita que o custo do gás natural no país, que gira em torno de US\$ 10 a US\$ 12 o milhão de BTUs atualmente, pode cair para US\$ 6 a US\$ 7.

Um segundo decreto fecha as portas para a possibilidade de privatização no setor de refino, o que já não estava em curso no governo Lula. E um projeto de lei permite a transferência de excedentes dos índices de conteúdo local entre contratos vigentes de exploração e produção: se em um contrato uma petroleira obtém índice de conteúdo nacional na compra de equipamentos superior ao necessário, pode transferir o excedente a outro contrato de exploração.

Por exemplo: se o contrato prevê 35% de conteúdo local e a empresa teve 40%, poderia levar a parcela adicional a outra operação na qual esteja abaixo do mínimo.

Karina Santos, advogada da área de Sustentabilidade Corporativa do Gaia Silva Gaede Advogados, lembra que a Petrobras é uma empresa de economia mista, em que a maioria das ações pertence à União, mas também tem dinheiro privado, com ações na Bolsa. As decisões passam por níveis de governança. No caso da PPSA, 100% de seu capital é público.

— Via PPSA, o governo vai atuar de maneira mais direta no mercado de gás. Ou seja, haverá maior interferência governamental em relação às atividades de escoamento e tratamento do gás — avalia, acrescentando que considera a ação uma interferência do governo no mercado. — Foi o que aconteceu com a MP 579 no setor elétrico. O governo manipulou as regras para baixar momentaneamente o valor da energia. E estamos vendo isso no gás. Ou seja, o gás pode ser barateado no primeiro momento, mas vamos pagar a conta mais tarde.

Para Rodrigo Figueiredo, especializado em Direito do Estado e sócio do escritório RVF Advogados, o pacote do governo muda a gestão estratégica do escoamento e produção do gás natural no país, ao incluir a PPSA em áreas dominadas pela Petrobras:

— Isso pode trazer uma vantagem ao consumidor, instaurando certa concorrência, tendendo a baratear os preços. Mas há uma diferença qualitativa entre a ingerência que PPSA e Petrobras podem sofrer a partir do controlador.

Em outra frente, o pacote permite ampliar o vale-gás com recursos do Fundo Social do Pré-Sal. O aumento do número de beneficiários ocorrerá a partir do ano que vem e chegará ao auge em 2026.

R\$ 2 tri na economia verde

Durante a reunião do CNPE ontem, foi aprovada a criação da Política Nacional de Transição Energética. O Ministério de Minas e Energia diz que o país pode receber cerca de R\$ 2 trilhões em investimentos verdes em dez anos.

O secretário de Transição Energética, Thiago Barral, explicou que a iniciativa inclui um fórum permanente entre atores públicos e privados para tomada de decisões e um plano vinculado a outras áreas do governo.

— Esse país já jogou fora muitas oportunidades. A gente não pode jogar oportunidades fora. Temos tudo o que a natureza nos ofereceu. Temos mão de obra qualificada, gente capacitada tecnicamente. No setor energético, a gente tem centenas de excelências nesse país. A gente pode fazer o que quiser — disse Lula.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/08/2024

MUDANÇAS NO MERCADO DE GÁS TRAZEM RISCO A INVESTIMENTOS E NÃO REDUZEM PREÇO NO CURTO PRAZO, DIZEM ANALISTAS

Especialistas afirmam que a ANP poderá interferir no rumo de projetos e que há dúvida sobre efeito das medidas

Por Bruno Rosa e João Sorima Neto — Rio e São Paulo



Lula durante lançamento da Política Nacional de Transição Energética — Foto: Ricardo Stuckert/PR

As mudanças no mercado de gás anunciadas pelo governo podem afetar os investimentos futuros no setor e não devem reduzir os preços a curto prazo, de acordo com especialistas. Para Rivaldo Neto, diretor da A&M Infra, os decretos impõem novos riscos aos investidores e aumentam as dúvidas sobre o funcionamento do mercado diante do maior poder da Agência

Nacional do Petróleo (ANP) para decidir o valor das tarifas em parte do sistema de distribuição.

— Os decretos podem ser vistos como uma intervenção, mas não há uma definição clara, já que o decreto prevê que a ANP poderá decidir sobre vários aspectos. A ANP ganha poder e, com isso, poderá influenciar o rumo dos projetos. Ou seja, as empresas podem perder autonomia, criando incerteza adicional — diz Neto.

Segundo ele, o mercado tem dúvidas sobre a capacidade de a ANP absorver as novas funções, já que a agência sofre com a falta de mão de obra:

— Existe o risco de paralisia. A ANP já está atrasada em sua agenda regulatória.

Para representantes do setor, o decreto é intervencionista. Uma fonte, que pediu para não ser identificada, ressalta que o decreto contraria o que diz a Lei do Gás. Lembra que hoje as tarifas de escoamento (da plataforma em alto-mar até a costa) e de processamento (nas unidades de tratamento de gás) são negociadas entre as empresas, já que não se trata de monopólio natural como no transporte do gás. E avalia que há risco de judicialização.

Bruno Armbrust, sócio da consultoria ARM, cita que os decretos preveem o aumento da oferta de gás, mas não abordam a redução da concentração do maior produtor do país, a Petrobras, responsável por cerca de 70% da venda do gás.

— A venda de gás pela PPSA (estatal criada pelo governo para vender a parcela da União nos campos do pré-sal no regime de partilha) é uma boa iniciativa, mas deveria ser feita por meio de leilões dirigidos aos consumidores livres. Os decretos não abordam qual será o tamanho da concorrência ou onde se quer chegar.

Parcela da PPSA

Armbrust também questiona a estrutura da ANP:

— Todas essas medidas podem limitar os investimentos no setor. O decreto prevê ainda que a ANP terá o controle do planejamento de entrada de GNL (gás natural liquefeito) no Brasil. Se o aumento da oferta vier pela Petrobras, não haverá mudanças relevantes na concentração de mercado.

Os leilões que serão realizados pela PPSA para vender o gás também terão impacto limitado a médio e longo prazos nos preços, apontam especialistas. Hoje, o consumo industrial é de 30 milhões de metros cúbicos por dia. A PPSA estima que, em 2030, a produção a ser leiloadada é 2,9 milhões de metros cúbicos diários.

— O volume será insuficiente para alterar o quadro atual — afirma Neto.

O advogado Giovani Loss, sócio de Infraestrutura e Energia do Mattos Filho, avalia que há risco de eventuais confrontos comerciais entre Petrobras e PPSA. Para ele, a resolução do governo, como está sendo estruturada, traz leitura de certa intervenção no setor:

— Mesmo tendo objetivo nobre, que é reduzir o preço do gás através da competição, resta saber se a competição vai ser a preço de mercado. Se o governo usar a PPSA para fazer política, com precificação artificial, vai haver prejuízo à atuação de outras empresas que estão estruturando projetos com a política de preço atual, e até projetos de importação de gás — diz.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/08/2024

APÓS LEVANTAR R\$ 1,4 BILHÃO COM TÍTULO 'VERDE', GIGANTE DE DATA CENTER VIRA SÓCIA DE PARQUE EÓLICO NA BAHIA

Por Rennan Setti



Parque eólico — Foto: Divulgação

A Scala, que está construindo o maior “campus” de data centers da América Latina e acaba de levantar R\$ 1,4 bilhão em títulos de dívida “verde”, está se associando à Serena Energia em dois projetos de geração eólica na Bahia.

A companhia nasceu em 2020, depois que a americana DigitalBridge comprou a divisão de data centers do UOL e consolidou na empresa sua

estratégia para a América Latina. Desde a transação, a companhia anunciou investimentos da ordem de US\$ 20 bilhões na região.

A Scala está comprando participações em duas SPEs (sociedades de propósito específico) da Serena, Assuruá 4 e VDB F3. Com a transação, parte da energia gerada pelo parque será consumida pela Scala no regime de autoprodução.

Além de acessar energia renovável, a companhia vai usufruir de benefícios legais para autoprodutores de eletricidade, em um movimento societário que vem se tornando recorrente no mercado. No ano passado, uma das rivais da Scala, a Odata, já havia anunciado contrato para participação em Assuruá 4.

Vorazes consumidoras de energia, companhias de data centers vêm olhando para energia verde. A Scala sustenta já ser “neutra” em carbono.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/08/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PORTO DO AÇU CONSOLIDA ESTRATÉGIA PRÓ-TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Empreendimento movimentou 85 milhões de toneladas em 2023

Por Porto do Açú e Estadão Blue Studio

Nas palavras de Rogério Zampronha, CEO da Prumo Logística, o Porto do Açú, no litoral norte do Rio de Janeiro, “é o porto da transição energética do Brasil”. A estratégia que move o empreendimento, prestes a completar 10 anos de operação e que, no ano passado, movimentou 85 milhões de toneladas, está toda voltada para a aceleração da descarbonização das cadeias de valor, principalmente das indústrias da área siderúrgica, química, fertilizantes e cimenteira, responsáveis por aproximadamente 90% das emissões mundiais de gases de efeito estufa.



O Porto do Açú, 100% privado, está prestes a completar 10 anos de operação Foto: Wanezza Soares/Estadão Blue Studio

Na sua apresentação no Prumo Day 2024, realizado pela primeira vez em São Paulo, Zampronha mostrou como a energia renovável e o desenvolvimento do hidrogênio de baixo carbono serão pilares da industrialização do porto, baseada em negócios sustentáveis. “Continuamos avançando com novos contratos firmados com empresas de porte mundial, sobretudo em transição energética, agronegócio e industrialização de baixo carbono, que são os focos do nosso grupo para os próximos anos”, afirma o CEO da Prumo Logística, grupo econômico multinegócio responsável pelo desenvolvimento estratégico do Porto do Açú. A companhia é controlada pela EIG, investidor institucional dos setores globais de energia e infraestrutura, e pela Mubadala Investment Company, investidor de Abu Dabi, que aloca capital em diversos segmentos.

“A transição, cada vez mais, pressupõe uma caminhada que depende das cadeias estabelecidas pelas indústrias instaladas há muito tempo e são intensivas em carbono, como as de petróleo e gás. Por exemplo, hoje, a mesma cadeia que suporta a exploração de petróleo em alto-mar é usada para a construção, manutenção e operação de eólicas offshore. De cada nove tipos de embarcações usadas para a energia eólica em alto-mar, seis já estão disponíveis na maior base de apoio offshore no mundo, que fica no Porto do Açú.”

As pontes construídas entre investidores e clientes são reais, segundo o CEO do grupo. E, além disso, as condições para o consumo industrial também estão dadas. “Temos muita disponibilidade de gás natural liquefeito. Há um navio, por exemplo, que regaseifica gás liquefeito que tem a mesma capacidade do gasoduto Brasil-Bolívia, ou seja, 28 milhões de metros cúbicos/dia de gás.”



Rogério Zampronha, CEO da Prumo Logística, durante o Prumo Day, em São Paulo Foto: Wanezza Soares/Estadão Blue Studio

A combinação presente hoje no Porto do Açú envolve, além do gás natural e da energia renovável, água para uso industrial. “E também conseguimos, recentemente, a inédita licença prévia do primeiro hub de hidrogênio de baixo carbono no porto. São 1 milhão de metros quadrados que facilitam às empresas começarem a instalar suas indústrias no porto.”



Ficha técnica do porto

- Inauguração: 2014
- Área: 130 km quadrados
- Terminais: 11
- Investimento: R\$ 20 bilhões (executados) + R\$ 22 bilhões (próximos 10 anos)
- Tipo: 100% privado
- Infraestrutura: Agronegócio (fertilizantes e grãos), eólica offshore, hub de hidrogênio/amônia
- Número: 40% da exportação de petróleo sai pelo Açu
- Movimentação: 84,6 milhões de toneladas em 2023 (crescimento de 27% em relação ao ano anterior)

No horizonte, a amônia verde

No recém-licenciado hub de hidrogênio de baixo carbono, o primeiro contrato de reserva de área é para uma futura usina de amônia. A assinatura, realizada no dia 12 de agosto, ocorreu entre Prumo, Porto do Açu Operações, uma das seis afiliadas do grupo, e a norueguesa Fuella AS, desenvolvedora e operadora de usinas de hidrogênio verde e amônia. A empresa nórdica tem como um dos investidores a Allianz Capital Partners, do grupo Allianz, da Alemanha.

O memorando de entendimento acertado entre as partes visa à implementação de uma planta de amônia verde de até 520 MW, que serão obtidos com a eletrólise da água. O potencial é de 400 mil toneladas por ano de produção, que poderá ser escoada tanto para o Brasil quanto para outras partes do mundo pelo Porto do Açu.

Milhões de tartarugas ganham o mar

O maior fragmento remanescente de restinga em área privada do Brasil, segundo o Porto do Açu, está sob seus domínios. E faz parte da Reserva Caruara, uma unidade de conservação do tipo RPPN, Reserva Particular do Patrimônio Natural. Criada de forma voluntária em 2012, abriga o Programa de Monitoramento de Tartarugas Marinhas que já liberou mais de 1,3 milhão de filhotes da espécie *Caretta caretta* (tartaruga-cabeçuda) no Atlântico. As tartarugas são monitoradas e mapeadas desde a desova até o nascimento dos filhotes. O projeto possui parceria com o Projeto Tamar, que instalou uma sede de reabilitação e preservação na área da reserva

A Reserva Caruara inaugurou em 2012 um centro de visitação, que visa potencializar o turismo sustentável, os serviços ambientais e a educação e a pesquisa científica.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/08/2024

UMA BR SUPERVAZIA

Brasil desperdiça transporte via mar por falta de planejamento, avalia especialista

Por Porto do Açu e Estádio Blue Studio

Considerando todas as reentrâncias, o litoral brasileiro tem aproximadamente 9,2 mil quilômetros de extensão. Por mais que a biodiversidade marinha seja respeitada, assim como os biomas costeiros, existe uma gigantesca rota de transporte praticamente ignorada, segundo Gustavo Paschoa, CEO da Norcoast, empresa de navegação costeira, resultado de uma joint venture entre a brasileira Norsul, líder no transporte de cabotagem no Brasil, e a alemã Hapag Lloyd, especializada em transporte de contêineres ao redor do mundo.

“Temos uma verdadeira BR do Mar à disposição. A navegação de cabotagem, entretanto, é pouco usada. É um modal que representa menos de 4% da nossa matriz de transporte, enquanto em países como a Austrália e os Estados Unidos, com litorais igualmente extensos, a cabotagem representa entre 45% e 50%”, explica Paschoa.



Gustavo Paschoa, CEO da Norcoast (à esq.) e Eudis Furtado Filho, vice-presidente Comercial e de Desenvolvimento de Negócios da Rumo Logística Foto: Wanezza Soares/Estadão Blue Studio

Segundo o executivo, mesmo que no Brasil o índice suba para 10% quando considerado o transporte de óleos e derivados, existe muito potencial para ser explorado desde o Rio Grande do Sul até Manaus, rota que adentra o rio e também é explorada pela Norcoast. “Cada modalidade tem a sua vocação e isso precisa ser seguido. Para grandes distâncias, a cabotagem é mais prática e o custo é menor em muitos casos. Mas requer planejamento das empresas para utilizá-la bem”, avisa Paschoa. Outra vantagem do modal, para o executivo, é o fato de a navegação, por si só, ser mais sustentável, a depender da forma como ela é feita.

Esse ganho ambiental, segundo Eudis Furtado Filho, vice-presidente comercial e de Desenvolvimento de Negócios da Rumo Logística, também pode ser obtido pelo uso das ferrovias. Modal de transporte com um grande potencial pela frente, como mostram os dados do agronegócio apresentados durante o Prumo Day 2024.

Mato Grosso e Goiás respondem por 20% do comércio global de soja, milho e farelo. Apenas o Estado de Mato Grosso tem 90 milhões de hectares voltados para o agronegócio, mais do que a soma de países como a Espanha (51 milhões de hectares) e a Alemanha (36 milhões de hectares). Desse total, os produtores mato-grossenses utilizam 13 milhões de hectares para a soja e mais 7 milhões de hectares para o milho. Fora os quase 35 milhões de pastagens degradadas em todo o País e uma área de 36,6 milhões de hectares que ainda pode ser usada para a expansão da produção de culturas, segundo estimativas técnicas recentes. “O potencial mostra que temos uma avenida de crescimento extensa”, afirma Furtado Filho. Fato que fica ainda mais evidente quando se consideram os 3,9 bilhões de pessoas que precisam de alimento no mundo, por sofrerem algum grau de insegurança alimentar, das mais leves às mais severas.

“Em alguns dos nossos projetos, em Mato Grosso, vamos conseguir reduzir as viagens dos caminhões em até 500 km, o que vai ajudar a descarbonizar a indústria do agronegócio”

Eudis Furtado Filho, vice-presidente comercial e de Desenvolvimento de Negócios da Rumo Logística

Com o potencial grande a ser explorado, no caso específico da Rumo, a questão da descarbonização de setores como o do agronegócio também é uma das prioridades do grupo, segundo o vice-presidente da companhia. Por isso, vários projetos estão em andamento. “Hoje, uma das nossas locomotivas emite 7 vezes menos poluentes em um mesmo percurso.”

Segundo o executivo, além de buscar modernizar suas frotas, outra frente envolve a construção de ramais ferroviários para que o deslocamento dos caminhões do agronegócio seja menor. “Em alguns dos nossos projetos, em Mato Grosso, vamos conseguir reduzir as viagens dos caminhões em até 500 km, o que vai ajudar a descarbonizar a indústria do agronegócio”, explica Furtado Filho. “Além disso, mais de 50% das cargas que chegam ao Porto de Santos são levadas pela Rumo Logística”, completa. “Todos esses projetos de infraestrutura, como os da Prumo, e da cabotagem são importantes.”

Crise climática deflagra necessidade de mitigação

O cenário de setembro de 2023 está na memória de todos. A seca no Norte do Brasil fez com que os rios amazônicos baixassem de forma inédita. O serviço de navegação para Manaus, por exemplo, teve de ser totalmente paralisado. “A proteína consumida pela população de várias cidades da região vem do Sul. Por volta de 70% do volume de carga que entra e sai de Manaus circula pela navegação de cabotagem”, afirma Gustavo Paschoa, CEO da Norcoast. “São fenômenos, os estudos mostram,

que devem ser perenes, por causa dos eventos extremos ligados ao aquecimento global”, afirma o executivo.

Para evitar o efeito cascata que a paralisação de um rio como o Amazonas provoca, gerando falta de fluidez no sistema e acúmulo significativo de contêineres em determinados pontos, há um plano B já preparado, caso a situação se repita novamente nos próximos meses. E a tendência é que isso ocorra.

Para mitigar o problema da seca nos rios, que tem implicações econômicas e sociais, existe um píer flutuante preparado na região de Itacoatiara, próximo a Manaus. Com isso, os navios que levam a carga ao Norte vão atracar e transportar suas cargas para barcaças, que terão condições de navegar pelo Amazonas, mesmo com pouco calado. Ajustes na dragagem e na infraestrutura também são necessários. “Já temos todas as licenças para deflagrar a operação quando for necessário”, ratifica Paschoa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/08/2024

LOGÍSTICA SUSTENTA EXPORTAÇÃO DE GRÃOS NÃO TRANSGÊNICOS

Prática sustentável é chave para o agro nacional

Por Porto do Açú e Estação Blue Studio

O caso da Milhão Ingredients, empresa que quando surgiu, há 22 anos, movimentava apenas 2.160 toneladas por ano, como gosta de lembrar Luciano Carneiro, sócio-fundador e CEO do grupo, é emblemático. A aposta em produtos que usam ingredientes não transgênicos – que vão terminar na mesa das pessoas seja em forma de pipoca, cereais ou na cerveja –, ao mesmo tempo que abre portas e coloca a indústria brasileira de forma competitiva em vários mercados externos, também eleva a preocupação com a logística.

“O meu produto não pode ser contaminado [por outros feitos de matérias-primas transgênicas]. Por isso é importante termos essa garantia”, explica Carneiro, um dos debatedores do Prumo Day 2024, realizado em São Paulo. A Milhão, hoje, produz mais de 205 mil toneladas por ano e exporta sua linha de mais de 40 produtos finais para 60 países. Na questão logística, a parceria com o Porto do Açú, empreendimento 100% privado no norte do Estado do Rio de Janeiro, se estreita ano a ano. Entre outros motivos, pela capacidade do porto em garantir que não haverá mistura entre os produtos da empresa, à base de milho convencional, com outros, que partem de uma linha de produção desenvolvida com matérias-primas diferentes. A Milhão tem armazéns próprios no Açú.



*Luciano Carneiro, da Milhão Ingredients (centro), e Marcelo Altieri, da Yara Brasil, em painel mediado pela jornalista Karla Spotorno
Foto: Wanezza Soares/Estação Blue Studio*

“Temos um plano ambicioso de dobrar a nossa produção em dois anos”, afirmou Carneiro. Na virada do ano, a Amaggi anunciou a compra de 50% da Milhão. E, com os recursos da nova parceria, a empresa fundada por Luciano com o irmão, Leandro, adquiriu a unidade de processamento de milho da Louis Dreyfus Company (LDC) em Rio Verde (GO). “Essa indústria, que está em retrofit, deve começar a operar em outubro. Essa parceria com a Amaggi, após um namoro de seis meses, vai ser importante para uma integração maior de toda a cadeia, dentro do processo que chamamos do campo à mesa”, avalia Luciano Carneiro. Com clientes como Nestlé, Kellogg’s, PepsiCo, Royal Canin, BRF, M. Dias Branco, Heineken e Ajinomoto, o grupo faturou R\$ 730 milhões em 2023.

Escoamento garantido

Se a produção no Centro-Oeste cresce de forma sólida, a partir principalmente do agronegócio, do lado do Atlântico, o Açú também se estrutura para ser um ponto de saída eficiente para o setor. No



início de julho, foram inaugurados dois novos galpões de 6,4 mil metros quadrados cada, com capacidade total de armazenar 70 mil toneladas. O investimento de R\$ 100 milhões é da Minas Port, uma das empresas que atuam no terminal. O avanço visa especificamente ampliar a estrutura exclusiva para a cadeia de grãos. No futuro, a ideia é aumentar a separação dos berços de itens como soja e milho das demais cargas movimentadas pelo porto. São investimentos que, segundo os diretores do Porto do Açu, vão aumentar a participação do Estado do Rio de Janeiro no agronegócio nacional.

Para destravar ainda mais a questão logística em direção ao Açu – e o porto localizado no município de São João da Barra já é o segundo em movimentação de cargas do País, atrás apenas de Santos –, existe a expectativa de construção da ferrovia EF-118, entre Vitória e Rio. O projeto consta na lista do PAC do governo federal.

Pelas estimativas, é uma conexão ferroviária que, de imediato, permitiria a circulação de 26 milhões de toneladas/ano, sendo 8 milhões exclusivamente de grãos. Mas o potencial, no futuro, é que os trilhos levem até o litoral fluminense por volta de 40 milhões de toneladas/ano, o que aliviaria as rodovias do Sudeste brasileiro.

“Para enfrentar o desafio da produção de alimentos para toda a população, precisamos olhar, em detalhes, para sistemas alimentares mais resilientes, mais produtivos e não apenas sustentáveis, mas também regenerativos

Marcelo Altieri, presidente da Yara Brasil”

Pilar ambiental está no centro do debate

Além do pilar econômico e social, o ambiental, leia-se práticas que aumentam a eficiência produtiva e revigoram o meio ambiente, também esteve no centro dos debates durante o Prumo Day 2024. Dentro do chapéu da chamada agricultura regenerativa, existem vários processos que, no fim do dia, indicam como as boas práticas, no longo prazo, levam a resultados positivos. O plantio direto, a recuperação de pastagens e o uso de insumos naturais, por exemplo, são parte de um todo, que não pode mais ser ignorado pelo setor do agronegócio.

“A nossa missão, redefinida, é melhorar e descarbonizar a produção”, afirma Marcelo Altieri, presidente da Yara Brasil. Segundo o executivo, são mais de 150 projetos de ciência e tecnologia em curso no Brasil, sendo que todos apontam para o mesmo horizonte.

“Para enfrentar o desafio da produção de alimentos para toda a população, precisamos olhar, em detalhes, para sistemas alimentares mais resilientes, mais produtivos e não apenas sustentáveis, mas também regenerativos”, analisa o presidente da Yara, empresa norueguesa surgida em 1905 já preocupada em ajudar a alimentar a população.

Segundo Altieri, eventos recentes, como a tragédia climática do Rio Grande do Sul, são um sinal claro. “O desafio da agricultura regenerativa não pode ser resolvido por uma empresa, é preciso que todos nós atuemos em conjunto, em parcerias. Os indícios de que precisamos trabalhar mais rápido também estão presentes”, explica.

Se no campo a Yara Brasil desenvolve, por exemplo, bioestimulantes, que ajudam as culturas a absorver nutrientes do solo, em suas plantas, existe a preocupação com o uso de fontes renováveis de energia. Em Cubatão (SP), onde está uma das operações da empresa, a aposta está na produção de amônia verde a partir do biometano, para substituir o gás natural. Segundo Altieri, o potencial para produção de biometano em regiões como o Estado de São Paulo é bastante alto no Brasil, mas, para isso, avançar na questão de infraestrutura é algo essencial. “A conexão entre os vários pontos de produção, por exemplo, merece atenção”, afirma o presidente da Yara Brasil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/08/2024

QUEM É GUSTAVO PIMENTA, NOVO PRESIDENTE DA VALE, E QUAIS SEUS DESAFIOS?

Nome do executivo, atual vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da companhia, foi eleito por unanimidade pelo conselho de administração da mineradora; ele assume em 2025

Por Redação

A Vale anunciou na noite de segunda-feira, 26, que o vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da companhia, Gustavo Pimenta, foi escolhido para substituir Eduardo Bartolomeo como CEO a partir de 1º de janeiro de 2025.

Em comunicado ao mercado, a mineradora afirmou que Pimenta foi eleito por unanimidade pelo conselho de administração. Bartolomeo permanecerá na empresa como consultor até o fim de 2025.

O nome de Pimenta foi uma solução interna para a troca de comando da Vale, a despeito das listas que circularam no mercado mencionando executivos de empresas como Gerdau, BHP, Carga e Embraer.



Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Gustavo Pimenta assumirá cargo de CEO da companhia em 2025 Foto: Divulgação/Vale

Uma das maiores empresas de capital aberto do País, a Vale apresentou lucro líquido de US\$ 2,769 bilhões (R\$ 15,2 bilhões, na cotação desta segunda-feira) no segundo trimestre do ano, alta de 210% ante igual período de 2023.

O anúncio põe fim a uma disputa que produziu, além de uma lista oficial de candidatos, uma corrida paralela em que se enfrentaram nomes ligados ao governo Lula, de alas representadas pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Silveira (Minas e Energia). A Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, também avaliou o currículo de um potencial candidato.

Quem é Gustavo Pimenta

Formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com mestrado em Finanças e Economia pela Fundação Getúlio Vargas, o executivo chegou à Vale em novembro de 2021, na gestão de Bartolomeo. Na empresa, também já foi responsável pelas áreas de Suprimentos e Energia e Descarbonização.

Descrito como uma pessoa serena e de fácil interlocução, Pimenta tem a seu favor o amplo domínio do negócio e dos aspectos financeiros da mineradora, além de uma boa dose de experiência internacional. Antes de chegar à Vale, foi CFO (vice-presidente financeiro) global da AES Corporation, nos EUA. Já havia atuado, também, no Citigroup nos EUA como vice-presidente de Estratégia e M&A, conforme seu perfil no LinkedIn.

No comunicado, é apresentado como “um executivo com experiência global nos setores financeiro, de energia e mineração, e com uma carreira desenvolvida ao longo de mais de 20 anos no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa”.

O texto acrescenta: “Em 2021, assumiu a posição de vice-presidente executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale S.A. Também foi responsável pelas áreas de Suprimentos e Energia & Descarbonização. Antes de juntar-se à Vale, Pimenta foi executivo da AES por 12 anos, acumulando ampla experiência como CFO Global, diretor de Planejamento e Estratégia e vice-presidente de Performance e Serviços da empresa. Também atuou como vice-presidente de Estratégia e M&A no Citigroup em Nova York”.



“Agradeço a confiança do Conselho para liderar a Vale nesse novo ciclo”, disse Pimenta, em declaração que consta do comunicado. “Tenho certeza de que seguiremos avançando em nossa missão, com fogo em geração e distribuição de valor, elevando a Vale a patamares ainda mais altos.”

Interlocução com o governo

A substituição de Bartolomeo no cargo de CEO da mineradora era defendida por setores da empresa devido às dificuldades de interlocução da companhia com o governo. O tema será agora um desafio para Pimenta. No comunicado em que anuncia o nome do novo CEO, o executivo é descrito como uma pessoa de “fácil interlocução”.

Ainda que privatizada há 27 anos, a Vale depende de autorizações públicas, além de operar ferrovias sob concessão. Os demais sócios privados também têm negócios com o governo, como é o caso da Cosan e do Bradesco.

Bartolomeo era considerado um quadro técnico, respeitado pelo mercado e de grande eficiência. Mas sofria resistência da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, que já havia demonstrado nos bastidores o interesse em trocar o executivo. A alegação era que o desempenho da Vale, frente a concorrentes, deixava a desejar, além do que setores enxergavam como fragilidades do executivo no campo institucional, na relação com autoridades em Brasília e nas comunidades onde a mineradora opera.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou, sem sucesso, emplacar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega na presidência da empresa e também no conselho de administração. Em entrevista no começo do ano, o presidente disse que a “Vale não pode pensar que é dona do Brasil” e que precisa estar de acordo com o entendimento de desenvolvimento do governo, o que reforçou a ideia de que Lula deseja interferir na companhia.

Integrantes do governo alegavam, nos bastidores, que era necessário um novo presidente que permitiria o alinhamento de agendas da empresa com o Executivo federal. Auxiliares de Lula dizem esperar contar com a empresa para auxiliar no crescimento da economia e na geração de empregos. E defendem, por exemplo, que a empresa internalize partes da cadeia de exportação do minério de ferro, como a pelotização e a briquetização, feitas hoje no Golfo do México e no Oriente Médio.

Incertezas em relação à China

Ainda como vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores na Vale, Gustavo Pimenta deu uma série de declarações recentes sobre os desafios da mineradora. Um dos maiores, segundo ele, diz respeito às incertezas em relação à China.

“O crescimento chinês das últimas duas décadas foi superimportante para a Vale, mas o país vem passando nos últimos anos por uma grande transformação em sua matriz de produção”, disse o executivo no início deste mês no evento CFO Arena, organizado pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo (Ibef) e realizado na sede da B3.

De acordo com ele, 40% da demanda do minério vai para o mercado imobiliário e construção civil no país asiático, que teve “enorme retração”. Apesar disso, o crescimento na manufatura da China, que também demanda minério e aço, cria um “fator de proteção de demanda” para a Vale, segundo Pimenta.

O executivo afirmou ainda que, em relação ao cobre, a companhia “ficou para trás na corrida” ao longo das últimas décadas, mas que o objetivo é triplicar a capacidade de produção do metal, para 900 mil ou 1 milhão de toneladas. A produção de aço verde, por meio do hidrogênio, também está no radar da empresa, disse.

Transição energética

Em junho deste ano, em entrevista ao Estadão, Pimenta defendeu uma aceleração na transição energética. “Vamos precisar de tudo que estiver disponível para acelerar a transição”, disse, citando, como exemplo, baterias solares e hidrogênio.



Neste cenário, alguns países estão provendo subsídios para a transição e tentando se posicionar como fornecedores, enquanto o debate avança para abranger os custos do processo. “Há dois anos, todos estavam falando em ESG”, disse. “Hoje estão se questionando quem vai pagar a conta.”

O executivo lembrou que o setor de aço é intensivo em carvão e responde por 8% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE). A transição energética, observou, será assimétrica no mundo. Regiões mais pobres persistirão no uso do combustível até que soluções verdes se tornem mais baratas. “O mundo todo não vai fazer a transição do mesmo jeito.”

O executivo destacou que a Vale tem potencial de desenvolver sua matriz energética, mencionou que a mineradora também enfrenta o desafio de reduzir as emissões nas próprias operações e contou que a companhia vem realizando testes com etanol e eletrificação. “Hoje o hidrogênio é duas vezes mais caro (que o combustível fóssil)”, disse. E a conversão de caminhões a diesel para uma solução baseada em hidrogênio (amônia, por exemplo) não seria econômica.

Pimenta afirmou que a descarbonização é uma das grandes oportunidades em negócios da atualidade. Ele destacou que briquetes e aglomerados, duas importantes apostas da Vale, ajudam os clientes a produzir aço com menor pegada de carbono.

Além disso, quando houver oferta de hidrogênio, será possível produzir aço verde com o uso de HBI (hot briquetted iron), produto com maior teor de ferro, que elimina a necessidade de carvão metalúrgico para a conversão em aço. “O que a gente tem visto no mundo hoje é um grande avanço de novos mercados tentando fazer o HBI com fontes de mais baixo carbono, inicialmente gás natural”, apontou, lembrando que a Vale tem acordos para hubs, por exemplo, no Oriente Médio. “Mas a visão de longo prazo é que o hidrogênio será essa fonte, e assim poderá ser produzido um aço 100% verde.”

Potencial de liderança do Brasil

Em outubro do ano passado, durante o seminário Siga Previ, no Rio de Janeiro, Pimenta afirmou que a Vale estava investindo entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões em descarbonização, e que no futuro os metais sustentáveis vão pagar um prêmio para a empresa. Segundo ele, o Brasil tem tudo para liderar a área de minerais da transição energética. “Isso coloca a Vale numa posição muito única”, disse.

Ele informou que a Vale cresceu bastante na área de metais da transição energética (níquel e cobre) e que mesmo o minério de ferro, que deu origem à empresa, possui um teor de ferro que favorece a economia de energia, um dos pontos fundamentais para dar sustentabilidade à produção.

“Ninguém produz minério de ferro com 65% de teor, só a Vale, e quanto maior a qualidade do minério menor o consumo de energia”, destacou durante sua apresentação no evento. Ele informou que a Vale pretende triplicar a produção de cobre e pelo menos dobrar a de níquel, mas não detalhou em que horizonte esse crescimento deve ocorrer.

“A Vale cresceu e tem liderança do níquel na parte ocidental, e tem plano de crescimento muito grande nos metais de transição”, disse o executivo. A empresa planeja no futuro abrir o capital do seu segmento de metais básicos.

Proteção contra eventos climáticos

Para o executivo, atualmente, todos estão lidando com eventos climáticos, com impacto nos negócios, e a transição energética está em curso, com mudança de modelos mentais. “O mindset mudou, a nova geração virá colocando muita pressão sobre nós”, disse. “Estou muito otimista, seremos capazes de fazer a transição e endereçar assuntos relevantes da nossa geração.”

Em junho, ao Estadão, ele disse que os eventos climáticos adversos são cada vez mais frequentes e têm impacto direto na estabilidade operacional da companhia, que vem investindo nos pontos mais vulneráveis para se proteger. “Temos observado volatilidade maior dos eventos climáticos. Têm



ficado mais adversos e com mais frequência”, disse, citando impactos em operações em portos, ferrovias e minas.

“Procuramos ter a cada dia mais proteção contra eventos climáticos adversos”, disse, destacando que a Vale busca soluções de engenharia para garantir a estabilidade das operações mesmo em condições adversas. “A gente aloca capital para se proteger onde está mais vulnerável a eventos climáticos”.

O executivo lembrou que a transição energética enfrenta desafios diferentes em veículos de rua e equipamentos de mineração, como caminhões fora de estrada. “A gente não acredita numa transição energética da noite para o dia”, disse, citando que a companhia vai testar diferentes soluções, como biodiesel e amônia.

Indagado sobre eventual interesse da Vale em nióbio, o executivo disse que vê potencial para o material no processo de transição energética, mas que o produto não está no escopo da Vale. A mineradora, frisou, se foca em cobre e níquel no Brasil, dentre os metais de transição energética. “A gente tem apostado muito em minerais para transição energética, como cobre e níquel.”

Compensações pelo desastre de Mariana

O executivo disse, ainda em junho, esperar que um acordo sobre as compensações pelo desastre de Mariana fosse alcançado neste ano. “Temos esperança de que a nova proposta seja suficiente para chegar numa definição.”

Naquele mês, a Vale informou que, juntamente com Samarco e BHP Billiton, apresentou uma nova proposta de acordo com valor financeiro de R\$ 140 bilhões, considerando obrigações passadas e futuras. “Tudo mostra que a dinâmica de um acordo que está se aproximando”, opinou Pimenta. “Estou esperançoso de que isso se resolva nos próximos meses”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/08/2024

LOGÍSTICA E VALOR SÃO PRINCIPAIS DESAFIOS PARA RECICLAGEM DE VIDRO DECOLAR NO BRASIL

Material é menos reciclado que papel, plástico e alumínio; iniciativas para mudar situação vão desde acréscimo no pagamento aos catadores à reutilização de garrafas

Por Luis Filipe Santos

Cacos de vidro são considerados um insumo importante para a indústria de novos vidros, e é mais barato reciclar do que produzi-lo do zero. Ainda assim, o material é menos reciclado no Brasil do que papel, plástico ou alumínio. A cadeia do vidro sofre com desafios logísticos como a distância dos locais de consumo e coleta para as empresas que reciclam e o baixo preço do material. Empresas e entidades gestoras têm tomado diferentes iniciativas para mudar o panorama, desde reforçar o trabalho junto a cooperativas de catadores à reutilização de recipientes.

Não há certeza sequer sobre quanto do vidro que entra no mercado é reciclado. Os dados oficiais mais recentes do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (Sinir+) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) são relativos a 2019 e dão conta que 11% do total de vidro fabricado naquele ano foi reciclado. A Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro) afirma que esse número está defasado, e a entidade gestora CirculaVidro está produzindo um relatório que demonstraria que os números são maiores, mas este ainda não foi finalizado.

As empresas de vidros planos, usados na construção civil e na indústria automobilística, se reúnem em outra associação, a Abravidro, que não faz esse tipo de levantamento. A Associação Nacional dos Catadores (Ancat), em seu atlas da reciclagem, calculou que, em números absolutos, 171.195 toneladas de vidro foram recicladas em 2022 (dado mais recente disponível). A Ancat não respondeu aos questionamentos enviados pelo Estadão até a publicação desta reportagem.

O MMA confirmou ao Estadão o recebimento do relatório da CirculaVidro, que ainda está sob análise. A pasta disse ainda ter ajudado na instalação de Pontos de Entregas de Pequenos Volumes (PEVs) e estabelecimento de metas de percentual mínimo de conteúdo reciclado para o vidro fabricado do zero, além de regulamentar a lei de incentivo à reciclagem.



Processamento do vidro em São Luís (MA): Reciclagem do material está concentrada em poucas regiões do Brasil
Foto: Divulgação / Abividro

O vidro pode ser reciclado indefinidamente, e o processo traz benefícios ambientais por gerar uma economia relevante de energia em comparação com a produção a partir do zero e por impedir a retirada de mais areia do meio ambiente. Assim, para as indústrias, ter acesso ao material é vantajoso. Contudo, esse acesso pode não ser simples: o vidro precisa ser separado de impurezas como rótulos e triturado em hubs após ser coletado e levado para cooperativas. Se os hubs não estiverem perto, o custo do transporte pode encarecer e tornar não vantajoso.

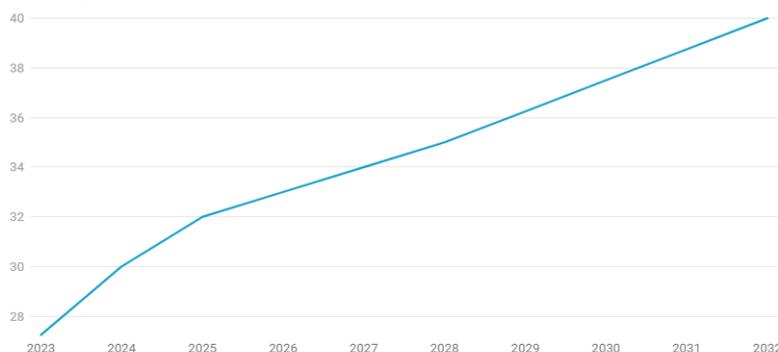
Se não houver o acesso, as principais matérias-primas, areia e barrilha, são fáceis de encontrar e baratas. Essa facilidade também mantém o preço do quilo do vidro coletado em torno de R\$ 0,30, abaixo de outros como alumínio. Como um material que é mais difícil de transportar por ser pesado e levar risco no manuseio, e que paga pouco, nem sempre é bom para cooperativas e catadores coletá-lo e fazer a primeira triagem.

O trabalho por fortalecer a reciclagem do material passa por diferentes pontos: desde a coleta de informações para fazer gestão e saber que áreas precisam ter mais cooperativas e hubs até incentivar a reutilização de garrafas e outros recipientes quando for possível. Outra medida é buscar um aumento no valor pago aos elos iniciais da cadeia, de forma a gerar um ciclo virtuoso.

Dados

A busca por dados confiáveis é considerada a primeira missão da CirculaVidro, entidade gestora de resíduos do setor. A organização surgiu após decreto do governo federal que regulamentou e estabeleceu metas para a reciclagem do material, publicado em dezembro de 2023 e é integrada pela Abravidro, Abrabe (Associação Brasileira de Bebidas) e Sindicerv (Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja), abrangendo 100% dos fabricantes do material. O decreto estabelece metas graduais para o crescimento da reciclagem do vidro como um todo, chegando a 40% do total no País em 2032.

Decreto do Ministério do Meio Ambiente prevê meta de 40% para a reciclagem de vidro até 2032



Fonte: Decreto Federal nº 11.300, de 21 de dezembro de 2022

Os dados são importantes para as empresas poderem planejar e tomar decisões em relação à logística reversa. “É para entender onde já há a reciclagem e onde estão os gargalos. Por exemplo, se já existe muito investimento de uma empresa numa região, eventualmente outras companhias podem fazer investimentos em outros locais”, menciona Fábio Ferreira, diretor-executivo da CirculaVidro.

Caroline Moraes, gerente de sustentabilidade da Abividro, destaca que esse trabalho de evolução é importante para fazer com que o caco de vidro chegue com uma qualidade mínima e com constância. “É o grande desafio da logística reversa, e passa por frequência da coleta seletiva,

qualidade da triagem nas cooperativas. Hoje, a oferta de caco é menor do que a indústria tem capacidade de absorver”, diz.

Visão parecida é citada por Juliana Schunk, CEO da Massfix, empresa que trabalha apenas com reciclagem de vidro há mais de 30 anos. “Os projetos de reciclagem têm um grande potencial de crescimento. Tem grande ociosidade mesmo nos estados em que está presente”, cita. Segundo Schunk, a Massfix pensa em expandir a atuação para mais estados além das seis unidades federativas em que está presente diretamente hoje (SP, GO, ES, MG, DF e SC).

A CEO ainda ressalta que a indústria de reciclagem não tem benefícios fiscais em relação à produção de vidro iniciada do zero, o que classifica como um erro. O MMA disse trabalhar com o Ministério da Fazenda para determinar a desoneração de resíduos recicláveis na regulamentação da reforma tributária e no Plano de Transformação Ecológica.



Vidro pode ser reciclado infinitamente após o uso, desde que seja corretamente limpo e triturado Foto: Divulgação / Fundação do Meio Ambiente do Pantanal

Estruturação da cadeia

A tentativa de fortalecer os elos da cadeia é vista como fundamental tanto por entidades como a Abividro e a CirculaVidro, e como uma oportunidade por empresas. Outra companhia que atua no setor da reciclagem (embora não só de vidro), a Ambipar

tenta nacionalizar a cadeia prestando apoio a cooperativas locais.

A empresa também tem parcerias com a Heineken, para a construção de nove hubs de processamento nos próximos três anos em diferentes estados, e com a startup eureciclo (sic) para a venda de créditos de reciclagem. O sistema funciona de forma semelhante aos créditos de carbono, em que uma empresa compra os créditos como forma de garantir que aquela mesma quantidade de material que colocou no mercado foi reciclada.

Um adicional é gerado e parte é repassada para remunerar cooperativas e catadores. “O valor do vidro é relativamente menor, mas quando acrescentamos, vira uma receita extra, que pode ser investida no galpão, ou distribuída entre os cooperados. Todo incentivo é bem vindo”, explica Caio Trogiani, gerente de operações da eureciclo.

O trabalho da Ambipar e da eureciclo pode ser demonstrado na cooperativa Goiânia Viva. Segundo Ildo Sebastião de Souza, administrador do local, a Ambipar contribuiu com novos equipamentos como uma bomba de água nova e um caminhão seminovo mais adequado, e a eureciclo fez o meio de campo com donos de hotéis e restaurantes da região para separarem o vidro para ser coletado pela cooperativa.

Os catadores também recebem equipamentos de proteção individual e treinamento da Ambipar. “A cooperativa precisa ter demanda garantida para fazer contratos e ter maior relação com setor financeiro, além de se desenvolver e aumentar capacidade de processamento”, resume Rafael Tello, vice-presidente de sustentabilidade da Ambipar. Tello conta que o lucro da Ambipar vem da revenda do vidro triturado para as indústrias e da negociação dos créditos de reciclagem. Ao mesmo tempo, diz que a empresa nota que os catadores que trabalham com ela tem uma renda maior, mas que não tem dados relativos a isto.

A aposta é que estruturar a cadeia com novos hubs, por exemplo, iniciará um ciclo virtuoso de maior demanda pela proximidade com as indústrias compradoras, maiores valores pagos e maior interesse dos catadores. A CirculaVidro afirma que, uma vez que a coleta de dados esteja completa, essa mesma contribuição para a logística reversa seria uma das principais partes do seu trabalho. A reunião de pequenos municípios em consórcios para coletar vidro em escala suficiente para atrair recicladores também é vista como uma estratégia para tornar viável a reciclagem.

“Temos que ter visão de longo prazo, estruturante, para o desenvolvimento das pessoas e das organizações envolvidas”, comenta Tello. Ele diz que a Ambipar segue aberta a trabalhar com mais cooperativas que os busquem, mas que por vezes não são “descobertos” por elas.

Reutilização

A reutilização de recipientes é outra estratégia para reduzir o vidro no lixo, e é incentivada pela Abividro, mas encontra limitações. Para ser viável economicamente, a indústria precisa estar perto do local de consumo, já que o transporte não é simples de ser feito e o vidro é um material pesado e frágil. Ela demanda produtos químicos e máquinas capazes de fazer a limpeza integral sem deixar cheiro ou gosto e há um limite no número de vezes que uma garrafa pode ser limpa antes de ser encaminhada para a reciclagem - cerca de 30 vezes.



Cooperativa Goiânia Viva, em Goiás, foi uma das apoiadas pela Ambipar e pela eureciclo para a reciclagem de vidro Foto: Divulgação / eureciclo

Há empresas que apostam nessa solução. Uma é a Águas Prata, do estado de São Paulo. O diretor da empresa, Rubem Cechinni, relata que hoje 25% do faturamento da empresa já é composto pelas garrafas de vidro retornáveis, e que foram necessários alguns investimentos como a reforma da máquina lavadora na unidade industrial.

“Usamos como argumento de venda para os clientes o preço competitivo, a qualidade do produto e a preocupação com a economia circular, de reduzir o volume de lixo da empresa”, diz Cechinni. Hoje, os principais clientes são restaurantes, bares e hotéis da capital paulista, e a logística é feita pelo distribuidor.

Poder público e consumidores

Enquanto as empresas tentam consolidar uma forma de estruturar a reciclagem de vidro para cumprir os percentuais previstos no decreto, o trabalho das prefeituras é visto como fundamental, já que cabe a elas a coleta do lixo e a destinação correta dos resíduos para reciclagem. A montagem de consórcios de diferentes prefeituras é uma solução para viabilizar em determinada região. Já o governo federal e estaduais podem facilitar com incentivos fiscais.

O papel dos consumidores é o de coletar os cacos de vidro e o que mais puder ser reciclado em suas casas e dar a destinação correta, em pontos de entrega voluntários para coleta seletiva. A indústria vê o vidro proveniente da reciclagem como uma fonte importante, mas pulverizada, e avalia que é mais fácil conseguir uma quantidade relevante em hotéis, bares, lanchonetes e restaurantes.



Reciclagem de vidro pode levar à economia de energia por não precisar do processo de calcinação, que funde os minerais no vidro quando ele é produzido do zero Foto: Divulgação / Abividro

“Se nós queremos aumentar a demanda e a oferta, não é melhor que seja num processo educativo?”, questiona Ildo, da cooperativa Goiânia Viva. Entre os ouvidos pelo Estadão, a principal aposta é no oferecimento de aulas para que professores possam levar o tema aos estudantes.

“Quando a população não separa direito o vidro, não vai chegar muito na mão das organizações certas. Se o consumidor conseguir separar corretamente, vai gerar muito mais volume”, reforça Trogiani, da eureciclo.

Um longo trabalho precisará ser feito para alcançar as metas do decreto de 2022, assim como para ter números confiáveis. Mas há interesse da sociedade, da indústria e do poder público para evoluir. “Não é uma opção, é algo social. Temos um histórico de resultados positivos já alcançados. Não existe nem espaço para ser pessimista”, afirma Tello, esperançoso.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/08/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

LULA CRITICA PRIVATIZAÇÕES E DIZ QUE 'TEM COISAS QUE TÊM QUE SER INEXORAVELMENTE DO ESTADO'

"É assim na Alemanha, na França e nos Estados Unidos", disse Lula, em visita ao Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P) da Telebras

Por Fabio Murakawa, Valor — Brasília



Segundo o presidente, os empresários só querem privatizar 'onde já está dando certo, onde já está dando lucro' — Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez, nesta terça-feira (27), um discurso com fortes críticas a privatizações de empresas públicas. E, citando exemplos como a Vale, a Eletrobras e a Sabesp, recentemente vendida pelo governo de São Paulo, Lula defendeu que "tem coisas que têm que ser inexoravelmente do Estado".

Segundo Lula, as privatizações de empresas que considera estratégicas representam "um Estado que não se respeita, pessoas que não pensam no Brasil". "Tem coisas que têm que ser inexoravelmente do Estado. É assim na Alemanha, na França e nos Estados Unidos", disse Lula.

"Muita gente foi levada neste país pela famosa teoria de que tem que abrir o mercado para todo mundo, que importante é o livre acesso ao comércio. Livre acesso ao comércio quando é para vender o produtor deles aqui dentro. Quando é para vender os nossos produtos lá fora, a gente sabe a dificuldade que é."

Lula fez as afirmações em visita ao Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P) da Telebras. A empresa foi retirada, em abril do ano passado, já na atual gestão, da lista do programa de privatizações do governo.

O presidente iniciou seu discurso tratando da Petrobras, que, de acordo com ele, tem defensores de sua privatização "desde Getúlio Vargas", que criou a empresa em 1953.

"Eu fico sempre lembrando quantas vezes tentaram privatizar a Petrobras, em vez de tratar a Petrobras como uma empresa orgulho do país", disse. "Desde Getúlio Vargas, aparece alguém achando que tem que privatizar. E quando acham dificuldade para privatizar, eles tentam vender ativos separados. Quando você percebe, tem uma empresa desmontada."

Lula também criticou a privatização da Eletrobras, que ele havia chamado na véspera de "crime de lesa-pátria", e da Sabesp, concluída, neste ano, pelo governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo.

Segundo o presidente, os empresários "só querem fazer [privatização] onde já está dando certo, onde já está dando lucro".

"O que está certo. Empresário não tem que investir para fazer política social e de inclusão social", disse Lula. "Da mesma forma que os Correios estão para ser privatizados desde 1985, quando



Antonio Carlos Magalhães era ministro da Comunicação. No caso dos Correios e da Telebras, chegamos ao cúmulo da ignorância de que essas duas empresas não poderiam vender serviços ao Estado. Mesmo que oferecessem preço mais barato."

Vale

Lula opinou, ainda, que a privatização da Vale dificulta a negociação de indenizações relativas à barragem de Mariana.

"A Vale, que tinha uma diretoria, eu sabia quem era o presidente, a gente sabia quem era. Hoje nessa discussão que a gente está, de fazer um acordo para receber dinheiro de Mariana, o dinheiro que prometeram pro povo, você não tem dono. Uma tal de corporate que não tem dono, monte de gente com 2%, monte de gente com 3%", disse Lula.

"É que nem cachorro de muito dono, morre de fome, morre de sede porque todo mundo pensa que colocou água, todo mundo pensa que deu comida e ninguém colocou."

Procurada, a Vale disse que não comentaria as declarações do presidente. Lula sobre Vale: 'É importante que essas empresas tenham identidade'

Contra a privatização da Telebras

Para Lula, é preciso "pensar um pouco no que o Estado pode oferecer para o bem-estar da sociedade". Assim, defendeu a manutenção da Telebras nas mãos do governo.

"Uma empresa como essa aqui é um garante que a gente pode discutir inteligência artificial sem ficar subordinado a apenas duas ou três nações, que já estão na frente", afirmou.

O presidente previu que "a gente vai viver o momento em que a sociedade vai estar escravizada". Isso porque "duas ou três empresas terão todas as informações do mundo e elas é que vão ditar as regras para nós".

"Como é que um país que consegue ter uma empresa dessa qualidade [Telebras] resolve em privatizá-la? Doar para quem? Quem iria ficar com as informações que somente o Estado tem que ter?", questionou.

"Quando nós resolvemos tirar essa empresa do rol de privatização é porque assumimos um compromisso. Um compromisso de que fazer daqui a dois anos, ela ser melhor do que é hoje. Estar prestando mais serviços do que presta hoje. E garantir coisas para o futuro para que a sociedade brasileira possa sonhar que coisas do Brasil possam prestar serviços de qualidade."

"Pedra no passado"

Lula defendeu ainda que se coloque "uma pedra no passado", quando "se pensava que as estatais não funcionavam e que solução seria abandonar todo o patrimônio construído ao longo de décadas pelo povo brasileiro".

"Nós não só refutamos essa ideia, como queremos demonstrar aqui o quanto compensa investir em nossas empresas", disse. "Não escolhemos o caminho mais fácil, que seria abandoná-la ou vendê-la a preço de banana."

O presidente negou estar fazendo, com seu discurso, uma crítica à iniciativa privada. Disse que o Estado deveria trabalhar em parceria com os empresários.

"Eu não falo isso contra a iniciativa privada. Eu acho que nós deveríamos trabalhar junto com a iniciativa privada", afirmou.

MP AUTORIZA CONCESSÃO DE QUOTAS DIFERENCIADAS DE DEPRECIÇÃO ACELERADA PARA NAVIOS-TANQUE PRODUZIDOS NO BRASIL

Benefício se aplica às aquisições de embarcações novas cujos contratos tenham sido celebrados até 31 de dezembro de 2026 e que entrem em operação na atividade de cabotagem de petróleo e seus derivados a partir de 1º de janeiro de 2027

Por Valor — Brasília



— Foto: Divulgação/Autoridade Portuária Porto de Santos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou a Medida Provisória nº 1.255 para autorizar a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos produzidos no Brasil destinados ao ativo imobilizado e empregados exclusivamente em atividade de cabotagem de petróleo e seus derivados.

Segundo a MP, publicada nesta terça-feira (27) no Diário Oficial da União, o benefício se aplica às aquisições de navios-tanque novos cujos contratos tenham sido celebrados até 31 de dezembro de 2026 e que entrem em operação na atividade de cabotagem de petróleo e seus derivados a partir de 1º de janeiro de 2027.

A renúncia fiscal decorrente da depreciação acelerada estará limitada a R\$ 1,6 bilhão e terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2027 até 31 de dezembro de 2031. O governo vai incluir essa renúncia de receita na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual a partir do início do período de vigência do benefício. Para acessar a medida, as pessoas jurídicas deverão ser previamente habilitadas pelo governo.

A MP informa ainda que o Poder Executivo federal ainda poderá, por meio de decreto, autorizar quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos, empregados nas atividades de navegação em cabotagem de petróleo e seus derivados, produzidos no Brasil, conforme índices mínimos de conteúdo local definidos por ato do CNPE, adquiridos a partir da data de publicação do referido decreto, destinados ao ativo imobilizado de pessoa jurídica e sujeitos a desgaste pelo uso, por causas naturais ou por obsolescência normal.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/08/2024

AGENDA DO DIA: IPCA-15 DE AGOSTO; HADDAD EM EVENTO DO SANTANDER

Confira o que você precisa saber e acompanhar nesta terça-feira

Por Carlos Mercuri e Gabriel Caldeira, Valor — São Paulo

O IPCA-15 de agosto é o principal destaque ente os indicadores econômicos previstos para esta terça-feira. Além disso, a participação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em evento organizado pelo Santander também deve atrair as atenções dos investidores. No exterior, os números de agosto da confiança do consumidor dos Estados Unidos, medida pelo Conference Board, devem ser observados pelos agentes de mercado. Veja, abaixo, os principais destaques da agenda desta terça-feira:

FGV divulga INCC-M de agosto - O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) divulga, às 8h, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) de agosto. O INCC-M variou 0,69% em julho, desacelerando em relação à taxa de 0,93% registrada no mês anterior.

FGV anuncia Sondagem da Construção de agosto – O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) anuncia, às 8h, a Sondagem Conjuntural do Setor da Construção de agosto. O Índice de Confiança da Construção (ICST) subiu 0,9 ponto em julho, para 97,3 pontos.



IBGE publica IPCA-15 de agosto - O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publica, às 9h, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) de agosto. A mediana das 30 projeções colhidas pelo Valor Data aponta alta de 0,19% para o IPCA-15, após alta de 0,30% na prévia de julho. O intervalo das estimativas varia entre 0,09% e 0,29%. Com isso, a inflação em doze meses deve ceder a 4,35%, de 4,45% na leitura anterior. Para este indicador, as projeções recebidas têm piso em 4,25% e teto em 4,46%.

Tesouro realiza leilão tradicional de LFT e NTN-B – A Secretaria do Tesouro Nacional faz às 11h leilão tradicional de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B). As LFT vencem em 1º de setembro de 2027 e 1º de setembro de 2030. As NTN-B, em 15 de maio de 2027, 15 de agosto de 2032 e 15 de maio de 2045. A liquidação financeira dos papéis ocorrerá na quarta-feira.

Conference Board revela confiança do consumidor de agosto – O Conference Board revela, às 11h (de Brasília), o índice de confiança do consumidor dos EUA de agosto. A leitura anterior foi de 100,3 e a expectativa é de 100,6.

Tesouro dos EUA realiza leilão de T-notes de 2 anos – O Departamento do Tesouro dos EUA realiza leilão de T-notes de 2 anos. Às 14h (de Brasília), saem os resultados.

Lula visita centro de operações espaciais da Telebras - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará, às 9h, visita ao Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P) da Telebras. Às 11h, despacha com o ministro interino da Secretaria de Comunicação Social, Laércio Portela; às 12h, com a ministra da Cultura, Margareth Menezes, para apresentação de vans do MovCEU – equipamentos culturais itinerantes do Programa Territórios da Cultura; às 15h, com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e, às 16h, com a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; o advogado-geral da União, Jorge Messias; o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira.

Senado analisa projeto que facilita posse de armas - O Plenário do Senado vota o projeto de decreto legislativo (PDL) 206/24, que facilita a posse de armas. O PDL anula trechos do Decreto 11.615, de 2023, assinado no ano passado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para diminuir a circulação de armas de fogo. Também está na pauta do Plenário o projeto de lei 5.331/23, que obriga laboratórios farmacêuticos públicos a produzir princípios ativos para o tratamento das doenças determinadas socialmente. O terceiro projeto (PL 4.168/2021) na pauta do Plenário caracteriza o cristianismo como manifestação cultural nacional.

CCJ da Câmara vota projetos envolvendo o STF - A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara reúne-se às 14h30 e vota projetos que envolvem cortes judiciais, como o Supremo Tribunal Federal (STF). São elas a PEC 28/24, que estabelece o julgamento de referendo de liminares pelo colegiado de Tribunal, bem como criar hipótese de sustação de decisão do STF; a PEC 8/21, que dispõe sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de medidas cautelares nos tribunais; o PL 4.754/16, que trata de crimes de responsabilidade dos ministros do STF, e o PL 658/22, que proíbe o Senado Federal de realizar novo juízo de admissibilidade da acusação contra presidente da República após sua admissão pela Câmara dos Deputados e criando nova hipótese de crime de responsabilidade pelos ministros do STF.

Comissão da Câmara debate retomada econômica do RS - A comissão externa da Câmara sobre danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul realiza, às 10h, audiência pública sobre a retomada econômica e aspecto privado empresarial do Estado. Participam representantes de empresas.

Haddad se reúne com ministro chinês e participa de evento do Santander - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reúne-se, às 9h30, com o ministro das Finanças da China, Lan Foan. Às 11h, reúne-se com o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Paulo Teixeira. Às 18h15, participa da Conferência Anual do Santander, com o tema: Oportunidades e desafios para a economia brasileira.

Campos Neto e diretores participam de reunião do Comef - O presidente e os diretores do Banco Central (BC) participam da primeira sessão de reuniões do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef). A primeira parte começa às 9h30 e vai até 12h30 e a segunda acontece das 14h às 17h. A segunda sessão acontecerá na quarta-feira. Ao fim do compromisso, o BC publica o comunicado com a decisão sobre o patamar do Adicional Contracíclico de Capital Principal Relativo do Brasil (ACCPBrasil). O ACCP é uma reserva que os bancos devem acumular em momentos de expansão de crédito para ser utilizada em fases de retração.

Diretor do BC reúne-se com executivos da Binance - O diretor de Regulação do Banco Central, Otávio Damaso, além do Comef, tem reunião com o diretor regional da corretora de criptoativos Binance, Guilherme Nazar, além do gerente regulatório, Thiago Sarandy, e o gerente de compliance, Renan Cruvinel. Fernando Gomes e Fernão Mesquita, do Pinheiro Neto Advogados, também participam da reunião, que começa às 18h30.

Mercadante tem reuniões e despachos internos - O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, estará no Rio de Janeiro em agenda de reuniões e despachos internos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/08/2024

PETRÓLEO TEM ALTA FIRME APÓS ESCALADA DE TENSÕES NO ORIENTE MÉDIO

WTI para entrega em outubro fechou em alta de 2,06%, a US\$ 77,46 por barril; Brent com igual vencimento avançou 2,95%, a US\$ 81,43

Por Igor Sodré e Agências Internacionais, Valor — São Paulo



— Foto: Gaby Oraa/Bloomberg

Os preços dos contratos futuros do petróleo fecharam esta segunda-feira em forte alta, chegando próximo dos 3%, após uma intensificação das tensões no Oriente Médio durante o fim de semana, com uma série de bombardeios efetuados por Israel e o grupo terrorista Hezbollah, do Líbano.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para entrega em outubro fechou em alta de 2,06%, a US\$ 77,46 por barril. Já na Intercontinental Exchange (ICE), o contrato do barril do petróleo tipo Brent com igual vencimento avançou 2,95%, a US\$ 81,43.

“Estão se intensificando as preocupações de que os ataques do fim de semana aprofundem e ampliem o envolvimento do Irã no conflito”, disse o analista Vivek Dhar, do Commonwealth Bank of Australia.

Embora a expectativa mais comum do mercado seja de uma possível resposta iraniana que prejudique Israel sem desencadear um conflito regional mais amplo, a resposta de Israel será igualmente importante, afirma Dhar. “Isso poderia incluir um ataque ao fornecimento de petróleo e à infraestrutura relacionada do Irã, colocando em risco de 3% a 4% do fornecimento global de petróleo.”

O Irã, que é o principal financiador do Hezbollah, afirmou por meio de seu ministro de Relações Exteriores, Abbas Araqchi, que a resposta do país à morte de um dos líderes do grupo terrorista libanês será “definitiva e calculada”.

Além das tensões no Oriente Médio, a decisão do governo do leste da Líbia de pausar as operações de campos de petróleo da região também impulsionou os preços na sessão.

Em meio a uma disputa pelo controle do banco central do país com o governo da capital libanesa de Trípoli, as autoridades da Líbia oriental ordenaram a interrupção completa das atividades de produção e exportação da commodity energética.

“Esses são barris ‘reais’ que podem ser perdidos, o que restringiria o mercado físico enquanto [a interrupção] durasse”, disse Giovanni Staunovo, analista de commodities do UBS Group. Quanto tempo essa interrupção pode durar “é a parte difícil de avaliar”, completou. A Líbia já estava enfrentando uma produção irregular neste mês após interrupções em alguns de seus principais campos. Grande parte das exportações do país são enviadas por portos no leste, abastecendo em grande parte os mercados da Europa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/08/2024

PROJETOS DE HIDROGÊNIO VERDE SOMAM R\$ 188 BI

Estudo da CNI aponta que a maioria das iniciativas tem foco na exportação

Por Rafael Bitencourt — De Brasília



Bomtempo, da CNI: “A grande questão é como transformar vantagens comparativas que o Brasil tem em competitividade” — Foto: Divulgação

O Brasil conta com pelo menos 66 projetos de hidrogênio de baixa ou zero emissão de carbono (o hidrogênio “verde”) que somam investimentos de R\$ 188,7 bilhões, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Parte importante desse investimento será dedicada a “hubs” de produção de hidrogênio - centros que promovem a integração da cadeia de produção, transporte e uso final dessa energia. A maior parte dos investimentos vai para plantas

posicionadas em portos marítimos.

Grande parte das iniciativas está concentrada no Nordeste, com 44 projetos, seguida do Sudeste, com outros 16. No Ceará, o Porto de Pecém reúne o maior investimento: R\$ 110,6 bilhões. Outros portos também deverão contar com aportes expressivos no setor, como o de Parnaíba (PI), com R\$ 20,4 bilhões; Suape (PE), com R\$ 19,6 bilhões, e também Açu (RJ), com R\$ 16,5 bilhões.

O perfil dos projetos, com hubs de produção em portos, indica a tendência de que grande parte dos investidores está mirando clientes no exterior, o que deve ser confirmado se a demanda interna não florescer. O estudo “Hidrogênio Sustentável: Perspectivas para o Desenvolvimento e Potencial para a Indústria Brasileira”, que será divulgado nesta segunda-feira (26) pela CNI, confirma que a maioria das iniciativas (42 projetos) é liderada por empresas do setor elétrico com enfoque na exportação.

A possibilidade de o hidrogênio verde no Brasil priorizar a venda no exterior, em vez de atender o setor produtivo no país, é uma hipótese levantada por especialistas ligados à indústria.

A Europa, por exemplo, tem sinalizado que será um grande consumidor do novo combustível, considerado estratégico para derrubar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) de sua indústria.

No Brasil, setores da indústria, porém, tentam trilhar a própria rota de descarbonização por meio do hidrogênio. Os ramos de químico e de gases industriais respondem por cinco projetos cada. Já siderurgia e petróleo contam com três projetos cada. O setor de mineração tem duas iniciativas. Outros segmentos registram, ao menos, uma planta: distribuição de gás natural, cimento, eficiência energética, tecnologias de geração de hidrogênio, fabricação de aerogeradores e um centro de pesquisa.

Fernanda Delgado, diretora-executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (Abihv), considera natural recorrer às vendas internacionais, em um primeiro momento, para “ganhar maturidade e escala”, e, só depois, atender a demanda interna, com preços até mais atraentes.

O presidente da Abrace Energia, Paulo Pedrosa, representante da indústria eletrointensiva, defende que “a vocação do hidrogênio brasileiro está na indústria nacional”, na descarbonização do aço, por exemplo. Ressalta que, a rigor, o hidrogênio não é uma “fonte energética, como muitas vezes é visto”, mas uma “maneira de armazenar e transportar energia”, o que permite a venda no exterior, além de explicar o fato de a eletricidade não ter se tornado uma commodity. “Sua exportação faz muito menos sentido, econômico e climático, do que levar aço ‘verde’ produzido aqui. Precisamos estar atentos, para não sermos reduzidos a um apêndice da política industrial de outros países”, alerta Pedrosa.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) ressalta que a estratégia para o setor “também está voltada para fortalecer a indústria nacional, promovendo a transferência de tecnologia, incentivando o desenvolvimento de capacidades locais e atraindo investimentos para a criação de uma infraestrutura que não apenas produza hidrogênio para exportação, mas também forneça para o mercado interno”.

De acordo com o estudo, “não restam dúvidas de que [a exportação de hidrogênio e derivados] representa uma oportunidade para o país”, mas que “o entusiasmo com a exportação (...) não pode ofuscar aquela que é a oportunidade mais viável no curto prazo para a cadeia de hidrogênio no Brasil: a descarbonização de setores e empresas industriais brasileiras”.

A análise técnica lista uma série de vantagens da absorção do produto pelo mercado interno: evita custos com o transporte do hidrogênio; energia elétrica disponível para produzir H2 já é basicamente descarbonizada, com 92% de fontes renováveis; economia de escala ainda é modesta, pois os equipamentos usados para extrair o hidrogênio (os eletrolisadores) ainda estão limitados à potência de 20 megawatts (MW), entre outras.

“A grande questão é como transformar vantagens comparativas que o Brasil tem em competitividade. Até porque o investidor não olha só isso. A indústria, que pode querer se deslocar para esses países, vai olhar se tem segurança jurídica, regras claras, burocracia, mão de obra, que vão servir para balizar a decisão do investidor”, diz o superintendente de meio ambiente e sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo.

Para o Mdic, o objetivo do governo é que o Brasil seja “reconhecido não apenas como um grande exportador de hidrogênio de baixo carbono, mas também como um líder na produção de bens industrializados sustentáveis, o que ampliaria significativamente a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional”.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/08/2024

RUMO ATUALIZA PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA FERROVIA DO MATO GROSSO

Companhia espera desembolsar R\$ 4,3 bi até 2026
Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação/Rumo

A companhia agora espera desembolsar entre R\$ 3,8 bilhões e R\$ 4,3 bilhões na primeira fase do projeto entre julho deste ano e dezembro de 2026.

Na projeção original, divulgada em novembro de 2022, a Rumo esperava investir entre R\$ 4 bilhões e R\$ 4,5 bilhões no período entre 2023 e 2025.

Segundo a empresa, as mudanças nas estimativas incluem R\$ 500 milhões para construção de um novo terminal, exclusão dos investimentos já realizados e atualizações de premissas.

“O retorno estimado para o investimento permanece atrativo e em linha com o esperado pela Rumo para esse projeto”, afirma a empresa, destacando que a Ferrovia do Mato Grosso é um projeto transformacional para a Rumo.

O terminal de transbordo da primeira etapa da ferrovia será localizado na rodovia BR-070, próximo à MT-130, com capacidade de 10 milhões de toneladas por ano e operações projetadas para começar em 2026.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/08/2024



AGÊNCIA BRASIL - DF

GÁS NATURAL DA UNIÃO PODERÁ SER NEGOCIADO DIRETAMENTE NO MERCADO

Autorização foi dada pelo Conselho Nacional de Política Energética
Por Agência Brasil - São Paulo



A Pré-Sal Petróleo (PPSA), estatal que administra os contratos de partilha de produção de petróleo e gás natural da União, pode, a partir desta segunda-feira (26), negociar os volumes de gás já processados diretamente no mercado. A autorização foi regulada por meio de resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Até então, a PPSA vendia o gás natural da União na saída dos navios-plataforma que estavam na produção, o que restringia a competitividade.

Os recursos da venda do gás vão para o Fundo Social do governo federal, e são direcionados para áreas da educação e saúde.

A Pré-Sal Petróleo, inicialmente, pretende assinar um contrato com a Petrobras de adesão ao Sistema Integrado de escoamento de Gás Natural, formado por gasodutos de escoamento marítimos e terrestres, que interligam diversas rotas onde se encontram os mercados consumidores, como as indústrias de aço, química, automobilística, de vidro, entre outras.

"A resolução do CNPE é um marco na construção de um mercado de gás natural competitivo e muda totalmente a dinâmica da comercialização do gás natural da União. Planejamos comercializar nosso gás natural na saída do SIE em breve, se possível a partir de janeiro de 2025. O próximo passo será aderir ao Sistema Integrado de Processamento (SIP), para que a produção da União de 2027 possa ser processada nas plantas de propriedade da Petrobras, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e seja vendida diretamente ao mercado", disse Tabita em comunicado.

Atualmente, a União tem uma parcela de aproximadamente 150 mil metros cúbicos por dia de gás natural em seis contratos e a expectativa é a de que esse volume aumente para 3 milhões de metros cúbicos por dia nos próximos anos.

No dia 31 de julho, a PPSA realizou o 4º leilão de petróleo pertencente à União produzido por meio de contratos de partilha. Foram vendidos 37,5 milhões de barris e o governo federal arrecadou, com a venda, mais de R\$ 17 bilhões. Foi um recorde, com oito empresas na disputa: CNOOC Petroleum



Brasil, Galp Energia Brasil, Petrobras, PetroChina International Brasil Trading, PRIO Comercializadora, Refinaria de Mataripe, Shell Trading Brasil e Total Energies EP Brasil.

Produção recorde

Em junho, a produção mensal da União pelo sistema de partilha de produção atingiu 71 mil barris por dia (bpd), sendo 66 mil barris bpd referentes a oito contratos de partilha e o restante aos acordos de individualização de produção das áreas não contratadas de Tupi e Atapu, ambas na zona do pré-sal da Bacia de Santos.

Tabita Loureiro disse que esse novo recorde coloca a União com a 8ª maior produção do país no mês e, até o final do ano, os números serão ainda maiores. “Pelos nossos estudos, no final do ano podemos atingir quase 100 mil barris por dia”, informou.

A produção total dos contratos em regime de partilha tem se mantido estável, com média diária de 1 milhão de barris. O resultado de junho foi 3% maior do que no período anterior, em função da melhoria operacional da P-70, no campo de Atapu. O campo de Búzios foi o maior produtor com 509,9 mil bpd. Desde 2017, início da série histórica, a produção acumulada em regime de partilha de produção é de 842,5 milhões de barris. A produção acumulada da União soma 45,83 milhões de barris de petróleo.

Em relação ao gás natural exportado, em junho a produção média em regime de partilha foi de 3,72 milhões de metros cúbicos por dia. O resultado do mês foi 0,5% menor em relação ao período anterior, devido à estabilidade na exportação em Búzios e pequena redução de exportação de gás no campo de Sapinhoá. Desse total, a União teve direito a uma produção de 113 mil metros cúbicos por dia. Somando os resultados do AIP de Tupi, o volume total de gás natural disponível para comercialização da União foi de 166 mil metros cúbicos por dia em junho.

Gás para Empregar

As iniciativas para melhorar o mercado de gás natural e torná-lo mais competitivo faz parte do programa Gás Para Empregar e entre seus objetivos estão propostas para aumentar a oferta de gás natural da União no mercado doméstico; melhorar o aproveitamento e o retorno social e econômico da produção nacional de gás natural; aumentar a disponibilidade de gás natural para a produção nacional de fertilizantes, produtos petroquímicos e demais setores produtivos, para reduzir a dependência externa de insumos estratégicos para as cadeias produtivas nacionais e integrar o gás natural à estratégia nacional de transição energética para induzir o investimento em soluções de baixo carbono, como o biogás, biometano, hidrogênio de baixo carbono, cogeração industrial e captura de carbono.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 27/08/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

REB ESTARÁ EM PAUTA DE AGENTES SETORIAIS NA FAZENDA

Por Danilo Oliveira Indústria naval 26/08/2024 - 22:45



Arquivo/Divulgação

Grupo com representantes da indústria naval será recebido pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária, nos próximos dias, para tratar de impactos do PLP 68 sobre atividade

Representantes de diferentes segmentos da indústria naval devem ter, nos próximos dias, uma reunião com o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda,

Bernard Appy. Durante a 18ª Navalshore, na semana passada, alguns players mencionaram uma reunião com o economista para discutir os impactos da regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024) para as atividades de construção naval e de navegação. A previsão é que a reunião ocorra na próxima quinta-feira (29), mas o encontro ainda não consta na agenda divulgada.

O principal temor desses segmentos é uma emenda que retira benefícios do Registro Especial Brasileiro (REB). O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore, Ariovaldo Rocha, afirmou que o momento é de otimismo pelas oportunidades de encomendas que estão surgindo, mas existe muita atenção com os rumos que estão tomando as discussões da regulamentação da reforma. O Sinaval vem trabalhando em conjunto com o Syndarma/Abeam e com a frente parlamentar em defesa da indústria naval.

Rocha disse que há preocupação pela possibilidade de revogação de parte considerável do marco regulatório que sustenta e estimula as atividades da indústria naval e offshore e da navegação brasileira. “Esperamos que o projeto da lei regulamentadora da PLP 68/2024 receba as necessárias alterações para que os planos e projetos em desenvolvimento possam ser concretizados”, afirmou.

O presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, contou que tanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quanto a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, têm colaborado com as discussões sobre a indústria naval. Segundo Bacci, ambos confirmam a orientação do governo federal em retomar de forma pujante essa atividade no país. “Hoje se tem boa vontade do governo e da orientação política do presidente Lula”, comentou Bacci, em entrevista a jornalistas durante a Navalshore.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 27/08/2024

GOVERNO EDITA MEDIDAS DE INCENTIVO À INDÚSTRIA NAVAL E SETOR DE O&G

Por Danilo Oliveira Indústria naval 26/08/2024 - 18:47



Foto: Ricardo Botelho/MME (Divulgação)

Para estaleiros, mecanismos de depreciação acelerada de navios, prevista em MP, são forma de incentivar projetos na área da construção naval e da navegação. Também foi encaminhado PL que prevê transferência de excedentes de conteúdo nacional entre contratos vigentes de E&P

O governo editou medidas de incentivo para a indústria naval e para o setor de petróleo e gás no Brasil, entre os quais a depreciação acelerada de ativos. Um dos dispositivos é uma MP, encaminhada ao Congresso Nacional, que altera a lei 14.871 e dispõe sobre a depreciação acelerada para navios-tanque. O ato objetiva ampliar investimentos em logística para indústria de petróleo e derivados, visando reduzir oscilações de preços com afretamento de embarcações. A medida foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, nesta segunda-feira (26), em Brasília, no lançamento da política nacional de transição energética.

A MP tem como objetivo ampliar investimentos, a produtividade e a competitividade do segmento industrial no Brasil, trazendo repercussões positivas em diversos níveis da cadeia. A expectativa é que, já no curto prazo, a iniciativa permita a construção de mais de 15 navios-tanque de médio porte em estaleiros do país. Os principais usos devem ser na cabotagem de petróleo e derivados ao longo da costa brasileira, criando oportunidades de competitividade para os estaleiros nacionais.

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore avalia que a medida anunciada pelo governo, que permite a depreciação acelerada de ativos no setor naval, é crucial para reduzir a assimetria competitiva dos estaleiros brasileiros em relação aos seus principais concorrentes internacionais, que contam com fortes subsídios governamentais.

O Sinaval observa que países como Alemanha, Espanha, Holanda, Inglaterra e Japão já adotam mecanismos de depreciação acelerada de ativos como forma de incentivar projetos na área da construção naval e da navegação. Esse mecanismo proporciona vantagens fiscais que estimulam investimentos e fortalecem a competitividade do setor.

A avaliação é que, com a implementação dessa medida no Brasil, as empresas brasileiras de navegação (EBN) que optarem por construir no país poderão deduzir do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) os encargos de depreciação do navio de forma acelerada, melhorando assim a atratividade do projeto.

O Sinaval verifica que já está em vigor no Brasil um mecanismo semelhante, através da Lei 11.196/2005 ("Lei do Bem"), aplicado a ativos vinculados à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). "A ampliação desse benefício ao setor naval é um passo importante para revitalizar a indústria, promover a geração de empregos e impulsionar o desenvolvimento econômico do país", destacou o sindicato em nota.

O governo estima que a MP estimule um ganho superior de R\$ 2,4 bilhões à economia brasileira, além de cerca de R\$ 824 milhões de tributos indiretos gerados. "Esperamos com essa política um aumento significativo nos níveis de produção, geração de empregos e arrecadação para a União", afirmou o ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, durante o evento de assinatura.

Conteúdo local

O governo também encaminhará um projeto de lei que trata de diretrizes do conteúdo nacional. O ato visa possibilitar a transferência de excedentes de conteúdo nacional entre contratos vigentes de exploração e produção de petróleo e gás natural. "Estamos garantindo que o Brasil colha os frutos do potencial de sua indústria de petróleo e gás. Essa medida não apenas estimula os investimentos em nossa indústria, mas também gera milhares de empregos e fortalece a economia do país", declarou Silveira.

De acordo com o MME, o PL tem o potencial de conferir maior flexibilidade às decisões de investimentos e de incentivar as companhias petrolíferas a realizarem investimentos em conteúdo nacional, gerando emprego e renda no Brasil. A pasta estima que a realização de 20% de conteúdo local num projeto-base de construção de plataforma de produção gere investimentos da ordem de R\$ 3,25 bilhões, além de 13 mil postos de trabalhos diretos e indiretos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2024

KONGSBERG TESTA CONECTIVIDADE PARA OPERAÇÕES AUTÔNOMAS COM EMBARCAÇÃO ELÉTRICA



A Kongsberg Maritime está realizando testes com o barco Asko, uma embarcação elétrica projetada para operações autônomas, de propriedade da distribuidora de alimentos Asko. O teste, que envolve a instalação do sistema de antena de painel plano Kymeta Peregrine u8 da Eutelsat OneWeb, tem como objetivo avaliar a conectividade LEO e a largura de banda necessária para a transferência de dados em tempo real e o controle remoto da embarcação.

Durante os testes, a barcaça será controlada remotamente por um Centro de Operações Remotas (ROC, na sigla em inglês) operado pela Massterly, uma joint venture entre a Kongsberg Maritime e a Wilhelmsen. A iniciativa busca melhorar a conectividade e impulsionar o desenvolvimento de operações marítimas autônomas, com potencial para futuras aplicações em águas oceânicas abertas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2024

ABRATEC ELEGE DIRETORIA PARA 2024-2026

Por Executivos 26/08/2024 - 19:28



Foto: Sérgio Salomão como Presidente Executivo (Divulgação)

A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) realizou, no último dia 19 de agosto, as eleições para o mandato 2024-2026, que começou no dia 20 de agosto e vai se estender até o dia 19 de agosto de 2026.

Osmari de Castilho Ribas foi eleito Presidente do Conselho Diretor, enquanto a Diretoria Executiva será composta por Sérgio Salomão (foto) como Presidente Executivo, Caio Morel como Diretor Executivo, Dra. Roberta Carvalho como 1ª Vice-Presidente, Dr. Luiz Henrique Carneiro como 2º Vice-Presidente e Dra. Jackeline Daros Abreu como 3ª Vice-Presidente.

O Conselho Fiscal da associação será formado por Gabriel Moura, Marcos Eduardo de Santis e Watson Valamiel.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2024

HENGLI HEAVY INDUSTRY E MSC FIRMAM ACORDO ESTRATÉGICO PARA EXPANSÃO NAVAL

Da Redação Indústria naval 26/08/2024 - 19:59



A Hengli Heavy Industry, uma construtora naval de Dalian, firmou um acordo de cooperação estratégica com a Mediterranean Shipping Company (MSC) em Genebra, na Suíça. A parceria envolve novas construções, fabricação de motores, reparo e modernização de embarcações. A MSC, que atualmente detém a maior frota de porta-contêineres do mundo, possui uma carteira de pedidos de 132 navios, somando 1,82 milhão de slots, segundo dados da Alphaliner.

A Hengli Heavy Industry, que adquiriu a STX Dalian há dois anos, planeja aumentar a capacidade anual de construção naval de seu estaleiro para 7,1 milhões de toneladas. Até agora, o foco tem sido a construção de graneleiros classe Kamsarmax, mas a empresa pretende expandir sua produção para VLCCs, VLGCs, grandes porta-contêineres, FPSOs e equipamentos de engenharia offshore.

O estaleiro STX Dalian, fundado em 2006, entrou em falência em 2014 devido a problemas financeiros na sua matriz sul-coreana, resultando na demissão de mais de 20.000 funcionários.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2024

PACIFIC ENVIRONMENT EXIGE PROIBIÇÃO DE DESCARGAS DE DEPURADORES NOS EUA

Da Redação Indústria naval 26/08/2024 - 20:02



Um documento divulgado pela Pacific Environment aponta que os Sistemas de Controle de Gases de Escape (ECGS), conhecidos como depuradores, são prejudiciais ao meio ambiente marinho, à vida selvagem e à saúde humana. A organização compilou 26 estudos recentes que mostram a toxicidade da descarga dos depuradores para a vida marinha, mesmo em baixas concentrações, e os impactos negativos sobre espécies-chave das teias alimentares marinhas.

Com base nessas evidências, a Pacific Environment defende que a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) deve proibir a descarga de depuradores em águas dos EUA. A organização argumenta que o governo Biden e a EPA precisam agir para mitigar esses riscos ambientais, finalizando as regulamentações pendentes sob o Vessel Incidental Discharge Act (VIDA), que exige o desenvolvimento de padrões nacionais para descargas incidentais.

Em 2020, a EPA emitiu um aviso de proposta de regulamentação sobre o tema, mas a regra ainda não foi finalizada. A agência concluiu, na época, que não havia dados suficientes para justificar a proibição das descargas de depuradores sob o Clean Water Act, embora tenha reconhecido a necessidade de avaliações adicionais.

A IMO (Organização Marítima Internacional) também está revisando os impactos ambientais dos depuradores, enquanto muitas jurisdições ao redor do mundo já implementaram proibições e restrições a essas descargas.

Em setembro de 2023, a Pacific Environment e a Ocean Conservancy, junto com aliados, enviaram uma carta ao governo Biden com recomendações específicas, incluindo a eliminação e proibição do uso de depuradores de enxofre em navios nas águas dos EUA.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2024

ARTIGO - AGUARDADA DECISÃO DO TCU SOBRE O SSE/THC2: EM JOGO, O FUTURO DA LOGÍSTICA PORTUÁRIA E A SEGURANÇA JURÍDICA DO SETOR

Por Caroline Ribeiro Souto Bessa Opinião 26/08/2024 - 19:42



Arquivo/Divulgação

Está em vias de ser julgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) matéria crucial para o setor portuário brasileiro: a legalidade da cobrança do Serviço de Segregação e Entrega (SSE), comumente denominado THC2, por parte dos terminais portuários. A decisão, objeto do Processo TC 021.408/2019-0, tem potencial para impactar profundamente a dinâmica logística e a segurança jurídica do setor, com repercussões significativas para toda a cadeia produtiva do

País.

O cerne da questão está relacionado ao fato de que os terminais portuários argumentam que o serviço solicitado pelos terminais retroportuários (EADI e TRAs) para atender às suas necessidades específicas de liberação de cargas implica custos adicionais não contemplados na tradicional taxa de THC (Terminal Handling Charge). Essa última, paga pelos armadores, remunera apenas a movimentação básica dos contêineres entre o navio e o pátio do terminal portuário.

A interpretação do TCU, trazida no Acórdão nº 1.448/2022-Plenário, que determinou a suspensão cautelar da cobrança do SSE, baseia-se na premissa equivocada de que o serviço já estaria incluso no Box Rate, contrariando o entendimento da própria agência reguladora do setor, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A decisão, além de tecnicamente questionável, foi proferida em um processo marcado por graves vícios procedimentais, como a tramitação em sigilo e a ausência de participação dos terminais portuários, em flagrante violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

A suspensão da cobrança do SSE, efetivada pela Resolução Antaq nº 84/2022, em suposta obediência à decisão do TCU, representa um retrocesso para o setor portuário e para a economia nacional como um todo. Na prática, a medida impede a cobrança por um serviço efetivamente prestado, gerando um desequilíbrio contratual e econômico-financeiro para os terminais portuários,

que se veem obrigados a arcar com os custos de uma atividade que beneficia diretamente os terminais retroportuários.

É importante destacar que a Antaq, em diversas Resoluções (nº 2.389/2012, 34/2019 e 72/2022), reconheceu a legalidade da cobrança do SSE, estabelecendo inclusive mecanismos regulatórios para coibir eventuais abusos. A agência, com base em sua expertise técnica e regulatória, sempre defendeu que a cobrança autônoma do SSE é fundamental para garantir a livre concorrência e o equilíbrio econômico-financeiro do setor.

Nesse sentido, a decisão do TCU, ao suspender a cobrança do SSE sem qualquer comprovação de abuso por parte dos terminais portuários, extrapola os limites de sua competência, invadindo a seara regulatória da Antaq e criando um clima de insegurança jurídica prejudicial ao desenvolvimento do setor. A interpretação extensiva do acórdão pela Antaq, que culminou na edição da Resolução nº 84/2022, agrava ainda mais o cenário, impondo restrições à livre iniciativa e à autonomia das relações contratuais entre os agentes econômicos.

A jurisprudência, aliás, tem se mostrado favorável à cobrança do SSE. Diversas decisões judiciais, tanto em primeira instância quanto nos Tribunais Regionais Federais (TRFs), reconheceram a legalidade da cobrança, destacando a autonomia do serviço em relação ao THC e a necessidade de remuneração financeira justa aos terminais portuários.

Diante desse cenário, a decisão do TCU a ser proferida assume contornos ainda mais relevantes. Espera-se que o tribunal, ao analisar a matéria de forma técnica e imparcial, reconheça a legalidade da cobrança do SSE, restabelecendo a segurança jurídica do setor e garantindo a justa remuneração aos terminais portuários pelos serviços efetivamente prestados.

A continuidade da suspensão da cobrança do SSE, por outro lado, representará um duro golpe para a logística portuária brasileira, com impactos negativos para toda a cadeia produtiva. A medida, além de gerar insegurança jurídica e desestimular investimentos no setor, poderá resultar em aumento de custos para os usuários finais, prejudicando a competitividade da economia nacional.

É fundamental, portanto, que o TCU, ao apreciar a matéria, leve em consideração os argumentos técnicos e jurídicos que evidenciam a legalidade da cobrança do SSE, bem como os impactos negativos que a sua suspensão trará para o setor portuário e para a economia brasileira. A decisão a ser proferida terá repercussões significativas para o futuro da logística nacional e, por isso, deve ser pautada pela busca da segurança jurídica, da livre concorrência e do desenvolvimento econômico e social do País.

Caroline Ribeiro Souto Bessa é advogada da área de Contencioso Estratégico do escritório Martorelli Advogados

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2024

MOVECTA REGISTRA SUA MELHOR RECEITA EM UM PRIMEIRO SEMESTRE

Da Redação Portos e logística 25/08/2024 - 19:12



Resultado reflete os investimentos realizados pela companhia, recorde de movimentações de cargas e aumento de demanda de projetos especiais

A Movecta registrou receita recorde de R\$ 374 milhões no primeiro semestre deste ano, apontando crescimento de 13% frente ao mesmo período de 2023, quando contabilizou R\$ 330 milhões.

O Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciações e



amortizações) da Movecta atingiu R\$ 56 milhões, representando alta de 14% na comparação com os seis primeiros meses de 2023, quando a companhia alcançou R\$ 49 milhões.

“É um mais um resultado histórico para a Movecta. Temos tido a oportunidade de superar metas ambiciosas e avançar em muitas frentes estratégicas, com um olhar mais atento à excelência operacional e intimidade com o cliente. Estamos muito centrados em nossa gestão interna e aos processos de negócios, investindo continuamente para que nossos clientes percebam que sempre poderão contar com serviços de qualidade e atenção total a cada detalhe”, disse Rodrigo Casado, CEO e presidente da Movecta.

Neste ano a Movecta direcionou R\$ 20 milhões para modernizar as operações de seu terminal alfandegado do Guarujá (SP). Os valores estão sendo destinados principalmente na aquisição de quatro reachstackers (veículos utilizados para movimentação de contêineres) e 11 novos caminhões para o transporte de cargas, além de novos sistemas e tecnologia. Os investimentos no Guarujá também servirão para ampliar a participação em setores considerados estratégicos ou até mesmo consolidar a liderança da Movecta, como no caso de cargas refrigeradas, onde a companhia é pioneira e líder.

Outra grande conquista na unidade foi a autorização emitida pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) para armazenamento de produtos de origem animal em suas câmaras frigoríficas. Por meio dessa licença, a Movecta passa a ser a única empresa a oferecer esse tipo de serviço na região portuária de Santos.

Na unidade de Itajaí (SC) foi ampliada a capacidade de inspeção de cargas resfriadas. A nova área possui 20m² e poderá receber até 600 toneladas de carga congelada diária para fiscalização dos agentes do MAPA. “Temos concretizado ações importantes, em linha com as metas do nosso planejamento estratégico, que prevê investimentos de mais de R\$ 100 milhões até 2026”, reforça o executivo.

A ampliação da receita da empresa também foi impulsionada pelo crescimento de 79% na movimentação de carga refrigerada nos portos onde a companhia atua (Itajaí, Santos e Suape). As exportações avançaram 86% e a movimentação total de contêineres cresceu 26%. Os segmentos que mais ajudaram a impulsionar a alta de importações foram produtos hortícolas, frutas e derivados plásticos, carnes congeladas e refrigeradas e produtos químicos.

Outra frente que colaborou com os resultados da companhia nos seis primeiros meses foram as operações do mercado de carga fracionada (LCL). “A demanda por essa modalidade de serviço continua elevada, o que tem contribuído para a ampliação da receita”, diz Casado.

A Movecta também teve crescimento de receita com projetos especiais. A companhia tem ampliado suas operações de importação para os setores automotivo e de energia renovável em sua unidade de Suape (PE).

“Estamos trabalhando para aprimorar cada vez mais o nosso portfólio de soluções e diversificar as frentes de atuação da companhia. Nosso propósito é consolidar a Movecta como um dos principais operadores logísticos do país para atender diferentes setores, com demandas específicas em sua cadeia logística”, finaliza o CEO.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/08/2024

BANCOS VÃO RESTRINGIR FINANCIAMENTO A ARMADORES QUE COMPROMETEM SEGURANÇA DOS MARÍTIMOS

Da Redação Indústria naval 26/08/2024 - 21:03

Grandes bancos, incluindo ING e Citigroup, estão buscando restringir o financiamento para armadores que colocam em risco o bem-estar de suas tripulações, em resposta a ataques a embarcações no Mar Vermelho e a outros incidentes que destacaram a situação dos marítimos. A

partir de outubro, executivos de oito bancos planejam se reunir para discutir como monitorar os compromissos de segurança dos clientes e limitar os empréstimos para aqueles que não cumprirem os padrões exigidos.

Os bancos também estão considerando exigir que os armadores compartilhem informações sobre segurança e bem-estar da tripulação antes de receberem financiamento. Além disso, podem ser implementadas exigências relacionadas à saúde mental, acesso à internet a bordo, impacto na biodiversidade, reciclagem ética de navios e igualdade de gênero. A iniciativa é uma expansão dos 'Princípios de Poseidon', um acordo de 2019 que busca alinhar os portfólios de transporte dos bancos com metas climáticas, mas que tem enfrentado desafios na prática.

Apesar de alguns questionamentos sobre a eficácia dessa medida em uma indústria pouco regulamentada, a Federação Internacional de Transporte apoiou a iniciativa, mas ressaltou a necessidade de uma legislação mais rigorosa para garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores marítimos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/08/2024

HIDROVIAS DO BRASIL CONQUISTA, PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO, O SELO OURO DO PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL

Da Redação Navegação 25/08/2024 - 18:57



Companhia foi reconhecida pelos esforços para promover a sustentabilidade ambiental

Pela terceira vez consecutiva, a Hidrovias do Brasil conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, iniciativa que certifica a qualidade dos Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

A certificação no Selo Ouro reconhece que o inventário corporativo apresentado atingiu o mais alto nível de qualidade, por meio de um balanço completo e auditado de

suas emissões, reforçando ainda mais o seu nível de transparência com os seus públicos de relacionamento.

Como parte das ações, em 2023, a Hidrovias do Brasil reduziu em 5% as emissões de CO₂, investindo em melhorias operacionais que contribuem para a transição de uma economia mais sustentável. Destaca-se o maior comboio fluvial do Brasil, com 35 barcaças, que permite a movimentação do volume de carga, com o aumento de 40% em relação ao comboio de 25 barcaças. Além do ganho em eficiência, o consumo de combustível da embarcação diminuiu de 2,6 l/t para 2,1 l/t, gerando proporcionalmente uma redução das emissões de CO₂ em até 10%.

“Ser reconhecido pelo GHG Protocol, pelo terceiro ano consecutivo, reforça a seriedade de nossos esforços em reduzir as emissões e promover práticas mais sustentáveis. Em 2023, nossas iniciativas, como a operação do maior comboio fluvial do Brasil, demonstraram que é possível aliar eficiência logística à responsabilidade ambiental. Este selo é uma validação de que estamos no caminho para alcançar a neutralidade carbônica”, afirma Fabiana Gomes, diretora de Sustentabilidade da Hidrovias do Brasil.

O Programa Brasileiro GHG Protocol, criado em 2008, foi desenvolvido pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e World Resources Institute (WRI), e tem como objetivo estimular a cultura corporativa de inventário de emissões de GEE no Brasil para uma agenda de enfrentamento às mudanças climáticas nas organizações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/08/2024

VPORTS REGISTRA 23% DE CRESCIMENTO NA MOVIMENTAÇÃO ATÉ JULHO

Da Redação Portos e logística 25/08/2024 - 18:02



No total, foram 4,7 milhões de toneladas em produtos

A movimentação de cargas na Vports de janeiro a julho deste ano superou em 23% o volume movimentado no mesmo período de 2023. No total, de janeiro a julho, foram 4,7 milhões de toneladas de produtos, incluindo granéis sólidos, carga geral e contêineres.

O crescimento em carga geral foi de 71%, totalizando 711 mil toneladas movimentadas no período. Já em relação aos granéis sólidos, a movimentação foi de 1,5 milhão de toneladas, tendo entre os destaques o carvão, o trigo e o malte, tanto por conta do crescimento, como é o caso do carvão, que cresceu 436% nesses sete meses.

Um grande destaque do período é o trigo, carga destinada aos moinhos capixabas, com um crescimento de 124% na movimentação. Os novos investimentos em infraestrutura, como no caso dos dois armazéns horizontais com capacidade de 40 mil toneladas cada, que foram entregues no final de julho, atenderão o segmento de grãos, contemplando, além do trigo, soja, milho, farelo e malte.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/08/2024

SINDMAR ATUALIZARÁ DADOS SOBRE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA NAVEGAÇÃO BRASILEIRA

Por Danilo Oliveira Navegação 23/08/2024 - 22:25



Arquivo/Divulgação

Levantamento do sindicato verificou presença maior de marítimas em empresas nórdicas que operam em AJB. Novos dados devem ser apresentados em setembro

Um levantamento do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante apontou que nenhum armador offshore 'genuinamente brasileiro' aparece na lista de empresas que mais empregam mulheres. O Sindmar verificou que quem emprega efetivamente profissionais do gênero feminino no setor de navegação no Brasil são principalmente empresas de cabotagem e do apoio marítimo que possuem capital no norte da Europa. O entendimento é que as companhias nórdicas seguem compliance mais voltado para critérios de equidade e diversidade. O sindicato pretende fazer uma atualização em setembro para chamar atenção dos empregadores quanto às disparidades encontradas.

"Há empresas no Brasil que não empregam nem mesmo uma oficial de marinha mercante. Vamos expor isso e vamos buscar de todas as formas que essas empresas passem a ter atuação mais adequada aos dias atuais", afirmou o presidente do Sindmar, Carlos Müller, durante painel da Navalshore sobre formação de marítimos, na última quarta-feira (21), no Rio de Janeiro.

O indicador 'Sindmar Mulheres', que busca medir percentuais de como empresas se comportam quanto ao emprego de mulheres, verificou que, em linhas gerais, o Brasil se posiciona próximo dos países que possuem índices mais significativos. A média hoje é de 12,8% de empregos de oficiais do sexo feminino em embarcações brasileiras e estrangeiras que atuam em águas jurisdicionais brasileiras (AJB).

Olhando para o panorama internacional, o Sindmar observa que o percentual médio é de apenas 1,57%. Segundo Müller, esse indicador sobe em países com políticas de proteção da marinha mercante nacional, como os Estados Unidos (Jones Act, 1920), que tem 13% de mulheres empregadas. Na Noruega, além de medidas protetivas, o país possui uma indústria pujante de navios de cruzeiros que tem perfil de empregar mais mulheres, chegando a aringir 15% de percentual.

O Sindmar também identificou que, nos últimos cinco anos (2019-2023), a formação de marítimos no Brasil teve em torno de 20% de mulheres. Müller explicou que o percentual de participação de mulheres em cada empresa também leva em conta a análise de critérios adicionais. Por exemplo, se mulheres têm possibilidade de ocupar todos postos da carreira, se há mulheres em posições de comando e chefia e se a empresa assina acordo coletivo de trabalho (ACT) com previsão de licença gestante.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/08/2024

ESTRATÉGIAS ELEVARAM PATAMAR DO EAS, DIZ BRISOLLA

Por Danilo Oliveira Indústria naval 23/08/2024 - 16:34



Divulgação EAS

CEO avalia que estaleiro fez 'dever de casa' nos últimos anos, com olhar diversificado e com serviços especializados, mantendo ativo em boas condições para momento de retomada da construção naval

O Estaleiro Atlântico Sul (PE) considera que as estratégias adotadas nos últimos anos contribuíram para elevar o patamar dos serviços do estaleiro e atingiram o objetivo de manter o ativo em boas condições para esperar o movimento de volta do mercado da construção naval. A avaliação do EAS é que o portfólio na área de reparo e a fabricação de estruturas metálicas de grande porte permitiram ao estaleiro manter geração de caixa suficiente para cobrir despesas, pagar e renegociar dívidas, com a permanência de pessoal qualificado e com o estaleiro em funcionamento.



Roberto Brisolla -estaleiro-eas-edit.jpg

Nos últimos meses, o setor está com dois editais relevantes na rua, após uma década sem perspectivas: um da Petrobras para construção de 12 embarcações de apoio marítimo e outro da Transpetro para quatro navios classe Handy. "Nosso movimento é olhar atentamente para o que está na mesa e nos beneficiarmos do 'dever de casa' que fizemos para escolher a melhor estratégia", comentou o CEO do EAS, Roberto Brisolla (foto), em entrevista à Portos e Navios, na última terça-feira (20), durante a Navalshore.

Brisolla contou que, enquanto segue atuando forte com os reparos, o EAS está estudando o edital da Transpetro e mantendo conversas com alguns armadores de apoio offshore, que não são verticalizados no Brasil, e que são potenciais interessados em ter um parceiro construtor para o caso de êxito na concorrência da Petrobras. O executivo acredita que a previsibilidade é fundamental para a viabilidade dos projetos. "Estamos vendo o mercado se desenhando um pouco melhor. Ainda falta um pouco mais de previsibilidade para atrair investimento para colocar o estaleiro 100% operando. É preciso visão de longo prazo", disse Brisolla.

No reparo, o EAS conseguiu capturar uma demanda grande de embarcações, com destaque para navios acima de 150 metros de comprimento que, muitas vezes, acabam docando em países como Portugal, Turquia e Panamá. Em 2023, o EAS fez 21 projetos de reparo, inclusive com docagens duplas, com dois navios de diferentes armadores simultaneamente, além de serviços em

embarcações no cais. O portfólio abrange desde a instalação de sistemas de água de lastro para algumas embarcações à instalação de equipamentos em PLSVs (lançamento de linhas). "Ano passado batemos recorde em quantidade e em serviços especializados, colocando o estaleiro em um patamar mais alto de reparo naval", afirmou Brisolla.

Desde o último ano, o Atlântico Sul também optou pela recuperação e reativação de sua fábrica para fazer a manutenção de seus equipamentos, impedindo um processo de deterioração de equipamentos que costuma ser rápido em estaleiros que permanecem parados por muito tempo. A instalação conta com 130 mil metros quadrados (m²), pontes rolantes de até 150 toneladas e 10 máquinas de corte. Nesse sentido, os projetos de estruturas metálicas maiores são importantes para custear o condicionamento desses equipamentos.

Para Brisolla, a diversificação de atividades levou o EAS a estudar uma série de alternativas, desde descomissionamento e fabricação de estruturas para energia renovável a outras estruturas subsea. Segundo o executivo, essa busca contribuiu com a capacitação, mensuração de riscos e avaliações estratégicas, olhando para onde é melhor para o estaleiro seguir. "O estaleiro fez o dever de caso para se manter preparado para demandas do tamanho que ele é capaz de absorver. Fizemos o possível, sem capacidade de investimento novo, mas com a própria operação e estamos tendo sucesso, o que permite avaliar o que está na mesa", analisou.

O CEO revelou que o EAS recebeu, em 2023, consultas preliminares de empresas de construção de plataformas para fazer módulos, assim como consultas de empresas privadas para navios e consultas para fabricação de balsas. "Tem uma movimentação de mercado acontecendo e isso já começou a bater na nossa porta. Estar com a roda girando nos deu capacidade", celebrou.

As atividades de operação de reparo e fabricação de estruturas metálicas também ajudaram a requalificar soldadores da região, assim como a manutenção das equipes e melhorias em sistemas de gestão de segurança, de qualidade, de meio ambiente, de saúde e de compliance e integridade. A empresa também implementou no ano passado uma área de compliance, a fim de atender requisitos e visando certificações.

Brisolla comentou que a recuperação judicial vem sendo superada gradativamente, à medida em que o estaleiro cumpre todas suas obrigações, como a venda de uma área para fazer geração de caixa no curto prazo, o que foi materializado também em 2023. Ele acrescentou o pagamento de credores de menor porte e a reestruturação de dívidas com grandes bancos. "Não existe mais nenhum risco de descumprimento da RJ do estaleiro que possa trazer crise financeira", salientou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/08/2024

DRAGAGEM DO CANAL DE SÃO LOURENÇO PARA GRANDES EMBARCAÇÕES AVANÇA

Por Lorena Parrilha Teixeira Navegação 23/08/2024 - 22:35



Divulgação

A Prefeitura de Niterói (RJ) iniciou uma nova etapa na dragagem do Canal de São Lourenço, obra financiada com recursos municipais e prevista para ser concluída em 15 meses. Nesta fase, duas dragas estão realizando a escavação de material não contaminado entre as ilhas de Santa Cruz, Conceição e Mocanguê. A intervenção, que tem como objetivo revitalizar o parque naval, o acesso ao porto e a indústria pesqueira, deve gerar cerca de 20

mil empregos e vai ter um investimento de R\$ 140 milhões na ampliação do acesso ao complexo.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 085/2024
Página 92 de 92
Data: 27/08/2024
www.mercosshipping.com.br
mercoco@mercoshipping.com.br

A Prefeitura investiu R\$ 772 mil na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima), entregue ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Após a análise e aprovação das licenças pelos órgãos competentes, as escavações foram iniciadas em abril deste ano, com adequações no projeto básico de engenharia e medições técnicas. A dragagem do canal, esperada há mais de 30 anos, aumentará a profundidade da Baía de Guanabara, entre a Ilha da Conceição e a Ponte Rio-Niterói, de 7 para 11 metros. Isso permitirá a ampliação das operações dos estaleiros, além de incentivar novas construções de embarcações e movimentar o setor de reparos e offshore.

As intervenções estão sendo realizadas pelo Consórcio Fluminense, formado pelas empresas DTA Engenharia Ltda e SK Infraestrutura Ltda, responsável por trabalhos anteriores em Ilha Comprida (SP) e Balneário Camboriú (SC). O projeto também prevê a revitalização do Terminal Pesqueiro de Niterói, com a transformação do espaço em um Entrepósito de Pesca, sob gestão municipal, em acordo com o Ministério da Pesca. Estudos geométricos e de sinalização náutica estão em andamento, além da instalação de geobags para armazenamento e desidratação de sólidos, evitando o retorno desses materiais ao mar.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/08/2024



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 27/08/2024